



CONTAG

40

ANOS DE LUTAS AO LADO DO HOMEM E DA MULHER DO CAMPO



VAMOS MANTER FORTE O SISTEMA CONTAG





DIRETORIA EFETIVA

Manoel José dos Santos
Presidente

Alberto Ercílio Broch
1º Vice-Presidente e Secretário de Relações
Internacionais

Hilário Gottselig
Secretário Geral

Juraci Moreira Souto
Secretário de Finanças e Administração

Guilherme Pedro Neto
Secretário da Assalariados

Maria da Graça Amorim
Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente

Natal Ribeiro Maciel
Secretário de Política Agrícola

Francisco Miguel de Lucena
Secretaria de Organização e Formação Sindical

Maria de Fátima Rodrigues da Silva
Secretária de Políticas Sociais

Raimunda Celestina de Mascena
Coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres
Trabalhadoras Rurais

Simone Battestin
Coordenadora da Comissão Nacional de Jovens
Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

FICHA TÉCNICA

Supervisão da Publicação: Manoel José dos Santos **Edição e Revisão:** Adriana Borba Fetzner (6.100/DRT-RS0)
Pesquisa e Coordenação dos Textos: Adriana Borba Fetzner - Amarildo Carvalho de Souza **Textos:** Adriana Borba Fetzner - Amarildo Carvalho de Souza - Denise Arruda - Rosane Garcia - Solon Dias **Colaboração:** Armando Santos neto - Cléia Anice da Mota Porto Evandro José Morello - Maria José Costa Arruda - Maria do Socorro Silva - Maria do Socorro Sousa - Marleide Barbosa Sousa - Paulo de Oliveira Poleze **Fotos:** César Ramos e arquivos da CONTAG **Editoração Eletrônica e Capa:** Versal Design **Fotolito e Impressão:** Permitida a reprodução, desde que citada a fonte. Solicita-se envio de exemplar ou cópia para os editores.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG
SMPW Quadra 01 Conjunto 02 Lote 02 - 71.735-010 – Núcleo Bandeirantes / DF - Fones (61) 2102.2288 – Fax (61) 2102.2299
www.contag.org.br
E-mail: contag@contag.org.br

5	Introdução
7	Mensagem
9	História de nossas raízes
13	As primeiras lutas
15	Contag primeira organização sindical
19	Contag resistência ao regime
23	Os rumos MSTR
24	Eleições e Congressos Nacionais
47	Desenvolvimento sustentável
59	Contag e a justiça social
60	Contag defende a democratização
69	Agricultura familiar
75	Organização de homens e mulheres
81	Formação sindical
85	Educação do campo
89	Desafios para prosseguir
91	Gestão sindical
95	Política sindical
103	Sustentabilidade
105	A Contag e as relações internacionais
106	A festa dos 40 anos
107	A unidade na adversidade
109	Cronologia da luta





40 anos de lutas e conquistas

É com satisfação que comemoramos 40 anos de existência da CONTAG e mais uma vez homenageamos os que construíram a nossa história, que acreditaram e acreditam na capacidade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Nossa trajetória é fruto de organização, trabalho, articulação e mobilização dos Sindicatos e Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que em cada município e Estado, vem desde a fundação da CONTAG, em 22 de dezembro de 1963, construindo o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - MSTTR, com uma postura de luta e pluralidade, trabalhando com a diversidade regional, cultural e produtiva do meio rural no nosso país.

Ao longo desses anos a atuação da CONTAG contribuiu para a ampliação e o fortalecimento da organização e representação sindical no meio rural: reivindicando, mobilizando, propondo e negociando políticas agrícolas diferenciadas, direitos trabalhistas e políticas sociais que resgatem a área rural, enquanto

espaço de vida, de luta, de trabalho e de construção de conhecimentos, capazes de promover as transformações necessárias para um desenvolvimento sustentável em nosso país.

Essa trajetória possibilitou que, nos últimos 10 anos, a CONTAG elaborasse, coordenasse e implementasse o PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PADRS, que representa um passo significativo para a articulação e unificação das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. O PADRS propõe um novo tipo de relação entre o campo e a cidade e a perspectiva de um novo projeto de desenvolvimento que inclua equidade de oportunidades, justiça social, empoderamento dos atores sociais, preservação ambiental, soberania e segurança alimentar, e crescimento econômico.

O ponto de partida para elaboração do PADRS, portanto, foi a concepção de desenvolvimento rural sustentável, cujos eixos se fundamentam:

Na luta pela Reforma Agrária, como ferramenta estratégica para a promoção da função social da

terra, para o resgate da cidadania de milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais, para geração de emprego e renda dentro e fora do setor agrícola, como forma de combate à fome e à pobreza, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento das comunidades envolvidas, processos essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar.

No fortalecimento da agricultura familiar, como estratégia produtiva e de desenvolvimento para o país, que se viabiliza a partir de uma economia solidária e cooperativista, articuladas com novas tecnologias e atividades não-agrícolas.

Na luta pelos direitos trabalhistas e melhores condições de vida para os assalariados e assalariadas rurais, com salário digno, democratização nas relações de trabalho, cumprimento dos direitos trabalhistas com qualidade de emprego e vida no meio rural.

Na construção de novas atitudes e valores para as relações sociais de gênero e geração, fundamentada no reconhecimento das diferenças e do direito de cada pessoa, no aprender e ensinar a partilhar o poder e o saber, na participação efetiva na organização, na produção, na família e na sociedade.

Na luta por políticas sociais e democratização dos espaços públicos. A educação, a saúde, o lazer, a formação profissional, a pesquisa, o assessoramento técnico, o meio ambiente, os esportes, a cultura, a previdência e a assistência social são elementos estruturais de qualquer proposta de desenvolvimento e de vida digna no campo.

A implementação desses eixos levou a uma nova organização da estrutura e da agenda sindical. Estimulou novas frentes de lutas e ações nos sindicatos, federações e CONTAG, dando amplitude, diversidade e pluralidade a nossa ação sindical, evidenciando que o desenvolvimento sustentável precisa ser construído todos os dias, pois a mudança do modelo econômico, político e social excludente não é tarefa que se realize rapidamente, nem será feita só por nossa organização. A partir dessa compreensão, o diálogo permanente com a sociedade e a busca de parcerias são elementos fundamentais nesse processo.

A criação de secretarias específicas por frentes de lutas; a ampliação da participação das mulheres,

jovens, terceira idade; a luta pela erradicação do trabalho infantil; a formulação de uma proposta de educação do campo; a luta contra o trabalho escravo; a democratização de sua estrutura com a realização de congressos eleitorais e a filiação à CUT foram algumas das transformações e conquistas que qualificaram nossa intervenção nas diferentes políticas de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Essas mudanças possibilitaram à CONTAG apresentar uma proposta de Política de Crédito diferenciado para a agricultura familiar, que contou com o apoio das entidades parceiras. Foi uma contribuição essencial para a criação do PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF, que permanentemente é modificado com o propósito de atender a todas as necessidades dos agricultores e agricultoras familiares do nosso país.

Para compreender a amplitude do PADRS, precisamos conhecer a nossa história, lutas e organização. Nenhuma instituição consegue construir um projeto de tal dimensão, se durante esses 40 anos, não tivesse ousado, entre erros e acertos, ser participativa, incluyente e plural, mesmo nos momentos mais difíceis da política e economia brasileira.

A nossa cultura organizacional possibilitou manter-nos unificados durante esses 40 anos. Hoje temos mais de 4 mil Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e 27 Federações filiadas, afirmando que nossa determinação e resistência foram a base para o crescimento da organização.

Por tudo isso, surge a proposta da nossa revista. Ela traz um resumo da nossa memória sindical e resgata nossas raízes. Registra, principalmente, um pouco do que aconteceu nos últimos 10 anos de nossa trajetória. Ela foi escrita, em especial, para nossos filiados e filiadas que vem, ao longo desses anos, fazendo nossa história. No entanto, todos/as que desejam conhecer a luta de um povo, de uma organização que vem buscando melhores condições de vida e dignidade para os trabalhadores e trabalhadoras rurais do nosso país, encontrarão aqui a história contada pelos protagonistas.

Diretoria da CONTAG



Agência Brasil - ABr/ Ana Nascimento

O Presidente Lula anunciando o resultado das negociações do Grito da Terra Brasil/2003 - CESIR/CONTAG

Companheiros e companheiras da CONTAG, das FETAGs e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de todo o país:

O 40º aniversário da CONTAG é, para todos nós que lutamos por melhores condições de vida para todos os brasileiros, um momento especial. Nele celebramos a plena capacidade da classe trabalhadora para afirmar a democracia e os direitos sociais no país.

Como liderança sindical e dirigente político pude testemunhar, ao longo das últimas décadas, o empenho da CONTAG e das Federações e Sindicatos a ela vinculados, na organização, educação e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, assalariados e assalariadas rurais, agricultores e agricultoras familiares do nosso país.

Não é possível separar, nesse tempo todo, a causa da reforma agrária como condição para a paz no campo e para o desenvolvimento sustentável, as conquistas sociais e previdenciárias do homem e da

mulher do campo, ou os avanços na política agrícola do país, da História de lutas da CONTAG. A Entidade, liderando os trabalhadores e trabalhadoras do campo, com inteligência e bravura, sensibilizou a sociedade brasileira sobre a justiça das suas teses e conquistou importantes direitos sociais, tornando-os cada vez mais efetivos.

Também na condição de Presidente da República posso dar meu depoimento sobre a importância da CONTAG na missão comum que temos de transformar o Brasil num país mais equitativo e soberano. Combinando a capacidade de diálogo e negociação com o governo, com grandes mobilizações de massa como foram o Grito da Terra, nas edições de 2003 e 2004, e a Marcha das Margaridas - a maior manifestação popular realizada ao longo do meu governo -, foi possível ao país avançar nas suas políticas públicas e na construção de melhores condições para a consolidação da agricultura familiar.

A construção do Plano Nacional da Reforma Agrária; a ação estatal no combate ao trabalho escravo e a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista; o aperfeiçoamento e universalização do crédito agrícola, que nesses dois primeiros anos do meu governo triplicou os recursos destinados ao PRONAF; a definição e implementação do seguro agrícola; a afirmação dos direitos das mulheres do campo; a qualificação das políticas públicas de saúde e educação, são algumas das conquistas que estão transformando a realidade do campo brasileiro. Estou convicto de que esses avanços não teriam sido possíveis se o governo não tivesse no sistema CONTAG um interlocutor permanente que, sem renunciar à autonomia

sindical, demonstrou capacidade para negociar com firmeza e ponderação os consensos que estão produzindo mudanças estruturais no país, beneficiando os homens e mulheres do campo, criando empregos, distribuindo renda e impulsionando a nova dinâmica econômica de um país que queremos mais justo e equilibrado.

Recebam todos - dirigentes, associados e associadas da CONTAG e das entidades sindicais que a integram - o reconhecimento do governo e o meu abraço fraterno, com a reafirmação do nosso compromisso com as causas que animam e dão sentido à História do sindicalismo no campo brasileiro.

Luiz Inácio Lula da Silva Presidente da República

O Presidente Lula e o Presidente da CONTAG, Manoel do Santos no encerramento do Grito da Terra Brasil/2003 - CESIR/CONTAG





A história de nossas raízes

está associada à luta por terra para viver e produzir

A apropriação do território brasileiro pelos portugueses se deu pela colonização de exploração. Arrancavam da Colônia tudo que ela pudesse oferecer. Podemos afirmar que a luta pela terra começa no momento em que os colonizadores perceberam a imensidão do território brasileiro, rico em matérias primas totalmente disponíveis para exploração.

O Brasil foi dividido em grandes áreas, chamadas de capitanias hereditárias. Cada uma delas foi entregue como concessão a nobres portugueses - os donatários, com a condição de que as explorassem, povoassem e pagassem impostos à Coroa Portuguesa, originando, assim, o latifúndio. Os donatários não podiam vender a terra, mas tinham autorização de entregar parcelas de terra, as sesmarias, a pessoas que quisessem produzir nelas. Essas pessoas tinham o direito de posse durante aquele período, porém não ficavam com o título.

Os donos não permitiam o estabelecimento de lavradores em suas terras, a não ser como seus dependentes, isso fez com que muitos se tornassem posseiros de pequenas porções existentes entre uma propriedade e outra. Outros foram para locais distantes, começando a formar a categoria de agricultores familiares.

Nessa terra existia um povo, a população indígena. Eram aproximadamente cinco milhões de pessoas¹ espalhadas por todo o território, com culturas diferen

¹ Portugal tinha aproximadamente 1 milhão de habitantes.

ciadas. Quando os colonizadores chegaram, o choque cultural foi tão profundo, que a desagregação levou muitos dos povos à extinção, à migração para locais mais isolados, à escravização e à submissão cultural.

O clima quente e úmido e o tipo de solo despertaram a atenção dos portugueses para o cultivo da cana-de-açúcar. Nobres e comerciantes instalaram aqui os engenhos de açúcar, iniciando o que chamamos de *plantation*, uma combinação de latifúndio e monocultura voltada a atender ao mercado externo. A mão-de-obra escrava, oriunda da África, sustentava esse modelo. Uma das formas mais significativas de resistência dos escravos africanos era a fuga para os quilombos.

No século XIX, chegaram os primeiros colonos europeus não-portugueses - suíços, alemães, italianos. Eram agricultores pobres atraídos para o Brasil por promessas de terra, que passaram a ocupar áreas ainda não utilizadas, nas regiões Sul e Sudeste, e trabalhavam, principalmente, no regime de parceria ou colonato. Esses colonizadores promoveram conflitos por terra e pela libertação dos escravos.

Em 1850, o Império restringiu o direito de posse da terra, por meio da Lei de Terras. Significou o casamento do capital com a propriedade de Terra, pois a partir desse momento a terra foi transformada em uma mercadoria. Somente quem já dispunha dela e de



capital podia ser proprietário, impedindo que ex-escravos, posseiros e os imigrantes pudessem se tornar proprietários, mas sim, se constituíssem em mão-de-obra assalariada necessária nos latifúndios. Segundo José de Souza Martins, professor da USP: “Enquanto o trabalho era escravo, a terra era livre. Quando o trabalho ficou livre,

a terra ficou escrava”.

Nesse período, milhares de nordestinos, fugindo da seca e da crise econômica dos engenhos de açúcar, foram para o Norte trabalhar na extração dos produtos da floresta, principalmente a borracha e a castanha. Essa migração contribuiu para a formação da atual população de agricultores familiares amazônicos.

O fim da primeira guerra mundial (1914-1918), a revolução russa (1917), a quebra da bolsa de Nova York (1929), a crise do café, o movimento tenentista e a coluna Prestes marcaram uma grande seqüência de manifestações de operários, artistas, militares, camponeses que começaram a reivindicar a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a elaboração de uma legislação protegendo os trabalhadores rurais, e a colonização em terras devolutas com base em pequenas propriedades. A inexistência de uma organização que aglutinasse essas bandeiras, à época, foi um dos fatores que impediu a elaboração e implementação de legislação específica para o campo.

Quando terminou a segunda guerra mundial, em 1945, o Brasil respirava uma atmosfera política pesada. Na economia, a agro-exportação, especialmente a do café, era prioridade do governo. O processo de industrialização começava a se fortalecer. O principal investidor era o Estado, que criou as empresas estatais nos setores de indústria de base e de infra-estrutura.

Um grande grupo de acadêmicos e políticos defendiam a tese de que para o Brasil alcançar o desenvolvimento almejado deveria se converter numa economia in-

dustrializada. Estimular a agricultura familiar seria a condenação ao subdesenvolvimento. Entretanto, também foi nesse período que outro grupo de formadores de opinião argumentava que o Brasil não atingiria o desenvolvimento almejado sem resolver os sérios problemas fundiários do país. Muitas proposições foram apresentadas no Congresso Nacional para modificar a estrutura agrária brasileira, porém a aristocracia rural, que comandava a política, impediu a evolução das propostas que significavam uma ameaça à manutenção da concentração de terra.

No governo Juscelino Kubitschek, a industrialização foi impulsionada. Apesar do crescimento industrial, o país continuava a ser agro-exportador de produtos primários, a agricultura ainda era dominada pelo latifúndio, pela miséria do camponês e a dependência pessoal em relação aos senhores de terra.

Isso se reflete também na aprovação das leis trabalhistas, pois a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que foi aprovada em 1943, valiam apenas para os trabalhadores urbanos, no entanto, 60% dos brasileiros viviam no campo. Eram reconhecidas apenas as organizações dos donos de terras, os sindicatos patronais, conforme o Decreto 979 de 1903.

Na década de 1960, do século passado, o país falava em reformas de base. As principais reformas eram na estrutura agrária, na educação e no sistema bancário. Nesse período foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que concedia aposentadoria por invalidez ou por velhice. As lutas lideradas pelas Ligas Camponesas no Nordeste e o surgimento dos sindicatos de trabalhadores rurais, federações e CONTAG, influenciaram na criação dessas leis, fato que deixou os latifundiários aborrecidos com o governo.

A mobilização popular a favor das reformas amedrontou a classe dominante, que temia o início de uma série de transformações radicais no país. A resposta das elites veio de imediato. No dia 31 de março, de 1964, as tropas militares ocuparam os pontos estratégicos do país, autoritarismo, desrespeito à Constituição, perseguição, prisão e tortura aos opositores, e censura prévia nos meios de comunicação.

Em 1964, foi decretada a primeira Lei de Reforma Agrária do Brasil, denominada Estatuto da Terra. Por um lado, definiu regras para os contratos de arrendamento e parceria, como resposta às reivindicações do movimento sindical; por outro, incentivou o pacote tecnológico da chamada

*“Enquanto o trabalha era escravo, a terra era livre.
Quando o trabalho ficou livre, a terra ficou escrava.”*

“Revolução Verde”, que teve como principal conseqüência a saída de muitos agricultores familiares das suas propriedades, ampliando ainda mais a miséria na área rural e nas cidades.

Essa “Revolução Verde” baseava-se no modelo agro-químico, referencial implantado por grandes corporações multinacionais, que buscava a “modernização” e a produtividade do campo de forma subordinada à industrialização. Nesse período, as transferências de tecnologias desenvolvidas (adubo, veneno, variedades melhoradas e maquinário moderno) para os países do terceiro mundo foram utilizadas como forma de moder-

nizar a agricultura patronal e os grandes complexos agro-industriais, além de estimular a agro-exportação e o pagamento dos compromissos internacionais.

No final dos anos 70, do século XX, o modelo desenvolvimentista entrou em crise, provocada por uma grande reorganização do capitalismo mundial e pela falência financeira da maioria dos governos. Essa crise provocou o aumento das dívidas interna e externa, a explosão da inflação e uma forte recessão em toda a década de 80, do século XX.

Diante de tantas pressões, a sobrevivência da agricultura familiar ficou cada vez mais vinculada à

necessidade de fortalecimento de sua organização coletiva. Hoje, a agricultura familiar no Brasil corresponde a 85,2% dos estabelecimentos rurais. Embora ocupe apenas 30,5% da área total destinada à produção rural, continua sendo o principal setor que abastece de alimentos o mercado interno e enfrenta sérios desafios na luta por políticas públicas que reforcem seu papel estratégico no desenvolvimento sustentável do país.

A agricultura familiar do Brasil corresponde a 85,2% dos estabelecimentos rurais. Embora ocupe 30,5% da área total destinada a produção agrícola e seja o principal setor de abastecimento do mercado interno.





As primeiras lutas

A crescente politização da sociedade e da luta dos operários urbanos alcançou níveis nunca antes vistos no Brasil. Conseqüentemente, a luta no campo ganhou qualidade e organização. Lideranças populares despontaram, principalmente, contra o regime de meia - entrega de metade da produção -, pela regularização fundiária e por melhores salários.

Na década de 50, do século passado, as organizações camponesas passaram a se contrapor, de forma articulada, contra as ações de despejos acionados pelos usineiros e latifundiários, a exemplo de Porecatu, no Paraná (1950-1951) e, a luta dos posseiros e arrendatários de Trombas e Formoso,

em Goiás (1954-1957), onde várias lideranças de base se destacaram.

Outras lutas, igualmente importantes, foram travadas pelos arrendatários contra os contratos que favoreciam os proprietários. Os documentos eram elaborados com base na “meia” ou no “cambão” - obrigação de dar, gratuitamente, dois ou quatro dias de trabalho para o dono da terra.

Em Pernambuco, fundaram a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores, promovendo uma das mais importantes lutas da época, no Engenho Galiléia, no município de Santo Antônio. Foi quando surgiu a primeira experiência de Ligas Camponesas e, conseqüentemente, de resistência camponesa

articulada a objetivos políticos mais definidos.

A idéia inicial dessa liga Camponesa era, de certo modo, pacífica: organizar escolas para os filhos dos lavradores; adquirir caixões para fazer frente ao alto índice de mortalidade infantil na região; adquirir sementes, inseticidas e instrumentos agrícolas; auxílio governamental, como assistência técnica, entre outros.

Mas o proprietário do engenho, pressionado por outros usineiros que não viam com bons olhos a autonomia da organização camponesa, exigiu sua extinção e buscou auxílio na Justiça, que impetrou uma ação de despejo. Os demais proprietários temiam que o movimento de Engenho Galiléia pudesse servir de exemplo em outras usinas.

Essa iniciativa precipitou um dos maiores conflitos de terra no interior do nordeste. A resistência dos trabalhadores foi organizada em três frentes: uma no campo, outra na Justiça e a terceira na Assembléia Legislativa. Entrou em cena o advogado e deputado estadual Francisco Julião, contratado pelos trabalhadores para defendê-los na ação de despejo. Julião teve papel decisivo na consolidação e difusão das Ligas Camponesas, por meio de diversas publicações e de uma combativa atuação no Legislativo estadual.

A batalha judicial durou 14 anos. Iniciada em 1945, só viria terminar em 1959, quando foi aprovada a desapropriação do Engenho Galiléia. A vitória não

somente deu notoriedade à luta dos camponeses de Galiléia, como também transformou o engenho no primeiro núcleo das Ligas Camponesas, símbolo da reforma agrária que os trabalhadores rurais reivindicavam.

A luta camponesa passa a ter uma postura politizada e politizadora. No processo de organização e luta, foram criadas outras organizações como o Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER, na região sul do país. As várias formas de organizações camponesas passaram a sentir a necessidade de uma articulação nacional que representasse os interesses e as demandas específicas.

Fruto dessa efervescência política e da necessidade de articular

essas lutas e organizações do campo, em 1954, surgiu a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, durante a II Conferência Nacional dos Lavradores, realizada em São Paulo. O primeiro presidente foi Lyndolpho Silva, que uma década depois, viria a ser o primeiro presidente da CONTAG.

Nessa Conferência, os lavradores e trabalhadores agrícolas identificaram as bandeiras prioritárias para a ULTAB: reforma agrária; título de propriedade plena a posseiros; adoção de medidas de apoio à produção, de combate aos regimes semifeudais de exploração do trabalho (cambão, meia, etc) e, o estímulo à criação de sindicatos de trabalhadores rurais.

“Nestes 40 anos, decisões foram importantes para qualificar a ação da CONTAG. Destaco a filiação à CUT, a criação das secretarias específicas, as eleições em congresso e a vinda de mulheres e da juventude para a direção. Destaco também, a marca da CONTAG nas ações massivas, como os Gritos da Terra Brasil e as Marchas das Margaridas, além das inúmeras ocupações de terras e acampamentos, que asteiam a bandeira da CONTAG por todo o País.

Mas, para conquistar a plena dignidade e cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, ainda há muito que fazer. Por isso, é preciso que a CONTAG esteja aberta às mudanças para fortalecer suas lutas, ampliar os espaços de democracia interna, dar visibilidade às ações e ajudar na construção da unidade e articulação dos povos do campo, fundamental na conquista da reforma agrária e do desenvolvimento rural sustentável e solidário”

Maria da Graça Amorim
Secretária de Política Agrária e Meio Ambiente





CONTAG

Primeira organização sindical nacional no campo

As Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra - MASTER, a Ação Popular - AP, ligada aos católicos radicais e, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, dentre outros, fizeram com que a organização dos trabalhadores rurais em Sindicatos fosse acelerada.

Esse momento é descrito no periódico da CONTAG, em 1978: “Na época, acreditava-se, apenas, na capacidade humana de se unir. Com a união, acreditava-se na capacidade humana de vencer. Não havia legislação suficiente para ‘acobertar’ a fundação de sindicatos rurais (...) não existia a sede do sindicato. Existia, sim, o

SINDICATO, na pessoa de cada trabalhador rural que havia compreendido a sua missão de se libertar, era o SINDICATO VIVO”.

Setores conservadores do clero, mais fortes, numerosos e, preocupados com o avanço do comunismo no campo, partiram para a montagem de um sindicalismo capaz de fazer frente às correntes de esquerda.

As organizações de esquerda com atuação no campo buscaram atualizar e ampliar as bandeiras de luta e, estabelecer linhas de ação comuns. Nesse sentido, organizaram o 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, conhecido como “Congresso de Belo Horizonte”,

convocado e coordenado pela ULTAB.

Esse congresso reuniu 1.600 delegados de várias organizações. Apesar das divergências, ratificou o reconhecimento social e político da categoria camponesa e da sua capacidade organizativa. Já nesse momento histórico, a convivência e construção política entre diferentes correntes de pensamento, de concepções e de formas de organização, marcaram as lutas e caracterizaram as vitórias obtidas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

As deliberações do 1º Congresso:

- a) transformação da estrutura agrária;
- b) desapropriação dos latifúndios;
- c) posse e uso da terra pelos que nela desejassem trabalhar;
- d) direito de organização dos trabalhadores rurais;
- e) modificação de dispositivo da constituição de 1946, para permitir a desapropriação **por interesse social mediante indenização em títulos públicos**.

Em 1962, na cidade de Itabuna-BA, aconteceu o 1º Congresso de Trabalhadores na Lavoura do Nordeste, organizado por diversas organizações que atuavam no estado. Os principais encaminhamentos foram de organização de luta para aplicação imediata da reforma agrária, acesso aos benefícios previdenciários, construção de estratégias unitárias de luta no campo, dentre outras.

Em março de 1963, o governo de João Goulart promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214), que garantia aos trabalhadores do campo, direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários assegurados aos trabalhadores urbanos.

O Brasil vivia um momento de forte atuação política, as organizações sindicais e partidos políticos de esquerda foram às ruas por melhores salários e mudanças estruturais para garantir um processo de desenvolvimento mais duradouro. Nesse ambiente político, a ULTAB organizou a 1ª Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, ocorrida de 15 a 20 de julho, de 1963, em Natal-RN. Quatrocentos dirigentes, representantes de 17 estados, participaram do

evento. À época existiam 475 sindicatos no Brasil, dos quais, 220 eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.

As deliberações da Convenção:

- a) reforma Agrária;
- b) regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural;
- c) acesso aos benefícios da Previdência Social;
- d) participação no desenvolvimento do país, tendo acesso à educação, orientação técnica, preços mínimos, crédito integral e cooperativismo;
- e) criação de uma Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Articular nacionalmente as lutas passou a ser uma das principais preocupações das organizações de esquerda que atuavam no campo. A exemplo de Pernambuco, onde em 1963, uma greve no setor canavieiro envolveu a Federação dos Lavradores, as Ligas Camponesas e sindicatos autônomos, resultando na assinatura de uma tabela conjunta para pagamento dos trabalhadores assalariados rurais do estado.

Os setores mais conservadores do sindicalismo de trabalhadores rurais, principalmente aqueles ligados à Igreja, não pararam de organizar-se e estimularam a criação de um grande número de sindicatos e federações de trabalhadores rurais. Com esse trabalho, conseguiram o reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho de muitos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Preocupados com o possível crescimento das organizações de esquerda, setores conservadores da Igreja realizaram uma reunião, em Recife, e fundaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CNTA.

Logo após a fundação dessa entidade, foi solicitado seu reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho. Diante das pressões de setores da esquerda, o Ministério indeferiu a solicitação de reconhecimento e determinou a realização de um Congresso Nacional para a criação definitiva da confederação, da qual deveriam participar todas as 27 Federações reconhecidas oficialmente.

À época existiam 42 federações, em alguns estados havia mais de duas. Existiam Federações

de Assalariados, de Lavradores, de Pescadores, de Agricultores, de Trabalhadores Rurais, dentre outras, caracterizando uma ampla e irrestrita liberdade de organização dos trabalhadores que viviam e trabalhavam no campo.

Finalmente, em 22 de dezembro de 1963, trabalhadores rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações, decidiram pela criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, que foi reconhecida em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto Presidencial 53.517.

A CONTAG torna-se a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional, reconhecida legalmente. Ajustou em seu interior diversas concepções e correntes de pensamento, desde os setores mais à direita, ligados à igreja, aos comunistas. Aliás, cabe ressaltar, perfil diverso que a CONTAG mantém até hoje. É essa uma de suas características mais marcantes: ser unificada na diversidade ideológica, regional, cultural e produtiva.

A CONTAG nasceu em um momento crítico da atividade política do país. No ano seguinte, o Presidente da República João Goulart foi deposto por um golpe militar. Aconteceu a radicalização e ampliação da luta camponesa que, de um lado, forçou o governo de João Goulart a avançar com a proposta de reforma agrária e, de outro, jogou os latifundiários contra o regime, pois foram eles, no primeiro

momento, que apoiaram as políticas implementadas por João Goulart. Ou seja, o rompimento se deu justamente quando a reforma agrária entrou na agenda de reformas do capitalismo brasileiro.

O governo militar depôs e reprimiu duramente todos os movimentos populares e, com eles, políticos e lideranças comprometidos com as reformas de base, em especial, a reforma agrária. A CONTAG sofreu intervenção. O presidente Lyndolpho Silva e demais diretores foram presos imediatamente, o mesmo acontecendo com outras lideranças sindicais rurais nos estados. Todos os militantes sindicais urbanos e rurais que pleitearam por reformas de base, ou eram ligados aos setores de esquerda, foram presos e torturados, muitos foram exilados ou assassinados.

Após a intervenção, foi constituída uma Junta Governativa que durante um ano administrou a CONTAG. No ano seguinte, uma diretoria foi eleita para administrar a entidade durante o período de 1965 a 1968, tendo como presidente, José Rotta.

Por força da exigência legal, as federações existentes foram unificadas em cada estado, passando de 29 para 11, transformando-as em Federações Estaduais dos Trabalhadores na Agricultura, estrutura que se mantém até hoje. Essa exigência permitia o controle do governo militar, que temia que a existência de muitas ramificações das organizações sindicais saísse do controle estatal.

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiras nesses 40 anos de organização sindical, foi construída com muito sacrifício, prisões e até mortes, principalmente durante o regime militar. Mesmo nos momentos mais difíceis, a CONTAG, as Federações e os Sindicatos, não recuaram das suas convicções políticas e reagiram.

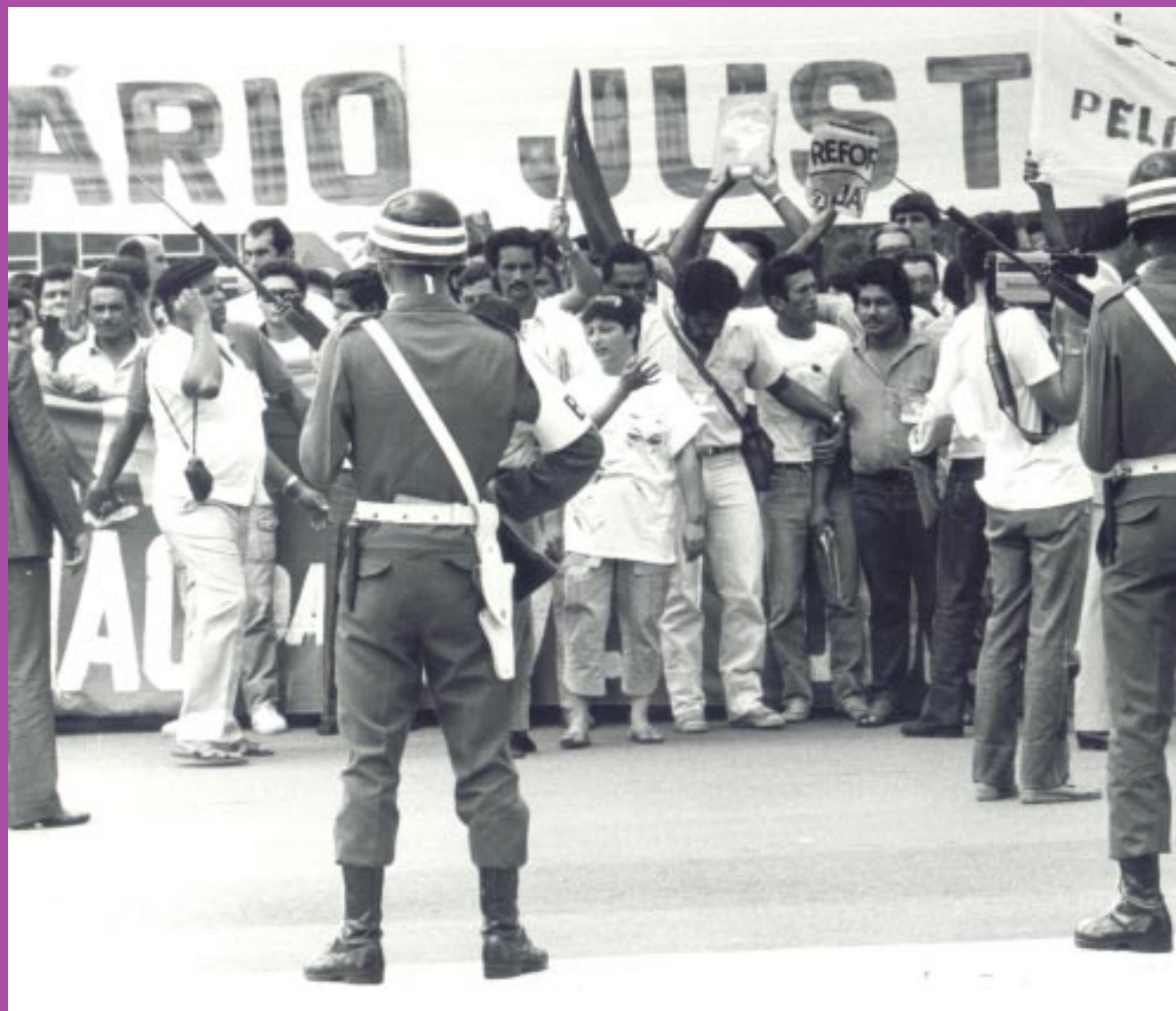
Como resultado dessa postura política firme, contabilizamos hoje muitas vitórias. A exemplo da organização sindical do MSTTR, com Federações nos 27 estados, além dos mais de 4.100 Sindicatos. Ou ainda, a realização dos Gritos da Terra Brasil nos últimos 10 anos, da Marcha das Margaridas - em 2000 e 2003, da organização da Juventude e da Terceira Idade, além da construção de uma organização cooperativista do MSTTR.

Com certeza, essas lutas e conquistas foram instrumentos importantes para a existência das políticas públicas que temos hoje no campo.

Juraci Moreira Souto

Secretário de Finanças e Administração





Durante os anos duros do regime ditatorial militar o MSTR acelerou o processo de organização e politização da classe trabalhadora

CONTAG

Resistiu a regime imposto pelos militares



O Estatuto da Terra, elaborado durante o governo de João Goulart, foi promulgado pelo General Castelo Branco, Presidente da República, devido às pressões internacionais e internas. Ainda assim, marcou uma nova etapa em relação à legislação existente, permitindo, dentre outras coisas, a intervenção do Estado no setor fundiário, mediante a desapropriação de terras por interesse social.

Este dispositivo foi ignorado pelo governo militar, que se concentrou na modernização das relações capitalistas no campo e nos projetos de colonização nas áreas de fronteira, preocupando-se com um projeto agrícola afinado com sua política econômica. Colocou à margem a pequena produção e favoreceu a ampliação da concentração de terra e de renda no país. Houve um estímulo à especulação da terra e de concessões a grandes empresas para atuarem no campo, em especial nas áreas de fronteira agrícola.

A política salarial, controlada pelo governo, impedia os aumentos reais e garantia ao patronato

a crescente exploração de mão-de-obra barata. A repressão à atuação sindical não permitia que os assalariados rurais pleiteassem seus direitos trabalhistas.

Os pequenos e médios produtores foram incentivados a se modernizarem, adquirindo máquinas e equipamentos mediante financiamentos que, mais tarde, não conseguiram pagar. Essa situação, aliada à ausência de uma política diferenciada de créditos, resultou na perda de muitas propriedades, tornando irreversível a ampliação da concentração fundiária no país.

À época, a CONTAG era presidida por José Rotta, que contava com apoio do Ministério do Trabalho. Ele convocou um Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em São Paulo, em 1966. Nesse congresso, ficou explícita a existência de dois grupos políticos, um ligado ao Rotta, e outro ligado a trabalhadores e lideranças que se mostravam comprometidos com as lutas dos trabalhadores, críticos ao modelo de desenvolvimento implementado pelo governo militar.

No ano seguinte, em 1967, o

Rio de Janeiro é transformado em sede da Conferência Nacional Intersindical, congregando representantes dos trabalhadores rurais, bancários, industriários e portuários. Nessa conferência, a defesa da reforma agrária foi unânime, contando com a presença de sindicalistas rurais de quase todos os estados. Foi o início de uma articulação ampla, urbana e rural, de consolidação de uma chapa para concorrer às eleições da CONTAG.

Fruto da união operária e camponesa, por apenas um voto de diferença, a chapa encabeçada por José Francisco da Silva impõe a derrota a José Rotta. Empossada, a nova diretoria convocou todas as federações para um encontro, em Petrópolis (RJ), a fim de elaborar um Plano de Integração Nacional - PIN. Diante da divisão política revelada no processo eleitoral, a preocupação maior era criar um instrumento capaz de garantir a unidade do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais - MSTR.

O PIN elegeu a reforma agrária como uma das bandeiras de luta capaz de propiciar a unidade do movimento, pois seria de fundamental importância não apenas para os diretamente envolvidos nos conflitos pela terra, mas também para o pequeno produtor e o assalariado.

O PIN previu ações específicas para cada setor. No caso dos assalariados, por exemplo, foram incentivadas as ações coletivas,

em grande número, para abarrotar as Juntas de Conciliação e Julgamento, forçando uma tomada de posição favorável aos trabalhadores. Essa proposta, quando levada à prática, causaria uma reação violenta do patronato e do poder público, que ameaçavam e puniam os líderes sindicais por promoverem reuniões nos Sindi-



catos de Trabalhadores Rurais.

A formação de líderes era essencial para o futuro do MSTR. Por meio de cursos sobre a realidade brasileira, legislação trabalhista, agrária, agrícola, cooperativismo e de organização sindical, a CONTAG iniciou um contínuo trabalho de conscientização dos trabalhadores rurais sobre os seus direitos, qualificando-os para a luta cotidiana.

O PIN marcou a singularidade do MSTR dentro do sindicalismo brasileiro. Enquanto as outras confe-

derações urbanas existentes tinham dúvidas entre resistir ou aceitar a intervenção no movimento sindical, a CONTAG optou pelo enfrentamento ao poder econômico e político em uma de suas principais bases: a democratização da terra e a organização política dos trabalhadores rurais, por meio da formação de lideranças.

Durante os 'anos duros' do regime ditatorial militar, 1968 e 1969, os dirigentes do MSTR aceleraram o processo de organização e politização da categoria.

Lançaram o periódico "O Trabalhador Rural", informativo que levava as idéias e propostas da CONTAG às Federações e Sindicatos de todo o país.

Nesse período, a direção da CONTAG qualificou ainda mais a sua forma de comunicação com a base, lançando a revista mensal "O Trabalhador Rural", apresentando análises sobre a conjuntura nacional e sugerindo encaminhamentos para reflexão nos estados.

Os textos reproduzidos no periódico demonstram explicitamente o enfrentamento da CONTAG diante das políticas do governo militar. Num dos primeiros números dessa revista, por exemplo, foi transcrita a carta ao Papa Paulo VI, assinada por José Francisco, que reafirmava: "É, para vencer barreiras centenárias de irracionalidades geradas pelo latifúndio, sinônimo de um poder político, econômico, social e cultural que contrariam a função social de

propriedade, é necessária uma decisão drástica e enérgica pela reforma agrária”.

A necessidade de organizar os trabalhadores nos municípios e constituir sindicatos era uma das grandes demandas do movimento sindical naquele momento. A revista “O Trabalhador Rural” era um dos meios utilizados para chamar os trabalhadores para organização sindical. Existia uma seção chamada “Conversa de Caboclo”, que contava estórias sobre o cotidiano dos trabalhadores rurais, rotina repleta de dificuldades e injustiças. Criadas pela equipe técnica da Contag e assinadas com nomes fictícios, as estórias chamavam a atenção dos camponeses sobre a importância da organização sindical. Em uma dessas estórias consta esse trecho: “E quem é esse sindicato, que vai dar nosso valor? É uma sociedade composta de agricultor. Nós vai lá se reunir, pra acabar com a tal de meia. Que sempre nos tem trazido amarrado no nó da peia.”

A luta essencialmente corporativa, nunca foi a marca do movimento sindical coordenado pela CONTAG, já em 1968, preocupados com a importância da educação para o desenvolvi-

mento do campo, foi organizado um Encontro Nacional, em Petrópolis/RJ. No evento, diversos representantes das Federações concluíram que: “a) o diálogo deve ser a base para a construção de uma proposta educativa para o campo e; b) o método a ser utilizado, deve levar em conta o conhecimento da realidade, que será criticada, para daí se chegar à escolha da ação e a própria ação, conhecimento e crítica”.

Na revista “O Trabalhador Rural”, a direção da CONTAG politizou o debate sobre o papel da organização sindical e utilizou repetidamente o lema “Sindicalismo autêntico, é Sindicalismo livre”. Denunciou a intenção de cooptação do governo através do assistencialismo. Demonstrou que o conceito de desenvolvimento do governo era diferente da idéia do MSTR: “milhões de camponeses continuam morrendo de fome (...), mas o Brasil está em franco crescimento. Sim, porque crescer é bem diferente de desenvolver”.

Levantamento elaborado pela CONTAG, em 1971, demonstrou que a estratégia adotada pelo MSTR foi acertada nos 22 estados, inclusive Brasília e Guanabara, conforme a tabela.

	Municípios brasileiros	Municípios c/ sindicatos	Municípios s/ sindicatos	Média de sócios por sindicato
Início de 1969	3959	705	3254	800
Final de 1971	3959	1045	2914	1132

Fonte: Revista O Trabalhador Rural

Outros dados, sobre o crescimento e consolidação da CONTAG, foram apresentados pelo Presidente José Francisco, na abertura do Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em 1979: “apesar das condições desfavoráveis para o trabalho sindical entre o último Congresso e os dias atuais, passamos de 19 para 21 Federações, de 1.500 sindicatos para 2.275, de dois milhões e meio de associados para mais de cinco milhões”.

A CONTAG estava consolidada, não como um espaço desse ou daquele ‘modo de pensar o sindicalismo’, mas de todas as correntes políticas existentes. Rompeu com a visão imediatista da luta sindical e buscou atender a outras dimensões e necessidades do ser humano, inclusive, apontando o conceito de desenvolvimento que se queria para o campo: “O desenvolvimento deve vir acompanhado de transformações sociais e políticas”.

O mesmo aconteceu com o estímulo à participação. Em registros internos percebe-se que reuniões de avaliação e planejamento sempre estiveram presentes na história dessa entidade, inclusive com a participação da assessoria, demonstrando como praticar democracia interna mesmo em momentos difíceis e sob ameaça constante dos militares.



Os rumos do MSTTR sempre foram decididos pela base

Falar sobre participação da base do movimento sindical de trabalhadoras rurais nas decisões políticas é antes de qualquer coisa, falar dos encontros, seminários e congressos estaduais, regionais e nacionais.

Mesmo antes da fundação da CONTAG os trabalhadores rurais já coordenavam congressos nacionais e estaduais, a exemplo do “Congresso de Belo Horizonte”, em 1961, com 1.600 participantes, ou da 1ª Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, em 1963, realizada em Natal-RN, com 400 representantes de 17 estados. Ou ainda, o congresso de fundação da CONTAG, em dezembro de 1963, que contou com a participação de 29 federações de 19 estados.

Para compreender os desafios na realização de um congresso nacional durante os anos 60 a meados de 70, do século XX, é preciso saber como vivia a população brasileira e, sobretudo, a população rural. Estradas e meios de comunicação precários, poucas linhas de ônibus intermunicipais e interestaduais, e o mais

difícil, driblar a presença de ‘agentes’ do governo ou da polícia - ou dos dois -, infiltrados entre os delegados que vinham dos estados. Esses desafios não impediram que dirigentes sindicais de todo o território nacional se reunissem e construíssem uma estrutura sindical nacional, que fosse plural, representativa e de luta, a CONTAG.

Os Congressos e Encontros garantiam o debate, a socialização e a integração das políticas do movimento sindical. Serviram, também, para consolidar politicamente a Confederação e as Federações, enquanto representação da categoria trabalhadora rural. Em agosto de 1969, a CONTAG em seu periódico, falava sobre essa importância: “No sentido de manter um nível de debates (...) e crescimento das lideranças sindicais, a CONTAG e Federações vêm organizando Encontros e Congressos, (...) a troca de experiência propicia uma real integração”.

Existem registros de Congressos temáticos nos estados desde a década de 60 e 70, do século XX, a

exemplo do Congresso sobre Reforma Agrária e de Jovens Rurais no Rio Grande do Sul: “aconteceu o IV Congresso de Jovens Rurais (...) os congressos da juventude são incentivados pela Federação de Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul e da Frente Agrária Gaúcha”, ou, “os trabalhadores rurais de Santa Catarina reuniram-se dias 7,8 e 9 de novembro, em congresso, com a participação de aproximadamente 400 delegados de mais de 180 sindicatos do Estado”.

As atividades regionais também foram importantes para construir uma identidade nacional do MSTTR. A exemplo do III Encontro das Federações do Nordeste, no Rio Grande do Norte, em junho de 1969, que buscava a integração entre as Federações e a CONTAG. Outro exemplo foi o Congresso Regional de Trabalhadores Rurais que se realizou em Curitiba, com a participação dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Essas Federações buscavam a construção de propostas comuns a serem debatidas no Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

“Dois marcos consolidaram o caminho escolhido pela CONTAG. Crescimento e Organização”



Trajetória das Eleições e Congressos Nacionais da CONTAG

1ª Eleição da CONTAG

Em Congresso participativo, democrático e de construção de estratégias comuns, as organizações que atuam no campo criam a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. O congresso contou com a participação de 29 federações, de 18 estados. Ao final, foi eleita a primeira direção executiva: Lyndolpho Silva/RJ, Sebastião Lourenço de Lima/MG, e Nestor Vera/SP.

2ª ELEIÇÃO DA CONTAG

Com o golpe militar, a direção da CONTAG foi deposta e alguns dirigentes presos. Uma Junta Governativa foi indicada pelo Ministério do Trabalho e, no ano seguinte foi eleita para o período de 1965 a 1968, a diretoria composta por: José Rotta/SP; Euclides A. do Nascimento/PE; Joaquim B. Sobrinho/PA; João de A. Cavalcante/PA; José Lazaro/PR; Nobor Bito/; Agostinho J. Neto/RJ; Joaquim Damasceno/RN

e Antonio J. de Faria/RJ. Para o Conselho Fiscal, foram escolhidos: Jose Felix Neto/SE; José Palhares/RN e João Jordão da Silva/PE.

3ª ELEIÇÃO DA CONTAG

Em 1968, as eleições contaram com duas chapas. Uma encabeçada por José Rotta, que representava a influência do Ministério do Trabalho e, a outra chapa por José Francisco, contando com o apoio de entidades sindicais urbanas e da base do movimento sindical de trabalhadores rurais.

A eleição ocorreu na reunião do Conselho Deliberativo da CONTAG, onde apenas 11 Federações votavam. Por apenas 01 voto de diferença, a chapa encabeçada por José Francisco saiu vitoriosa. Foram eleitos para o mandato de 1968/1971: José Francisco/PE; José Felix Neto/SE; Joaquim A. Damasceno/RN; José Ari Griebler/RS; Geraldo F. Miqueletti/PR; João de A. Cavalcante/PB; Agostinho José Neto/RJ; José Benedito da Silva/AL e Otavio F. Gomes/CE. O Conselho Fiscal: Joaquim Coutinho/RN; Tarciso G. Mendes/CE e Manoel P. da S. Filho/PB.

A retomada da CONTAG pelos legítimos trabalhadores rurais, representou um salto qualitativo e quantitativo. A primeira iniciativa da direção eleita foi a construção coletiva de um Plano de Integração Nacional - PIN, com a participação de todas as federações filiadas, consolidando definitivamente a CONTAG enquanto uma estrutura sindical nacional.

4ª ELEIÇÃO DA CONTAG

Em março de 1971, ocorreu a Reunião do Conselho Deliberativo que escolheu a diretoria da CONTAG para o triênio 1971/1974, composta pelos diretores efetivos: José Francisco/PE; Otavio F. Gomes/CE; Francisco Urbano de A. Filho/RN; Zacarias Pedro/SC; Acácio F. dos Santos/RJ; Agenor P. Machado/SP e José Felix Neto/SE.

Dois marcos consolidaram o caminho escolhido pela CONTAG. O primeiro marco foi o cresci-

mento da organização. Em sua fundação, a CONTAG contava com 475 Sindicatos, distribuídos em 18 estados. Após dez anos, eram 1.881 sindicatos e 19 Federações filiadas, uma Delegacia na Amazônia, atingindo 47,51% dos municípios brasileiros, sendo mais de dois milhões de sindicalizados. O segundo marco, foi a realização do 2º CNTR, com atividades preparatórias nos municípios, estados e grandes regiões do país, envolvendo centenas de dirigentes sindicais na sua construção.

2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - CNTR, a classe trabalhadora faz valer sua vontade.

“o conceito de Segurança Nacional está vinculado também ao desenvolvimento sócio econômico. E esta somente é alcançada plenamente quando o trabalho é realizado como condição da dignidade humana.”.



De acordo com decisão do Conselho Deliberativo da CONTAG, naquele período: “as Federações se movimentarão para motivar os trabalhadores no sentido de se sentirem mais unidos e mais fortes (...). As Federações realizarão encontros ou congressos preparatórios e, a CONTAG, realizará encontro regional em Belém do Pará, Belo Horizonte, Curitiba e Recife. Essas diferentes conclusões serão encaminhadas ao Congresso Nacional, cuja Comissão Coordenadora, para maior sentido de integração, está composta de um membro de cada região do País, indicado nos encontros regionais”.

Apesar das entidades sindicais estarem quase paralisadas pela ação do Ministério do Trabalho e dos órgãos de segurança do regime militar, e a ação sindical limitar-se à defesa dos interesses individuais dos trabalhadores perante à Justiça do Trabalho, os dirigentes do MSTR realizaram um grande congresso.

Houve várias tentativas para impedir a realização do encontro. Proibiram a discussão de temas considerados inoportunos ou ofensivos, tais como reforma agrária e greve, mas ainda assim, o congresso aconteceu com mais de 700 delegados, sob a coordenação da CONTAG, Federações e Sindicatos, em maio de 1973, em Brasília.

O congresso deliberou sobre: Legislação Rural, Educação, Previdência, Reforma Agrária e Desenvolvimento Agrícola. No encerramento, o presidente da

CONTAG enfatizou a necessidade de cumprimento do Estatuto da Terra para: “estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a Justiça Social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio”.

5ª Eleição da CONTAG

Em março de 1974, o Conselho de Representantes da CONTAG elegeu a nova diretoria para o triênio 1974/1977. A diretoria efetiva foi composta por: José Francisco da Silva/PE; Octavio Adriano Klafke/RS; Paulo F. Trindade/ES; Jonas P. de Souza/MT; Francisco Urbano A. Filho/RN; José Felix/SE; Leocadio N. de Oliveira; Acácio F. dos Santos/RJ e José B. da Silva/AL. O Conselho Fiscal foi composto por: Álvaro Diniz; Euclides D. Canalle e João Tavares da Silva.

No entanto, a posse da nova direção não foi tranquila. A CONTAG crescia e ganhava respeitabilidade no Brasil e fora dele. O 2º Congresso representou um marco para a organização da classe trabalhadora rural, logo, o Governo Militar buscou impedir a posse da direção eleita.

Apesar das tentativas do governo, a diretoria foi empossada. À época, era o Ministério do Trabalho quem presidia a solenidade de posse dos dirigentes sindicais urbanos ou rurais. Era costume os dirigentes eleitos falarem por apenas cinco minutos, caso houvesse inscrição prévia. Devido aos desentendimentos anteriores à posse, essa prática foi levada ao extremo. Relatos de dirigentes sindicais da época contam que para frustrar a intenção do governo, eles se inscreviam em bloco e cediam seu tempo para José Francisco, fato que deixou os representantes do Ministério do Trabalho indignados e impotentes diante da astúcia dos dirigentes.

No discurso de posse, o presidente José Francisco reafirmou as bandeiras estratégicas para o movimento sindical de trabalhadores rurais: Reforma Agrária, Política Agrícola, Educação, Previdência Social e Legislação Trabalhista. O discurso provocou surpresa nas autoridades e satisfação nos dirigentes sindicais presentes.

Durante essa Gestão, os cursos de capacitação voltados para a Administração Sindical e regularização dos Sindicatos foram intensificados. Os dirigentes sindicais utilizavam esses cursos para discutir direitos trabalhistas e

reforma agrária, apesar de a convocação “oficial” anunciar que o curso seria sobre administração sindical.

Criaram também nessa gestão a Delegacias Sindicais do estado do Acre e Território Federal de Rondônia. Estimularam, a criação de boletins e programas de rádio pelas Federações, visando a consolidação do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais na base e junto à sociedade brasileira.

6ª Eleição da CONTAG

Em maio de 1977, foi empossada a Direção para o triênio 1977/1980. A diretoria efetiva era composta por: José Francisco da Silva/PE; Roberto T. Horiguti/SP; Paulo F. Trindade; Orgenio Rott/RS; Francisco Urbano A. Filho/RN; José Felix/SE; Henrique Gomes Vilanova/PI; Acácio F. dos Santos/RJ e José B. da Silva/AL. O Conselho Fiscal foi composto por: Álvaro Diniz; Euclides D. Canalle e Jonas P. de Souza.

No discurso de posse, o presidente eleito falou sobre o crescimento e consolidação da entidade em todo território nacional: “Ao assumirmos nosso primeiro mandato, contávamos com 11 federações filiadas, congregando 700 sindicatos, com 600 mil

“Dirigentes sindicais da época contam que para frustrar a intenção do governo, eles se inscreviam em bloco e cediam seu tempo para José Francisco”.

trabalhadores sindicalizados. Contamos hoje, com 20 federações filiadas, abrangendo todos os Estados, menos o Estado do Acre, onde mantemos uma Delegacia; 2.150 sindicatos e 4 milhões e 500 mil trabalhadores sindicalizados. (...) Por isto mesmo, reafirmamos que a solução do problema agrário brasileiro, e, até certo ponto, do crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, reside na fixação do homem à terra, que, para nós, se traduz na implantação da Reforma Agrária”.

A direção realizou um Encontro Nacional, em março de 1978, para estudar e refletir sobre a situação do movimento sindical de trabalhadores rurais no âmbito nacional. O país atravessava um intenso processo de mobilização com greves de metalúrgicos e bancários, organização da sociedade civil pró-Anistia, acirramento da violência no campo, em especial, depois do assassinato do advogado baiano Eugenio Lira da Silva, que defendia as causas de trabalhadores rurais.

Nos primeiros meses de 1979, por ato do Ministro do Trabalho, foram afastados os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Paulo. A CONTAG saiu em defesa dos dirigentes, conforme matéria publicada no jornal Estado de São Paulo: “solidariedade aos metalúrgicos do ABC paulista, que se valeram do legítimo direito da greve para

a conquista de justas reivindicações da categoria”.

3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - CNTR - “Um marco na História da classe trabalhadora rural”.

Na perspectiva de analisarem e deliberarem sobre as grandes questões vividas pelo país, 1.600 delegados se reuniram, em maio de 1979, em Brasília, para o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

O congresso considerou as políticas agrárias e agrícolas governamentais as responsáveis



pelo agravamento da concentração da terra e dos conflitos sociais, pela expulsão em massa dos trabalhadores do campo e pelas dificuldades crescentes enfrenta-

das pelos pequenos proprietários.

Conseqüentemente, houve pressão do governo para impedir a realização do congresso, inclusive, a tentativa de impedir que delegações dos estados chegassem à Brasília. A armadilha esbarrou na vontade política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e das suas organizações, que realizaram um dos maiores e mais bonito congresso da categoria à época.

Esse congresso consolidou e deu visibilidade nacional ao sindicalismo de trabalhadores rurais coordenados pela CONTAG. Também explicitou as demandas de quem vive e produz no campo, articulou a luta por reforma agrária e pela redemocratização do país.

Foram aprofundadas questões estratégicas, como reforma agrária ampla, massiva e imediata com a participação do trabalhador; liberdade e autonomia sindical; auto-sustentação do Movimento; educação; política salarial; contratação coletiva de trabalho; Justiça do Trabalho e seu funcionamento; arrendamento e parceria; crédito e seguro agrícola; crédito fundiário; assistência técnica e insumos; comercialização e preços mínimos; cooperativismo; obras de infra-estrutura e Previdência Social Rural.

Outra importante deliberação desse congresso foi o debate sobre a criação de uma Central Única, capaz de englobar todos os trabalhadores brasileiros e unificar suas lutas. Também foram aprovadas duas moções: pela Anistia

e completa redemocratização do país e, outra, pela ocupação da terra e preservação do meio ambiente.

A linha de ação sindical adotada a partir do 3º CNTR representou, sem dúvida, um passo significativo e decisivo para o avanço das lutas e da unidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. A principal “marca” foi a decisão de atuar em Ações Coletivas, que hoje chamamos de ações de massa. Campanhas salariais foram desencadeadas em todo o país, com os trabalhadores rurais recorrendo à greve como forma de dobrar a intransigência patronal.

Essa postura levou a entidade a ser disputada por todas as forças políticas que atuavam no movimento sindical brasileiro. Principalmente durante os embates que marcaram os primeiros anos da década de 80, seja em torno da formação das Centrais Sindicais, ou em relação aos acordos que marcaram a constituição da frente denominada Aliança Democrática e a derrota do regime militar.

7ª Eleição da CONTAG

Em abril de 1980, foi empossada a direção para triênio 1980/1983. A Diretoria Efetiva era composta por: José Francisco da Silva/PE; Roberto T. Horiguti/SP; André Montalvão/MG; José B. da Silva/AL; Gelindo Zulmiro Ferri/RS; Jonas P. de Souza/MT; Eraldo Lírio de Azevedo/RJ; Francisco Urbano A. Filho/RN e Henrique Gomes Vilanova/PI. O Conselho

Fiscal foi composto por: Álvaro Diniz; João F. de Souza e Norberto Kortmann.

A festa de posse contou com a presença dos ex-dirigentes Lyndolpho Silva e José Pureza da Silva, ambos fundadores da CONTAG e, de volta ao país após vários anos de exílio. Eles enfatizaram a importância da entidade na vida política do país, inclusive, pelo seu tamanho, capilaridade e pluralidade de idéias. Eram 21 Federações Estaduais e 2.346 sindicatos filiados, congregando 6 milhões de trabalhadores sindicalizados.

8ª Eleição da CONTAG

Em abril de 1983, foi empossada a direção para o triênio 1983/1986. A direção Efetiva era composta por: José Francisco da Silva/PE; Roberto T. Horiguti/SP; André Montalvão/MG; Estevam N. de Almeida/BA; Gelindo Zulmiro Ferri/RS; Jonas P. de Souza/MT; Eraldo Lírio de Azevedo/RJ; Francisco Urbano A. Filho/RN e Osmar Araújo/PI. O Conselho Fiscal foi composto por: Álvaro Diniz; João F. de Souza e Norberto Kortmann.

O Brasil vivia um novo cenário político construído também pelo o movimento sindical de trabalhadores rurais. As discussões sobre a fundação de uma Central Sindical foram retomadas e a CONTAG participou, coordenou e cedeu suas instalações para muitas das reuniões da Comissão Pró-CUT.

O presidente eleito fez um

resgate sobre a trajetória política e de luta da entidade. Ressaltou que os contratos coletivos e o estabelecimento de preços mínimos em muitas culturas eram uma realidade; que o número de ocupações e conseqüentemente de conflitos agrários ampliaram e que as organizações dos trabalhadores atingidas pela seca qualificaram as lutas no Nordeste.

4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - CNTR, “Reforma Agrária para acabar com a fome e o desemprego no campo e na cidade”.



Demonstrando mais uma vez sua capacidade de organização, o MSTR realizou o 4º CNTR, em maio de 1985, com 4.100 delegados, eleitos em assembleias municipais, encontros estaduais e regionais. As delegações dos estados eram compostas de um delegado da direção do sindicato e um dirigente de base escolhido em assembleia. Quase 600 convidados e observadores de diversas organizações da sociedade civil nacional e internacional participaram do evento.

O debate sobre o modelo de reforma agrária, defendida pelo MSTR, foi o ponto alto desse congresso. Principalmente porque

o Presidente da República, José Sarney, havia falado na abertura do 4º congresso sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e sua importância estratégica para o desenvolvimento do país. Em votação simbólica, os delegados e delegadas aprovaram a proposta do PNRA, apresentada pelo governo federal.

O congresso reafirmou também as reivindicações da categoria em relação às questões agrícolas, trabalhistas, sindical, previdenciária e sobre os grandes temas nacionais. Entendendo a necessidade de democratização na participação da base nos destinos do MSTR, os delegados aprovaram

realização de eleições da CONTAG e Federações em Congresso, com mandato de três anos.

No mesmo ano, as Federações de Goiás e do Rio de Janeiro realizaram seus congressos eleitorais. No entanto, foi necessário referendar a diretoria eleita em reunião do Conselho Deliberativo da entidade, em função da legislação vigente.

9ª Eleição da CONTAG

“1ª Eleição da história da CONTAG em Congresso”

Quase 2 mil delegados de todos os Estados estiveram em Brasília na 1ª Eleição Congressual, em dezembro de 1985. Nesse congresso, votaram as direções das Federações e um delegado de cada sindicato escolhido em assembleia, sendo assegurado um mínimo de cinquenta delegados para os estados com menos de cinquenta Sindicatos.

Romperam com a Legislação Sindical autoritária e ampliaram a participação dos trabalhadores rurais nas decisões de suas entidades e na condução de suas lutas. Era a busca da conquista de um sindicalismo livre, autônomo, forte, unitário e democrático.

Uma importante deliberação foi a ampliação da participação das Federações nos Conselhos Deliberativos da CONTAG, passando a ser quatro delegados (as) efetivos (as) e quatro delegados (as) suplentes.

A realização desse congresso eleitoral para o triênio 1986/1989



foi uma vitória da democracia e participação da base nos destinos do MSTR, apesar da necessidade ‘legal’ de ratificação dos nomes escolhidos pelo Conselho Deliberativo da CONTAG.

A direção Efetiva era composta por: José Francisco da Silva/PE; Ezidio V. Pinheiro/RS; Divino Goulart/GO; Francisco Sales/MA; André Montalvão/MG; Jonas P. de Souza/MT; Elio Neves/SP; Eraldo Lírio de Azevedo/RJ; Francisco Urbano A. Filho/RN; Aloísio Carneiro/BA; Pedro Ramalho/MS e José Amadeu Araújo/CE. O Conselho Fiscal foi composto por: Henrique Gomes Vilanova; João F. de Souza e Norberto Kortmann.

10ª Eleição da CONTAG

“Eleição da CONTAG de 1989 não ocorreu em Congresso”.

Apesar da deliberação do 4º CNTR, a eleição da diretoria e conselho fiscal da CONTAG - Gestão 1989/1992, não aconteceu em Congresso. As urnas foram colocadas nas sedes das Federações. A votação foi de um delegado por Sindicato.

A CONTAG justificou essa decisão: “o MSTR vive uma crise financeira sem precedentes que se reflete nas dificuldades enfrentadas pela CONTAG, Federações e Sindicatos para desenvolverem uma programação a altura das

necessidades dos trabalhadores. A Contribuição Sindical, sua principal fonte de receita está corroída por uma imensa desvalorização. A realização, em Brasília, de um congresso eleitoral com 3.200 participantes, ou seja, 01 por sindicato, esbarra principalmente na falta de recursos. Daí o Conselho ter aprovado por ampla maioria, o critério de 02 delegados por cada 10 sindicatos. Todavia, dificuldades surgidas em alguns estados na condução deste processo eleitoral como fora definido, levaram a direção da CONTAG a ouvir as federações quanto à possibilidade de eleições através de urnas em suas próprias sedes, nos Estados, com a participação de 01 delegado por sindicato, atendendo critério definido no 4º CNTR”.

A Diretoria Efetiva eleita era composta por: Aloísio Carneiro/BA; José Francisco da Silva/PE; José Amadeu Araújo/CE; Antenor Beni/PR; Erny Knortst/RS; André Montalvão/MG; Norberto Kortmann/SC; Vitor Jorge Faita/SP; Francisco Sales/MA; Francisco Urbano A. Filho/RN; Pedro Ramalho/MS e Adevaír N. de Carvalho/ES. O Conselho Fiscal foi composto por: Jonas P. de Souza; Eraldo Lírio de Azevedo e Henrique Gomes Vilanova.

Nessa eleição foi eleita a primeira mulher, a sergipana Gedalva de Carvalho, enquanto



suplente da direção da entidade. As mulheres conquistam a Comissão Nacional Provisória da Trabalhadora Rural, que apesar de subordinada à presidência da entidade, dava os primeiros passos para consolidar a organização das mulheres trabalhadoras rurais.

Também nessa gestão decidiram apoiar uma candidatura à Presidência da República e a reaproximação com setores cutistas. O Conselho Deliberativo da CONTAG aprovou o documento intitulado: “MOVIMENTO SINDICAL NA LUTA PELA VITÓRIA DE LULA”, enviado

“A democratização da terra é a base para a democracia no Brasil”



A tradição democrática e pluralista da CONTAG requer uma diretoria que represente o universo das concepções existentes no campo

para todas as federações e sindicatos do país, convidando todos ao engajamento na campanha eleitoral nos municípios e nas capitais.

11ª Eleição da CONTAG

5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - CNTR. “TERRA, PRODUÇÃO, SALÁRIO”.

“apesar das tentativas de desarticulação das organizações sociais promovidas pelo governo, o MSTR Reuniu mais de dois mil delegados (as) de

todo o país, para rediscutir e redefinir suas lutas”.

No 5º CNTR, em novembro de 1991, em Brasília, a participação da base foi ampliada qualitativa e quantitativamente. Elegeram o dirigente do Rio Grande do Norte, Francisco Urbano. Os Encontros Regionais preparatórios no Nordeste, Norte e Centro-Sul, contaram com a participação de 20 estados. Foram levantados os principais pontos a serem aprofundados no congresso: Organização Sindical, Participação Política nas Questões Nacionais, Luta pela Reforma Agrária, Luta dos Pequenos Agricultores, Luta dos Assalariados Rurais, Saúde e Previdência Social.

As conclusões dos encontros regionais foram sistematizadas e remetidas para as assembléias de base. As observações oriundas das assembléias regionais constituíram o Documento Base, com análise e proposições a serem discutidas e deliberadas nas Plenárias e Congressos Estaduais. Foram escolhidos (as) 02 delegados (as) por Sindicato e, 02 mulheres trabalhadoras rurais por Estado, independente das eleitas nas assembléias dos Sindicatos.

Durante a preparação do congresso, as direções da CONTAG e da CUT Nacional buscaram alternativas que possibilitassem uma composição dos segmentos que atuavam no MSTR com os segmentos que atuavam a partir do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT. O êxito desses esforços estava presente no discurso de abertura de Aloísio Carneiro, presidente da CONTAG, que destacou a trajetória política da CONTAG e da sua tradição democrática e pluralista. Aloísio afirmou a necessidade da eleição de uma diretoria que representasse o universo das concepções existentes no campo.

A direção efetiva eleita era composta por: Francisco Urbano A. Filho/RN; Aloísio Carneiro/BA; José Francisco da Silva/PE; Juarez L. Pereira/MG; Tereza Silva/MG; Hilário Gottselig/SC; José Fialho/MS; Itálico Cielo/RS; José Raimundo de Andrade/PB e Francisco Sales/MA. Conselho Fiscal: Antonio Zarantonello; Wilson Paixão e Osmar Araújo.

Os principais avanços do 5º CNTR foram:

- *Aprofundamento do debate nas bases sobre a filiação da CONTAG a uma central, sindical sendo a CUT a central de maior afinidade com os critérios estabelecidos pelo MSTR.*
- *Eleição da direção em Congresso, respaldada pelo Estatuto da CONTAG, com a presença de uma mulher na diretoria efetiva.*
- *Reorganização interna da CONTAG com a criação de secretarias específicas por frentes de luta e os novos diretores eleitos para comandar uma área específica.*
- *Ampliação das mobilizações de base na luta pela terra, por crédito, nas lutas salariais, em defesa do SUS, etc.*
- *Maior inserção nas frentes de lutas intercategorias e em parceria com organizações da sociedade civil.*

1º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores Rurais - CNETR

“... não podemos sacrificar a nossa intervenção nos processos eleitorais gerais que o país viverá, convocando um congresso massivo em Brasília. As eleições de agora terão a responsabilidade de construir o amanhã...”.

Constatando que o próximo congresso aconteceria na segunda quinzena de novembro, no mesmo período em que ocorreriam as eleições gerais de 1994, o Conselho Deliberativo aprovou a realização de um Congresso Extraordinário, em Brasília, em agosto de 1994.

O temário do 1º CNETR:

- I - Sindicalismo e Organização Sindical;
- II - Luta pela Reforma Agrária;
- III - Luta dos Pequenos Produtores;
- IV - Luta dos Assalariados Rurais;
- V - Saúde e Previdência Social e;
- VI - Reformulação dos Estatutos da CONTAG.

Participaram a direção executiva da CONTAG, direção efetiva das Federações e delegados eleitos em número correspondente a 10% dos sindicatos filiados a cada Federação. Foi assegurada a participação das diretoras da CONTAG, como delegadas, e de duas trabalhadoras rurais por estado.

O congresso extraordinário foi coordenado pelo Presidente em exercício, Aloísio Carneiro. Francisco Urbano estava licenciado para concorrer a uma vaga para o Senado Federal, pelo Rio Grande do Norte. As propostas aprovadas nesse congresso municariam as Federações e a CONTAG nas negociações com os governos federal e estadual, eleitos em 1994.

Deliberações do 1º CNETR

- I - Meta de assentar 2 milhões de trabalhadores (as) nos próximos cinco anos.
- II - Entendimento que reforma agrária é um programa prioritário e emergencial para o combate à fome e à miséria.
- III - Política diferenciada para o pequeno produtor.
- IV - Fiscalização do Ministério do Trabalho para o cumprimento da Legislação Trabalhista e, que possibilite a eliminação do trabalho escravo, tráfico de mão-de-obra, exploração do trabalho infantil e discriminação da mulher.
- V - Realização do 6º CNTR em abril de 1995.
- VI - Defesa da Unicidade Sindical e da Estrutura Confederativa.

12ª Eleição da CONTAG

*6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - CNTR.
“Nem fome, nem miséria. O campo é a solução”.*

Na preparação do congresso, o MSTR avançou na capacidade de inovar e qualificar a organização sindical no campo. A Comissão Coordenadora do Congresso foi composta por representação de todas as regiões. Foram delegados (as): I) Diretoria Efetiva da CONTAG; II) Diretoria Efetiva das Federações, até o máximo de sete; III) Um delegado (a) por Sindicato, eleito em assembléia; IV) Duas mulheres

“A deliberação pela filiação à CUT, provocou intenso debate na base da CONTAG, das Federações, dos Sindicatos de trabalhadores rurais e da própria central”

para cada proporção de 10% dos STRs quites com a Federação, independente daquelas escolhidas pelos STRs, das diretorias das Federações e das que faziam parte da diretoria efetiva da CONTAG.

A preocupação em garantir a participação efetiva da base nas decisões foi fundamental para a construção de um congresso que consolidasse a Unidade Política da classe trabalhadora no campo e na CUT. Em maio de 1995, 2 mil trabalhadores (as) rurais participaram, em Brasília, do 6º CNTR.

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais condenaram o projeto neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso; reafirmaram a Reforma Agrária enquanto bandeira prioritária; defenderam a definição de uma política agrícola diferenciada para a agricultura familiar, o combate ao trabalho escravo e a preservação dos direitos previdenciários, sociais e trabalhistas conquistados na Constituição de 1988.

Todo o processo de elaboração e realização do Congresso representou uma lição de debate, de política e de organização. O evento explicitou a necessidade da classe trabalhadora rediscutir a sua prática de luta e de convivência democrática com as divergências. A direção eleita tinha o desafio de reorganizar e recompor a Unidade construída ao longo dos mais de 30 anos da CONTAG. Essa unidade precisava ser permanentemente revitalizada para o enfrentamento dos novos e históricos desafios que estavam postos para o movimento.

A negociação de composição da nova diretoria não agradou a todos os segmentos representados. No encerramento do congresso, as delegadas distribuíram nota de repúdio à forma de escolha dos nomes para compor a direção eleita. Denunciaram a ausência dos nomes de mulheres identificadas previamente pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais: “Queremos manifestar nosso repúdio à forma como fomos desrespeitadas,

ofendidas e discriminadas em todo o processo, em função de alianças e negociações que se deram de forma fechada, desrespeitando plenárias estaduais e também o anseio da maioria deste Congresso”.

Essa insatisfação momentânea estimulou, ainda mais, a organização e intervenção qualificada das mulheres nos congressos que aconteceriam daí por diante, nos âmbitos nacional, estadual e municipal.

Resultado da Eleição para direção da CONTAG

Total de Delegados (as) = 1.563

1.110 votos a favor

103 votos brancos

346 votos nulos

A direção eleita teve a seguinte composição: Diretoria Efetiva: Francisco Urbano A. Filho/RN; Avelino Ganzer/PA; Gerônimo Brumatti/ES; Francisco Miguel de Lucena/CE; Maria Santiago de Lima/RO; Hilário Gottselig/SC; Norival Guadagnin/SP; Francisco Sales/MA; Alberto Ercílio Broch/RS; Guilherme Pedro Neto/GO; Airton Luiz Faleiro/PA e Sebastião Rocha/MG. Conselho Fiscal: Antonio Zarantonello; Divino Goulart e Almir José Feliciano.

Filiação à CUT

O estreitamento das relações da CONTAG com as organizações que atuavam no campo e, a deliberação pela filiação à CUT, provocou intenso debate na base da CONTAG, das Federações, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da própria central.

Em reunião do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais - DNTR/CUT, realizada em São Paulo, em novembro de 1994, contando com a presença de Lula, os militantes decidiram que, caso a opção fosse por uma composição na direção da CONTAG no 6º CNTR, os nomes da CUT

seriam de Francisco Miguel do Ceará (CE), Guilherme Pedro Neto (GO), Maria Santiago de Lima (RO); Airton Faleiro e José Roberto Faro (PA).

Em Congresso Nacional do DNTR/CUT, realizado em Goiânia/GO, com uma votação apertada, o DNTR aprovou a estratégia de trabalhar “por dentro da CONTAG” e, referendou os nomes aprovados em São Paulo. O encontro contou com a presença das cinco Federações filiadas à CUT - Acre, Pará, Rondônia, Tocantins e Goiás.

A votação ocorreu através de cédula específica.

Resultados da votação para filiação da CONTAG à CUT no 6º CNTR

Total de delegados (as) 1.563

841 votos pela filiação já

546 votos pela filiação em janeiro/1996

116 votos nulos

42 votos brancos

Após o congresso da CONTAG, foi convocado outro Congresso Nacional do DNTR para definir estratégias de ação da CUT no campo. Foi aprovada a imediata extinção do DNTR. Nos estados onde as Federações não fossem filiadas, a extinção dos DETRs ocorreria quando se concretizasse a filiação à CUT. Onde houvesse composição nas direções das Federações, a opção seria de trabalhar por dentro e extinguir os DETRs, a exemplo do que ocorria no Paraná, Paraíba e Rio Grande do Sul. Nos demais estados, os DETRs trabalhariam a aproximação com essas Federações buscando estabelecer composição na direção, ou mesmo, a filiação delas à CUT.

13ª Eleição da CONTAG

7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - CNTTR. “Rumo a um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável”.

“...os próximos anos serão decisivos, será uma luta desigual, mas de fundamental importância, pois o que está em jogo é o futuro do Brasil e de toda a sua população...”

Um salto qualitativo e quantitativo se processou na organização e trajetória política da CONTAG, merecendo destaque a velocidade dessas mudanças nos últimos 10 anos. O 7º congresso representou um marco dessas mudanças. No período de 30 de março a 02 de abril de 1998, mais de 1.400 delegados e delegadas debateram e aprovaram um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS.

A construção do congresso se deu nos três níveis: municipal, com as assembleias para debate e eleição dos delegados (as) para a Plenária Regional ou Estadual; estadual, com Plenárias para debate e eleição dos delegados (as) ao Congresso Nacional; nacional, com a realização do 7º CNTTR.

A Coordenação foi escolhida em Conselho Deliberativo. Sendo dois dirigentes da CONTAG, um (a) dirigente de cada Federação e a representação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - CNMTR.

O Documento Base do congresso traduzia as mudanças que ocorriam no meio rural e os desafios que estavam colocados para o MSTTR. Trouxe para o debate, as reflexões vindas dos cinco Seminários Regionais de aprofundamento sobre o modelo de desenvolvimento rural para o país.

Nascia o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS, a partir de uma ampla e massiva reforma agrária; na expansão, valorização e fortalecimento da agricultura familiar; e na melhoria das condições de vida e de trabalho dos





Os congressos da CONTAG garantiram o debate, a socialização e a integração nacional das políticas do movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais

assalariados e assalariadas rurais. Esse projeto representou um passo significativo na articulação e unificação das lutas da categoria na esfera nacional e para o fortalecimento de um novo tipo de interseção campo e cidade.

O projeto também ampliou a visibilidade política das mulheres coordenadas pela CNMTR, que já haviam conquistado a inclusão da Coordenação da Comissão Nacional no Estatuto da CONTAG. Incluíram mais um “T” no nome do congresso, passando a ser 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - CNTTR, demonstrando a compreensão que o MSTTR possui dois sexos. Também passou a ter três dirigentes na direção efetiva da CONTAG. As novas diretoras ocuparam a Coordenação da CNMTR e as Secretarias de Políticas Sociais

e de Secretaria de Organização e Formação Sindical.

Esse congresso buscou preparar as entidades sindicais do MSTTR para enfrentar novos desafios; aprovou a cota mínima de 30% de mulheres trabalhadoras

rurais em todas as instâncias do movimento; estabeleceu a auto-sustentação com base nas contribuições voluntárias; iniciou o debate sobre a inclusão de Jovens e a Terceira Idade nas entidades sindicais.

A organização e estrutura sindical foi o tema mais polêmico do congresso e recebeu um momento específico para debater o assunto. Os delegados (as) aprovaram a realização de um Congresso Extraordinário para aprofundar esse tema. Antes do congresso extraordinário, o Movimento desencadeou um

grande processo de discussão em todos os espaços sindicais, com o objetivo de definir uma proposta que permitisse a construção da organicidade no movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, a partir dos seguintes elementos: relação com a CUT, organização de base, estrutura associativa/cooperativa, regionalização de base sindical, diferenciação na representação de segmentos (assalariados, agricultores familiares), relações internacionais, auto-sustentação financeira.

O 7º representou uma prova da democracia e unidade do MSTTR. Todas as forças políticas participaram e interviram de forma qualificada. Saíram unidos em torno das propostas aprovadas e da nova diretoria eleita, apesar, de duas chapas do campo cutista terem disputado as eleições para a direção da CONTAG.

Uma chapa foi encabeçada pelo pernambucano Manoel José dos Santos, o Manoel de Serra. A outra, pelo gaúcho, radicado no Pará, Airton Faleiro. Como em qualquer disputa que envolvam companheiros (as), ficaram algumas cicatrizes, abrandadas ao longo dos três anos de mandato da direção eleita.

A direção da CONTAG teve a seguinte composição: **Diretoria Efetiva:** Manoel José dos Santos/PE; Gerônimo Brumatti/ES; Francisco Urbano A. Filho/RN; Agnaldo dos Santos Meira/BA; Maria do Ó do Nascimento/AL; Hilário Gottselig/SC; Mario Plefk/PR; Alberto Ercílio Broch/RS; Sebastião Rocha/MG; Guilherme Pedro Neto/GO; Maria da Graça Amorim/MA; Maria de Fátima R. da Silva/PI e Raimunda Celestina de Mascena/CE. **Conselho Fiscal:** José Roberto de Assis; Antonio Zarantonello e Maira Bottega.

2º Congresso Nacional Extraordinário dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - CNETTR

“A prioridade será a discussão na base, os trabalhadores e trabalhadoras rurais deverão determinar qual o tipo de sindicalismo que irá representá-los no próximo milênio”.

Antecipando-se ao 2º Congresso Extraordinário, realizado em outubro de 1999, foi realizado um

seminário nacional sobre Organização e Estrutura Sindical, com palestrantes que representavam todas as concepções a respeito dos temas em debate. Ocorreram, também, cinco seminários regionais para discussão do Documento Base do congresso, com o propósito de preparar as lideranças sindicais dos estados para o debate nas assembléias dos Sindicatos e nas Plenárias Estaduais e Regionais das Federações.

Quanto à participação, foi aprovado que: I - as assembléias dos STRs elegeriam os delegados (as), proporcional ao número de sócios quites; II - os Encontros Regionais elegeriam os delegados (as) regionais na proporção de 01 para cada 03 delegados (as) presentes; III - a Plenária Estadual elegeria os delegados (as), na proporção de 01 delegado (a) para cada STR filiado à FETAG. Participaram ainda, como delegados (as), as diretorias das Federações e da CONTAG. Todo o processo de escolha de delegados (as) obedeceu à cota mínima de 30% de mulheres trabalhadoras rurais.



As principais deliberações foram:

- defesa da Unicidade Sindical pelo MSTTR;
- transparência administrativa das entidades sindicais;
- participação da base nas decisões da entidade;
- criação da Comissão de Ética Nacional;
- ampliação do mandato da direção da CONTAG para 04 anos, com uma Plenária Nacional de avaliação e ajustes após os dois primeiros anos;
- definição de agricultor (a) familiar, admitindo até dois empregados permanentes;
- criação da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores Rurais no 8º CNTTR;
- constituição das Regionais da CONTAG;
- estreitar relações com a CUT.



A criação da Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e a estrutura cooperativista ligada ao MSTTR, foram dois grandes marcos. É o futuro sendo construído.

valorização e o fortalecimento da Agricultura Familiar, a geração de emprego e renda no campo e, por melhores condições de vida e de trabalho para os assalariados e assalariadas rurais.

Esse congresso foi mais uma prova da capacidade do MSTTR em refletir coletivamente, de maneira democrática e participativa, explicitando e enfrentando

as divergências existentes, na busca da construção de um MSTTR autônomo, independente, classista e de luta.

Os delegados e delegadas avaliaram que apesar das dificuldades vividas no enfrentamento com o governo de Fernando Henrique Cardoso, o MSTTR, em nenhum momento, se curvou aos desmandos e ao autoritarismo imposto pelo governo. Pelo contrário, a CONTAG, Federações e Sindicatos, estiveram à frente das principais mobilizações nacionais, estaduais e municipais.

Avaliaram as consideráveis vitórias obtidas pelo MSTTR, a exemplo do Grito da Terra Brasil - GTB/2000, que mobilizou mais de 10 mil trabalhadores (as) em Brasília. E a Marcha das Margaridas, que também mobilizou mais de 40 mil mulheres trabalhadoras rurais na capital federal. Essas mobilizações conquistaram a retirada da Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP, do PRONAF e elevaram seus recursos para mais de 4 bilhões. Conquistaram ainda a assinatura do Programa Crédito Fundiário e a renego-

14ª Eleição da CONTAG

8º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - CNTTR. “Avançar na construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável”.

Nesse congresso, o Conselho Deliberativo incorporou mudanças para inscrição das chapas concorrentes à direção da CONTAG. O registro passou a ser realizado até quinze dias antes do Congresso com a finalidade de evitar esvaziamentos do plenário pelos delegados (as) que articulavam a composição de uma ou mais chapas. Essa decisão possibilitou maior aprofundamento do debate político.

Em março de 2001, em Brasília, ocorreu o 8º CNTTR com mais de 2 mil delegados e delegadas. O MSTTR reafirmou a estratégia de avançar na construção do PADRS, tendo como princípios a realização de uma Ampla e Massiva Reforma Agrária, a

ciação das dívidas acumuladas da agricultura familiar.

As principais deliberações foram:

- impedimento de participação das atividades do MSTTR, das Federações que não realizem eleições em Congresso e que não cumpram a política de cotas de 30% de mulheres;
- membros da direção do STR que não efetuarem prestação de contas ficam impedidos de concorrer a eleições sindicais;
- mudança no Estatuto da CONTAG para acrescentar o cargo de Coordenação Nacional da Juventude Trabalhadora Rural;
- constituição de uma estrutura cooperativista da agricultura familiar;
- elaboração e implementação de um Plano Nacional de Reforma Agrária, com definição de metas e ações regionais e com atribuições descentralizadas para os governos estaduais.
- apresentar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei do MSTTR, que trata de alterações nas regras de contribuição e ampliação do acesso aos benefícios previdenciários;
- defesa do Projeto de Emenda Constitucional que estabelece limites de 35 módulos fiscais para propriedade da terra, como bandeira de luta para ampliação da Reforma Agrária.
- intensificar as ocupações de terras e acampamentos, como instrumento essencial para conquista da terra e principal forma de mobilização e pressão.
- realizar Campanha Nacional de recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, envolvendo CONTAG, FETAGs, STRs e entidades de trabalhadores de âmbito nacional.
- dar continuidade à Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho na Área Rural- CANPATR sobre segurança nos transportes e alojamentos dignos.
- Campanha nacional de prevenção e combate contra os riscos e uso dos agrotóxicos, objetivando uma campanha pelo o fim dos agrotóxicos;
- realização do Congresso Nacional da Terceira





Idade;

- contraposição ao plantio e comercialização de Transgênicos;
- estimular a produção orgânica, enquanto estratégia;
- descentralizar a produção do programa a VOZ da CONTAG de forma a favorecer sua regionalização.

Todas as forças políticas participaram de forma qualificada no debate, mas não foi suficiente para unificar o processo eleitoral. Duas chapas concorreram à eleição da direção da CONTAG. Uma chapa encabeçada por Manoel de Serra e, outra, encabeçada pelo baiano Edson Pimenta.

No entanto, a sabedoria política dos (as) dirigentes sindicais do MSTTR, comprometidos com a construção de uma entidade nacional forte e representativa, mais uma vez superou as diferenças e passou a coordenar coletivamente as lutas gerais e específicas da maior organização sindical da América Latina.

Numa demonstração de maturidade política, os dirigentes sindicais do MSTTR deram continuidade às ações de massa e de enfrentamento da política neoliberal, contribuindo para a construção de um Brasil mais justo e solidário, com uma política econômica centrada no bem estar de todos os brasileiros e brasileiras do campo e da cidade.

A direção eleita teve a seguinte composição: Diretoria Efetiva: Manoel José dos Santos/PE; Alberto Ercílio Broch/RS; Manoel Candido da Costa/RN; Hilário Gottselig/SC; Maria do Ó do Nascimento/AL; Juraci Moreira Souto/MG; José de Jesus Santana/BA; Airton Faleiro/PA; Guilherme Pedro Neto/GO; Maria da Graça Amorim/MA; Francisco Miguel de Lucena/CE; Maria de Fátima R. da Silva/PI; Raimunda Celestina de Mascena/CE e Simone Battestin/ES. Conselho Fiscal: Francisco Sales, Gilson Francisco da Silva e Maria Helena Baungarten.

A Marcha das Margaridas - 2000 razões para marchar, mobilizou mais de quarenta mil mulheres trabalhadoras rurais em Brasília



Lyndolpho Silva

Primeiro presidente da CONTAG

Nas comemorações dos 40 anos de criação da CONTAG, Lyndolpho Silva encontrava-se em São Paulo, hospitalizado. O depoimento é um resgate das suas declarações quando das comemorações dos 30 anos da Confederação, em 1993.

Durante as festividades dos 30 anos da CONTAG, em Brasília, Lyndolpho reproduziu parte da história de lutas do MSTTR. Ele recordou que a luta dos posseiros concentrava-se na defesa da titulação da terra, com base na lei de usucapião, já que cultivavam a terra e pagavam impostos. O empenho político dos assalariados tinha outra vertente: a obtenção de salários condizentes.

Lyndolpho explicou que a maioria dos camponeses era mais que trabalhador do campo. A situação representava o elo de ligação entre o trabalho como forma de sobrevivência e a

manutenção da terra como valor econômico nas mãos do proprietário. Este elo era representado por um aspecto quase feudal na relação com o latifúndio: o lavrador morava na fazenda. A classe social a que pertencia constituía um semiproletariado.

O pioneiro da CONTAG também explicou, em respostas aos críticos dos primeiros momentos da atuação política da CONTAG, que o surgimento da Confederação não foi uma “outorga” do estado, mas uma combinação de dois fenômenos: um político com o recuo do governo para acalmar os ânimos, e outro social, com a persistência da classe trabalhadora rural.



José Francisco da Silva

ex-presidente da CONTAG

Foi o primeiro presidente da CONTAG depois da retomada da instituição, em 1968. Ligado ao partido comunista, “Zé Francisco”, dirigiu a entidade por 21 anos, nos piores momentos da

vida institucional do país. Enfrentou o latifúndio e a repressão militar nas suas mais agressivas formas de expressão. Ele apostou na formação e na organização do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Apesar das dificuldades de organizar mobilizações nos anos iniciais da CONTAG, a entidade cresceu e tem realizações. Que feitos da CONTAG o senhor daria destaque?

A organização dessa entidade, a estrutura dela hoje, com eleição em Congresso, atuando por secretaria, tudo isso é uma grande conquista. O avanço da reforma agrária, que era quase impossível há 40 anos, está acontecendo. A questão da previdência no campo, a organização dos agricultores familiares, com programas específicos de crédito. São fenômenos tremendamente importantes que eram perseguidos passo a passo e que são grandes conquistas. Temos que lembrar os assalariados que sofreram um baque com a modernização da agricultura, mas o pessoal está deixando de ser assalariado e está partindo para lutar pela conquista da terra.

Com se deram as lutas em defesa dos interesses no período de cerceamento das liberdades?

Havia muita união. O inimigo foi cedendo, aos poucos, às nossas pressões. Naquela época,

“O avanço da reforma agrária, que era quase impossível há 40 anos, está acontecendo.”

já realizávamos essa defesa lançando mão até dos instrumentos jurídicos que se tinha, como a Constituição, o Estatuto do Trabalhador, o Estatuto da Terra, o artigo 508 do Código Civil, que dá direito à defesa da posse. A classe trabalhadora não era desunida como pensam. O que havia era um abuso de poder bem maior do que se vê hoje. Se nos dias atuais o latifúndio quase não tem medo de nada, imagine naquela época, com o estado, a política e o dinheiro garantindo as oligarquias.

O senhor fez referências a uma certa evolução do espaço democrático das lutas camponesas. O que isso representa?

A partir de 1979, houve um espaço bem maior para ampliação da luta. É preciso levar em conta que naquela época começaram os primeiros movimentos da redemocratização do país, a exemplo da Campanha das “Diretas Já”, dentre outros. Tivemos a Constituição de 1988, que permitiu avanços importantes para as classes trabalhadoras do campo da e da cidade, em relação, sobretudo, no que se referia a direitos trabalhistas, questão da terra, da previdência, da organização sindical e, principalmente, autonomia e liberdade sindical. Quer dizer, no caminho das lutas

da CONTAG, se percebia que a cada dia o pessoal envolvido procurava ocupar estes espaços. Com isso, o processo democrático ia se consolidando, porque na medida em que se recorria aos instrumentos que se foram forçosamente criando ao longo das pressões dos trabalhadores, se encontrava, ao mesmo tempo, condições de se somar conquistas.



Aloísio Carneiro

Ex-presidente da CONTAG

Aloísio Carneiro chegou à CONTAG em 1983, como suplente, integrando a oitava diretoria da instituição. Baiano, ele atuou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Retirolândia, de onde seguiu para a direção da Federação dos Trabalhadores na

Agricultura da Bahia. A partir de 1986, Aloísio assumiu a Presidência da CONTAG para um mandato de três anos (1986/1989). Podemos dizer, que daí começava o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, com dois Ts.

Aloísio chega à liderança do MSTR no segundo ano do Governo do Presidente José Sarney. No campo, a violência levou o governo a criar, na estrutura do Ministério da Reforma e Desenvolvimento - MIRAD, uma coordenação específica para acompanhar os conflitos agrários. Nesse cenário, surgiu a União Democrática Ruralista, uma instituição ultradireita, cujo objetivo era impedir qualquer avanço na reforma agrária. Nesse clima de tensão, entre as forças favoráveis e contrárias às reformas no campo, Aloísio Carneiro atuou não somente em defesa dos interesses dos trabalhadores rurais, buscou avançar também na luta pela eliminação do trabalho infante-juvenil e da escravidão.

Foi ainda em sua gestão que ocorreram os embates na Assembleia Constituinte para garantir os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Aloísio faleceu em 2002. Ao grande companheiro o reconhecimento de todos os homens e mulheres que lutam por condições digna de vida no campo.



**Francisco Urbano
Araújo Filho**

ex-presidente da CONTAG

Francisco Urbano Araújo Filho, mais conhecido como Urbano, tem uma história parecida com de muitos outros trabalhadores rurais brasileiros. Nascido em São Paulo do Potengi, interior do Rio Grande do Norte. Deixou a condição de meeiro para ingressar na luta sindical. Durante 20 anos ocupou diversos cargos na CONTAG até chegar à presidência.

Em 1993, já como presidente da CONTAG, quando a seca castigava o povo nordestino, diante do descaso do estado, Urbano passou a defender os saques aos estabelecimentos comerciais. “Nem passarinho morre em cima do galho sem antes voar para tentar encontrar comida”. Era uma resposta às

ameaças do governo de reprimir com maior severidade a reação desesperada dos atingidos pela estiagem. Urbano foi convocado ao Ministério da Justiça para dar explicações e ameaçado de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, sob acusação de incitação das massas.

Nas comemorações dos 40 anos da CONTAG, Urbano fez uma avaliação dos dez últimos anos da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e lamentou que o Estado brasileiro ainda não tenha assumido a reforma agrária, como a principal política capaz de eliminar a fome e retirar da miséria milhões de brasileiros.

Ao falar da luta pela reforma agrária lembrou que a luta do MSTTR não avança mais rapidamente por motivos ‘óbvios’. “Estamos longe de avançar como deveríamos, por uma razão objetiva: com a legislação que aí está, o que vamos continuar fazendo é assentamento e não reforma agrária”, afirmou.

Na opinião de Urbano, o assentamento de poucas centenas de famílias e a manutenção de milhões de hectares em mãos de latifundiários mantém o trabalhador rural na histórica condição de desvantagem diante das instituições de crédito e comercial. Para ele, a reforma agrária continua sendo um grande desafio

do MSTTR, ao lado de outras bandeiras de luta, como a eliminação do trabalho escravo e infantil.

Na visão de Urbano, a lógica perversa do estado em relação aos homens e mulheres do campo vem, historicamente, forçando o êxodo rural e ampliando a exclusão social, quando o mais sensato seria a interiorização do desenvolvimento. Mas quando “lameijos” de desenvolvimento “iluminam” minimamente uma pequena parcela do campo, o Estado surge para descaracterizar o indivíduo. Isso ocorre, por exemplo, quando uma pequena comunidade consegue instalar uma micro-agroindústria para beneficiar a produção e agregar valor ao produto, buscando elevar sua renda. Quando isso corre, a Previdência alega que aquele indivíduo não é mais o mesmo. Ou seja, o agricultor familiar perde essa condição para ser rotulado de empresário.

Urbano lembrou que o entendimento de agricultura familiar está consolidado e o segmento é tema de estudos dos intelectuais e foi integralmente assimilado em todas as instâncias de poder, desde o Executivo, passando pelo Legislativo e até mesmo o Judiciário.

O que falta, lembrou Urbano, são programas de capacitação dos

“...com a legislação que aí está, o que vamos continuar fazendo é assentamento e não reforma agrária.”

agricultores familiares, por meio de um serviço permanente de assistência técnica, “é preciso reativar e fortalecer um sistema de assistência técnica e extensão rural, cujo desmonte começou no governo José Sarney e foi totalmente destruído no governo de Collor”, que os tornem competentes para disputar mercados dentro desse processo maior, chamado globalização. Significa tornar o agricultor familiar apto a competir dentro do mercado.

Ele destacou que segurança alimentar não está relacionada à quantidade e sim, à qualidade dos produtos colocados à disposição da sociedade. “Segurança alimentar é ter produto com qualidade, sem veneno, sem química para o consumo das pessoas”.



Manoel José dos Santos
Presidente da CONTAG

Agricultor familiar, conhecido como Manoel de Serra, numa referência à sua cidade de origem,

Serra Talhada, no sertão de Pernambuco. Em 1970, começou a participar da Ação Católica, organização pastoral no meio rural. Em 1972, filiou-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Talhada, onde se tornou dirigente sindical, ocupando vários cargos até 1989, primeiro, como Tesoureiro e depois Presidente do Sindicato.

Na década de 80, do século XX, contribuiu para a construção do PT, partido ao qual ainda é filiado, e da criação da CUT. Em 1990, foi eleito Secretário-Geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco - FETAPE. Em 1993, elegeu-se Presidente da Federação, sendo reeleito em 1996, permanecendo no cargo até 1998, quando foi eleito em congresso, para assumir a Presidência da CONTAG, cumprindo atualmente seu segundo mandato.

Como o senhor descreve a CONTAG quarentona?

Entendo que nenhuma organização pode achar que já fez tudo, que não tem nada para modificar, ou se reestruturar. O próprio nome já diz: movimento sindical, ou seja, algo que está em permanente mudança, buscando responder as demandas e necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, se auto-avaliando, refletindo e fazendo as mudanças necessárias, na perspectiva de uma ação inovadora, propositiva e coerente com seus representados.

Nesses quarenta anos, conseguimos resistir ao golpe e a ditadura militar, retomamos nossa entidade para o rumo da autonomia e da representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Lutamos junto com outras organizações para a redemocratização do país. Avançamos na articulação, na pressão, na mobilização e na proposição, construindo o Grito da Terra Brasil e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Nesses últimos anos, participamos de forma ativa e propositiva da mobilização nacional em favor da eleição de um governo comprometido com os trabalhadores e trabalhadoras. Do ponto de vista da organização interna, tivemos mudanças fundamentais em nossa estrutura organizativa, redimensionamos nossa ação sindical, antes centrada na luta dos assalariados, especialmente da região canavieira, e na reforma agrária. Ampliamos nossas frentes de luta para atender a diversidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e suas demandas, também avançamos na democracia interna: em 1968, José Francisco disputou a direção da CONTAG com 11 votos, apenas 11 pessoas votavam representando as Federações. Hoje, nossas eleições acontecem em congresso, com representantes dos mais de 4.100 sindicatos, filiados às 27 Federações. Milhares de delegados e delegadas escolhidos em assembleias de base e que chegam nos congressos, vem com um

acúmulo de discussões realizadas em Plenárias Regionais. Trazem propostas por temáticas específicas para serem debatidas e aprovadas no Congresso Nacional. Temos a participação das mulheres e dos jovens em todas as instâncias. São mudanças significativas e necessárias à realidade atual do campo brasileiro.

O que precisa ser feito para promover o desenvolvimento sustentável no campo?

Precisamos entender o desenvolvimento sustentável no campo, dentro do processo de construção de um projeto de sociedade. Onde governo e movimentos sociais têm papéis e funções distintas, em alguns momentos complementares, sem perder de vista a identidade de classe.

Com relação ao governo, precisa implementar políticas estruturais, como: Reforma Agrária ampla e massiva, diferente de distribuição de terra, com planejamento, assistência técnica, infra-estrutura para a produção; geração de emprego e renda; valorização da agricultura familiar, com política de crédito, agroindustrialização dos produtos, de acesso ao mercado, de modelos tecnológicos que preservem o meio ambiente.

Como se produz uma mudança no campo?

Esse é um dos grandes desafios. É fazer uma política de fortalecimento da agricultura familiar, favorecendo a todos. Avançando no processo de desapropriação, nos assentamentos das famílias que não têm terra e construindo uma política complementar de acesso à terra. O crédito fundiário é um dos instrumentos para garantir o acesso à terra naquelas áreas que estão abaixo da linha da desapropriação prevista pela Constituição Federal. É preciso que haja um planejamento sobre o que se vai implantar, qual é a aptidão dessa terra, qual projeto que será implantado. É preciso garantir assistência técnica à produção, agregar valor ao produto, para que não seja vendido *in natura* por qualquer preço, assegurar acesso ao mercado e, para isso, executar uma política de infra-estrutura, com a construção de estradas que permitam o escoamento da produção. Precisamos também de políticas sociais que busquem, em regime de colaboração, reunir os esforços e responsabilidades das esferas do poder: União, Estados e Municípios, no atendimento às demandas de saúde, moradia, previdência, escola pública de

qualidade e contextualizada na realidade do campo, lazer e esportes, para que a juventude possa ter perspectiva e opção de viver e produzir no campo.

O desenvolvimento sustentável como um processo em construção, precisa assegurar aos assalariados e assalariadas rurais direitos trabalhistas, condições de trabalho e salários dignos, que tem no salário mínimo um peso significativo no campo. Além disso, temos que pensar o campo como um lugar de viver, de morar e de produzir, por isso, temos que pensar a articulação de atividades agrícolas e não agrícolas como forma de evitar o desemprego e a exclusão social.

Com relação aos movimentos sociais, precisamos mobilizar, organizar, formar nossa base, além de tudo, precisamos ter a capacidade de propor, de nos articular, de realizar parcerias, de dialogar no sentido de buscar estratégias de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Como é a relação da CONTAG com o governo que ajudou a eleger?

Hoje, o Presidente Lula, é um gestor público dos interesses do conjunto da sociedade, portanto, de interesses heterogêneos e di-

“É preciso que haja um planejamento sobre o que se vai implantar, qual é a aptidão dessa terra, qual projeto que será implantado.”



versificados. A CONTAG é representante de um segmento da sociedade que são os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Além de termos clareza da importância dos movimentos sociais terem sua autonomia perante o governo, sabemos que temos um governo de coalizão, onde as diferentes forças políticas: trabalhadores, empresários de diversos setores da economia, segmentos fisiológicos e que só vêem seus interesses. Por isso, que sabendo dessa correlação de forças, da disputa de interesses entre os vários setores que compõem o governo, e que Lula não é mais sindicalista e, sim, Presidente da República do Brasil, a CONTAG vem cumprindo seu papel de reivindicar, propor e negociar, quando necessário, para atender os interesses da nossa categoria e do país. Por exemplo, a mesma ação e propostas que

tivemos com o governo Fernando Henrique, estamos tendo com o governo Lula, com algumas exigências a mais, pois participamos do processo de sua eleição.

Se o senhor não fosse o presidente da CONTAG que conselho daria aos dirigentes sindicais?

Fica difícil imaginar essa situação, porque eu sou o presidente da CONTAG. Mas se estivesse lá na base, trabalhando na roça, iria sugerir que os dirigentes não se afastassem de sua base, que tornasse a organização sindical cada vez mais um instrumento a serviço dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que pudessem ver a diversidade de cada estado e não apenas o que acontece

O segredo da liderança é não tirar os pés da terra, ter referência na sua base, embora desenvolva tarefas distintas em outras esferas de atuação

em Brasília. Sobretudo, ouvir e considerar bastante o que dizem, pensam e necessitam os trabalhadores e trabalhadoras lá em seus locais de

trabalho, na roça. Para mim, o segredo da liderança é não tirar os pés da terra, ter referência na sua base, embora desenvolva tarefas distintas e em outras esferas de atuação. Por isso, mesmo eu estando aqui em Brasília, sendo Presidente da CONTAG, mantenho minha roça lá no sítio Juazeiro, no município de Serra Talhada, onde nasci, me criei, comecei a atuar no sindicato, e todas as vezes que posso, vou lá trabalhar na roça. Sou agricultor familiar, é isso que eu aprendi a fazer e ser e quero continuar sendo.

Desenvolvimento sustentável

inclusivo e dinamizador das potencialidades locais

“Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias... Tanta gente”.

Guimarães Rosa

O modelo agrícola brasileiro sempre foi conservador, parcial, excludente e insustentável. A produção agroexportadora e os grandes proprietários sempre foram os principais focos das políticas voltadas para o campo. Poderíamos recordar momentos da nossa história, para caracterizar esse modelo, porém, começaremos pelo período ditatorial que suplantou a democracia por 20 anos.

Durante esse período, o Brasil cresceu de forma regionalizada e concentrada. As organizações sociais, amordaçadas pelo regime ditatorial, pouco podiam fazer para contestar o modelo. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais, coordenadas pela CONTAG, defendiam a construção de um modelo de desenvolvimento inclusivo,

justo e que levasse em conta as demandas produtivas, sociais, políticas e organizativas da classe trabalhadora, sobretudo, daqueles que vivem e produzem no campo.

Em 1970, a direção da CONTAG confrontava o Brasil que se industrializava de forma acelerada, com o Brasil que morria de fome e afirmava que, apesar do crescimento econômico, não havia desenvolvimento: “Desenvolvimento não quer dizer somente crescimento econômico, mas também, (...) distribuição de terra e renda, justiça social e ampla participação de todos os habitantes de uma nação, incluindo-se os camponeses (...) desenvolvimento é o crescimento acompanhado de melhora, no campo social, educacional e econômico”.

Essa análise da realidade do

campo também era feita nos Fóruns internacionais que a CONTAG participava. Seja como convidada, ou como membro, a exemplo das Reuniões da Organização Internacional do Trabalho. Ou mesmo, junto a organizações sindicais europeias e norte-americanas.

A luta por melhoria das condições de vida das populações do campo é a razão de existir do MSTTR. Dar visibilidade e valori-





zar o espaço rural, enquanto local privilegiado de transformação e implementação de políticas de inclusão social, com profundas repercussões sobre o conjunto da sociedade, é o propósito.

Com esse ideal, a CONTAG atravessou os anos da ditadura, empunhando a bandeira da democratização do acesso à terra, por garantia de direitos dos assalariados rurais, por uma política

diferenciada para a agricultura familiar, por acesso universal à saúde, previdência e assistência social e por uma educação de qualidade.

O congresso da CONTAG, em maio de 1979, denunciou as políticas agrárias e agrícolas governamentais, responsáveis pelo agravamento da concentração de terra, aumento de conflitos sociais, pela expulsão em massa dos

trabalhadores e pelas dificuldades cada vez maiores enfrentadas pelos pequenos proprietários.

O relacionamento com outras organizações da sociedade civil é uma constante na ação política da CONTAG, sempre em apoio às lutas gerais da sociedade. Exemplos são os apoios às greves de trabalhadores urbanos, abertura política, anistia e organização intercategorial, sempre no sentido de

“A luta por melhoria das condições de vida das populações do campo é a razão de existir do MSTTR.”

construir caminhos alternativos que possibilitassem um novo modelo de desenvolvimento para o país.

Vários fatores tornaram a década de 80, do século XX, um marco para o país e, sobretudo, para o campo. Destaca-se o retorno de exilados políticos, como Lyndolpho Silva, Gregório Bezerra, Miguel Arraes, dentre outros. Os trabalhadores rurais passaram a ter direito ao FGTS; ocorreram manifestações em todos os estados contra a grilagem; as entidades sindicais passaram a enfrentar os latifundiários para garantir a propriedade da terra.

Buscando construir o enfrentamento à violência patronal e conservadora, que ganhava força no país, organizações sociais e sindicais, partidos e militantes de esquerda, após 17 anos, passaram

a debater e refletir sobre a construção de uma organização intercategoria. A CONTAG já havia aprovado em congresso a luta pela criação de uma entidade que congregasse todos os trabalhadores brasileiros.

Os mais de 5 mil dirigentes sindicais e delegados de base, da cidade e do campo, reunidos em

Praia Grande, São Paulo, em agosto de 1981, realizaram a maior manifestação intercategoria do Brasil, a 1ª Conclat - Conferência Nacional da Classe Trabalhadora. Ao final, foi eleita uma Comissão encarregada de preparar um Congresso para criação da Central Única dos Trabalhadores - CUT.



5 mil dirigentes e delegados de base da cidade e do campo, realizaram em agosto de 1981, a maior manifestação intercategoria do Brasil, a 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora.

Comissão Pró-CUT eleita na 1ª Conclat

SÃO PAULO: Arnaldo Gonçalves (Metalúrgicos de Santos); Clara Ant (Arquitetos de SP); Edson Barbeiro Campos (Bancários de SP); Hugo Perez (Federação das Industrias Urbanas de SP); Jacó Bittar (Petroleiros de Campinas e Paulínia); Raimundo Rosa de Lima (Panificadores de SP); Roberto Toshio Horiguti (FETAESP); Luis Inácio da Silva (Metalúrgicos de São Bernardo do Campo). RIO DE JANEIRO: Ivan Martins (Bancário do RJ); João Carlos Santos (Petroquímicos de Caxias); Jorge Bittar (Engenheiros do RJ); Oswaldo Pimentel (Metalúrgicos do RJ); Roberto Chabo (Médicos do RJ); Eraldo Lírio de Azevedo (FETAG-RJ). MINAS GERAIS: Guilherme Tell (Professores de MG) João Paulo Vasconcelos (Metalúrgicos de João Monlevade); João Silveira (Metalúrgicos de Belo Horizonte); Tilden Santiago (Jornalistas de MG); André Montalvão (FETAEMG). RIO GRANDE DO SUL: João Paulo Marques (Vestuário de Porto Alegre); Olívio Dutra (Bancários de Porto Alegre); Lauro Hagemann (Jornalista de Porto Alegre); Ricardo Baldino e Souza (Construção Civil de Porto Alegre); Walter José Irber (STR de Tenente Portela); Orgênio Rott (FETAG-RS). BAHIA: Gonçalo Santos de Melo (Petroleiros da Bahia); Lazaro Bilac (Eletricitários da Bahia); Jose Gomes Novaes (STR de Vitória da Conquista); Aloísio Carneiro (FETAG-BA). PERNAMBUCO: Edvaldo Gomes de Souza

(Industrias Urbanas de PE); Jose Alves Siqueira (Metalúrgicos de Recife); Jose Rodrigues da Silva (FETAPE). SANTA CATARINA: Francisco Alano (Comerciários de SC); Norberto Kortmann (FETAESC). PARANÁ: Antonio Santana (Construção Civil de Curitiba); Agustinho Bukowski (FETAEP). ESPÍRITO SANTO: Vitor Buaiz (Médicos de ES); Antonio Ângelo Moschen (STR de Colatina). MATO GROSSO DO SUL: Antonio Benjamin Costa (Industrias Urbanas de MS); Pedro Ramalho (FETAG-MS). PARÁ: Venise Nazaré Rodrigues (Professores do Pará); Avelino Ganzer (STR de Santarém). CEARÁ: Raimundo Guerreiro (Metalúrgicos de Fortaleza); João Mendes Maia (STR de Morada Nova). RIO GRANDE DO NORTE: Horacio Oliveira (Bancários do RN); Jose Francisco da Silva (FETARN). BRASÍLIA: Armando Rollemberg (Federação Nacional dos Jornalistas); Jose Francisco da Silva (CONTAG). MATO GROSSO: Edivaldo Jose da Silva (FETAG-MT). GOIÁS: Nelson de Assis Teles (STR de Bela Vista de Goiás). MARANHÃO: Jacó Alves de Souza (STR de Poção de Pedras). ALAGOAS: Arlindo Vitalino da Silva (FETAG-AL). SERGIPE: Manoel Julio de Santana (FETASE). ACRE: Manoel Pacifico da Costa (Professores do AC). PIAUÍ: Osmar Araújo (FETAG-PI). PARAÍBA: Álvaro Diniz (FETAG-PB). (CONTAG, Brasília; O Trabalhador Rural, Nº 12 - ago./set./ 1981)

Apesar da definição coletiva de realização do congresso para criação da Central, segmentos sindicais ligados ao Partido dos Trabalhadores se anteciparam e fundaram, em São Bernardo do Campo, a Central Única dos Trabalhadores - CUT. A CONTAG, mantendo sua prática política de tentar, por todos os meios, a manutenção da Unidade Política da classe trabalhadora, não participou da fundação da CUT em São

Bernardo do Campo, colocando-se ao lado das demais confederações e entidades sindicais que também ficaram de fora desse processo.

A CONTAG e outras entidades sindicais fundaram, posteriormente, a Central Geral dos Trabalhadores - CGT. Contudo, com o passar do tempo, a convivência política na CGT foi ficando insustentável e as divergências afloravam cada vez com mais intensidade. A CONTAG foi

se afastando pouco a pouco da política implementada pela CGT, permanecendo autônoma até 1995. Essa autonomia, não impediu que a CONTAG participasse conjuntamente com a CUT de diversas manifestações políticas nacionais. Em 1995, após intenso debate interno, a CONTAG se filiou à CUT.

Em abril de 1986, durante a posse da direção da CONTAG, José Francisco afirmou que: “a CGT só

tem uma razão de ser, e não é abraçar uma linha de esmagamento da CUT, que é uma entidade que tem companheiro combativo (...) Pode haver equívocos políticos sim, de ambos os lados, mas que jamais deverão levar à separação da classe trabalhadora (...) A CONTAG precisa do apoio da CGT, precisa do apoio da CUT, precisa do apoio dos partidos políticos que querem mudanças neste país. Nós não podemos nos pautar nesse ou naquele entendimento separadamente”.

Em toda a sua história, a CONTAG sempre buscou estabelecer um diálogo entre as demandas dos trabalhadores (as) rurais, com as demandas mais gerais da classe trabalhadora. Em 1990, o congresso da CONTAG afirmou que a Reforma Agrária é o eixo central para melhorar as condições de vida no campo e, estratégia para acabar com a fome e o desemprego no campo e na cidade. Demonstrando a inter-relação existente entre as demandas da população do campo e da cidade.

Durante a Assembléia Nacional Constituinte, o MSTTR, junto com outras organizações da sociedade civil, interviu de forma qualificada na perspectiva da construção de um modelo de desenvolvimento que tivesse na inclusão social e política, participação, transparência e controle social dos gastos públicos, mecanismos considerados imprescindíveis para o empoderamento da sociedade civil.

Com a eleição de Fernando



Collor, em 1989, houve um retrocesso, outro modelo excludente e concentrador começava a ser implementado no país. No 5º CNTR, em novembro de 1991, o MSTTR identificou a necessidade de construir um projeto político que dialogasse com as demandas e prioridades do MSTTR, que fosse alternativo ao neoliberalismo e, tivesse no ser humano o centro das suas ações políticas. Esse projeto só viria a ser explicitado

em 1995 e aprovado em 1998. Começava a ganhar forma, a idéia original do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS.

Uma das “ferramentas” utilizadas pelo MSTTR para garantir a construção do PADRS foram as políticas públicas, compreendendo que os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional, são espaços importante para a elaboração, negociação e imple-



O questionamento às políticas neoliberais e a proposição de políticas públicas voltadas para o campo sempre foram os principais temas do Grito da Terra Brasil.

mentação de políticas públicas.

Uma das experiências marcantes da atuação da CONTAG e merecedora de destaque, é a campanha pela Erradicação do Trabalho Infantil. O processo de articulação institucional entre organizações de trabalhadores e de empregadores, do governo e da sociedade organizada no combate ao trabalho infantil, representa o ideal de democracia participativa e constitui-se en-

quanto espaço de elaboração, negociação, execução e gestão de políticas de garantia de direitos da criança e do adolescente.

Como reconhecimento desse trabalho desenvolvido pelo MSTTR, o programa de rádio - A VOZ DA CONTAG, que veiculou diversas matérias e campanhas sobre o trabalho infanto-juvenil, recebeu o Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo - Categoria Veículo Rádio Destaque Nacional. Esse

prêmio foi concedido pelo Instituto Ayrton Senna, em 1999, pela montagem e gerenciamento da Rede de Rádios do Sistema CONTAG de Comunicação em Defesa dos Direitos das Crianças, e concorreu com outros brilhantes projetos de comunicação, desenvolvidos por todo o país e sobre diversos segmentos excluídos da sociedade.

Durante as duas gestões do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994/1997 e 1998/2001), a implantação das políticas neoliberais no país ganhou dimensão e velocidade. O acesso à terra continuou a ser caso de polícia. A diminuição da presença do Estado em áreas sociais e produtivas estratégicas foi a marca desse governo, a exemplo do sucateamento da assistência técnica estatal, do INCRA e das estruturas da CONAB, etc.

Em maio de 1994, aconteceu o 1º Grito da Terra Brasil - GTB, que mobilizou mais 100 mil trabalhadores (as) rurais. A mobilização foi organizada pela CONTAG, em parceria com o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais - DNTR/CUT, Movimento dos

“Desenvolvimento local sustentável baseado na agricultura familiar. Construindo um projeto alternativo.”

Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Conselho Nacional dos Seringueiros - CSN, Coordenação das Articulações dos Povos Indígenas - CAPOIB e Movimento Nacional de Pescadores. As principais bandeiras foram: o questionamento às políticas neoliberais implementadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso e a proposição de políticas voltadas para a população que vive e trabalha no campo.

Além da mobilização nacional, em Brasília, ocorreram mobilizações em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Piauí, Ceará, Paraíba, Alagoas, Bahia e Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Pará, Rondônia, Acre e Tocantins. Essa metodologia de mobilizar localmente para construir uma pauta Nacional a ser negociada nacionalmente, ganhou força ano após ano.

Nas relações internacionais, apesar da CONTAG ser conhecida e reconhecida pela sua dimensão e capilaridade, foi a partir de 1991, que começou a se estabelecer prioridades e estratégias para uma ação articulada internacionalmente. A filiação à CUT

impulsionou o relacionamento com organismos internacionais e foi quando iniciou a construção de uma política estratégica de relações internacionais. Uma das primeiras intervenções da CONTAG foi a representação da agricultura familiar brasileira na Coordenadora de Agricultores Familiares do MERCOSUL.

A partir daí as atividades da área internacional cresceram. A CONTAG esteve presente nos eventos da Rede Interamericana de Agricultura e Democracia (RIAD); nos seminários oficiais do MERCOSUL; passou a ser convidada pela União Internacional dos Trabalhadores em Alimentação, Agricultura, Hotéis, Restaurantes e Tabaco -UITA para os eventos regionais e internacionais; participou dos eventos da Coordenação da Comissão de Solidariedade entre os Trabalhadores do Açúcar no Mundo - CCSTAM; dos encontros da FAO e da Rede Brasil. Sempre representando os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros, sejam agricultores (as) familiares - consolidados ou assentados, ou assalariados (as) rurais.

A CONTAG processava mudanças substanciais na sua atuação política interna e externa, pro-

movendo alterações, também, na formação política sindical, que incorporou enquanto ação prioritária, o Desenvolvimento Local Sustentável - DLS. O MSTTR passou a visualizar a necessidade de criar novos processos de capacitação da base, para estabelecer uma maior e mais qualificada inserção junto ao poder local e promover políticas públicas de



desenvolvimento rural sustentável.

Nesse sentido, foi desencadeado um grande processo de mobilização e capacitação voltado para o desenvolvimento local sustentável, envolvendo direta e indiretamente, mais de 30 mil lideranças e técnicos do MSTTR, em mais de 4,5 mil municípios, dentro do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável - PDLS. Esse programa colaborou para incorporar a “cultura” de parcerias na ação sindical do MSTTR, envolvendo inúmeras organizações não governamentais e

ampliando, de forma qualitativa, as parcerias do MSTTR nos estados e municípios.

Os materiais de apoio pedagógico, como cartilhas, cartazes e vídeos, ainda hoje são utilizados nos processos de capacitação no Brasil e no exterior. O vídeo “Desenvolvimento Local Sustentável Baseado na Agricultura Familiar - Construindo um Projeto Alternativo”, por exemplo, foi premiado como melhor vídeo na 10ª Mostra de Agrovídeos, realizada em Vila Clara, em Cuba.

A construção do Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação

Sindical, também colaborou nesse sentido, construindo um imenso diagnóstico desse Brasil rural. Esse diagnóstico identificou 26 dinâmicas de desenvolvimento. Em todas as dinâmicas se percebia que as fronteiras “geopolíticas” não explicavam as diferenças. Percebeu-se que uma dinâmica de uma localidade se produzia e reproduzia da mesma forma em outra localidade totalmente distinta da outra. Esse projeto colaborou para reafirmar os conceitos e metodologias voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.



Foi desenvolvido um grande processo de mobilização e capacitação voltado para o desenvolvimento local sustentável.



Quando o 7º congresso aprovou a construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS, através de uma ampla e massiva Reforma Agrária, da expansão, valorização e fortalecimento da agricultura familiar e, pela melhoria das condições de vida e de trabalho de imensos contingentes de assalariados e assalariadas rurais, aprovava uma proposta que levava em conta todo um acúmulo decorrente das mais diversas



experimentações do MSTTR.

Quanto a esse acúmulo, podemos destacar a integração com organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais de outros países, do Projeto CUT/CONTAG e da construção e implementação do PDLS. No entanto, o principal acúmulo veio da “escuta” feita junto à base, durante a realização dos cinco grandes Seminário Regionais, que envolveram organizações parceiras e estudiosos da ruralidade brasileira e que trouxeram uma nova concepção de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Nesses seminários regionais e nos debates posteriores, os professores Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga foram imprescindíveis na reflexão e construção de estratégias voltadas para o DLS. O Pro-

fessor José Eli apresentou seus estudos sobre o tamanho desse Brasil rural, identificando cerca de 4.485 municípios com fortes características rurais e com uma população estimada em 70 milhões de pessoas.

No contexto dessa ruralidade, a atuação da CONTAG, Federações e Sindicatos é estratégica, enquanto estimuladores de processos de desenvolvimento local sustentável. Estratégica também, para estimular a construção de relações sociais inovadoras, que incorporem a solidariedade e cooperação mútua, em contraposição ao individualismo, uma marca característica do neoliberalismo.

Também no sentido de colaborar com a reflexão sobre a importância estratégica de um projeto como o

PADRS para o país, Cléia Anice Porto, assessora da CONTAG, afirma que: “a opção de ter a agricultura familiar como base para a construção do desenvolvimento rural sustentável, se justifica plenamente pelas condições favoráveis que esta dispõe, além de ser a grande fomentadora da interiorização do desenvolvimento, alternativa (...) que certamente faria desafogar os grandes centros urbanos”.

O 7º congresso quando aprovou como princípios do PADRS, uma Ampla e Massiva Reforma Agrária, pela Valorização, Expansão e Fortalecimento da Agricultura Familiar, estabeleceu que esses princípios precisariam estar articulados por políticas transversais de gênero, geração, raça e etnia e meio-ambiente.

Outros princípios do PADRS, estabelecidos no 7º Congresso

- *Privilegiar o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania.*
- *Incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental.*
- *As questões econômicas devem estar articuladas às questões sociais, culturais, políticas, ambientais e às relações sociais de gênero, geração, raça e etnia.*
- *Não se alcança o desenvolvimento com programas de combate à pobreza, é fundamental criar políticas e programas voltados para a distribuição de renda.*
- *Não existirá desenvolvimento sustentável, sem educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito à autodeterminação dos povos indígenas e preservação do meio ambiente.*
- *A geração de emprego e renda não se resume, evidentemente, à expansão e fortalecimento da agricultura familiar. Ela inclui a melhoria das condições de vida de imensos contingentes de assalariados agrícolas e a criação de outras ocupações rurais não-agrícolas no campo.*

Além desses princípios norteadores, que chamaremos de Eixos Estratégicos para a implementação do PADRS, esse congresso também afirmou que o PADRS está em permanente construção e que sua implementação acontece no cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de suas organizações.

Quando trabalhadores (as) rurais, em sua comunidade, associação ou cooperativa, no Sindicato ou Federação, participam ou coordenam processos de ocupação de terras; informam ou coordenam ações voltadas para o acesso ao crédito; orientam e contribuem para o acesso aos benefícios previdenciários; estimulam, participam ou coordenam ações de organização das mulheres, jovens ou terceira idade, estão implementando o PADRS. Essas ações concretas e cotidianas são chamadas de Eixos Táticos.

Logo, enquanto os Eixos Estratégicos dialogam com as frentes de luta mais gerais do MSTTR, os Eixos Táticos dialogam com as ações políticas cotidianas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de suas organizações.

Dentre as deliberações voltadas para o dia-a-dia da ação sindical, destaca-se a importância estratégica: do meio-ambiente, da soberania alimentar, da agroecologia, da organização da produção, da organização da Juventude e da Terceira Idade, da ampliação da democracia interna, e dos esforços no sentido de eleger Luis Inácio Lula da Silva para Presidência da República.

As relações internacionais, estabelecidas a partir da CONTAG, também fizeram parte das preocupações centrais no 7º congresso. Foi aprovada a filiação da CONTAG à UITA. A vice-presidência da CONTAG assumiu a tarefa de

representação, articulação e proposição das demandas e propostas do MSTTR na área internacional.

Quanto às relações institucionais e com a sociedade, em julho de 1999, em São Paulo, a CONTAG, Federações e Sindicatos, divulgaram o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS. Realizaram atividades em sindicatos urbanos, Universidades e na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Durante Plenária da CUT São Paulo, no mesmo período, foi apresentado aos delegados e delegadas, as linhas gerais do PADRS. No mesmo ano, em Brasília, a direção da CONTAG recepcionou parlamentares em sua sede para apresentar o PADRS.

Sempre com olhar voltado para o Desenvolvimento Rural Sustentável, a CONTAG realizou dois Salões da Agricultura Familiar com

o propósito de chamar a atenção para o papel transformador da agricultura familiar nos processos de Desenvolvimento Rural Sustentável. Esses ‘eventos adotaram a mesma metodologia voltada para a difusão de conceitos, tecnologias e práticas voltadas para o desenvolvimento. O primeiro Salão ocorreu no Rio Grande do Norte, e o segundo em Salvador.

Os eventos conjugaram espaços de apresentação de experiências exitosas e apresentação de tecnologias alternativas. Painéis foram apresentados por estudiosos e organizações parceiras, e realizaram oficinas sobre as principais temáticas do MSTTR. Estima-se que mais de 4 mil dirigentes, técnicos e trabalhadores de base passaram por todas as atividades desenvolvidas nos dois salões e também receberam um grande número de visitantes.

Buscando aprofundar o debate sobre as questões centrais do PADRS, inclusive conceitual, a CONTAG constituiu espaços de reflexão, aprofundamento e integração entre o MSTTR, agências de cooperação internacional, ONGs, Universidades e organizações governamentais. Esses espaços, denominados de Fóruns CONTAG de Cooperação Técnica, em parceria com BIRD, IICA, FAO e PNUD, deram maior visibilidade ao projeto político do MSTTR e permitiram que suas formulações se firmassem enquanto referências no debate nacional e continental sobre desenvolvimento rural sustentável. Os fóruns abor-

daram os seguintes temas:

- O I Fórum foi realizado em Brasília/DF, em agosto de 1999, sobre Desenvolvimento Rural Sustentável.
- O II Fórum foi realizado em São Luis/MA, em dezembro de 1999, sobre Processos de Organização de Base, Educação, Gestão Participativa e Políticas Públicas.
- O III Fórum foi realizado em Porto Alegre/RS, em Julho de 2000, sobre Instrumentos de Gestão Participativa, Sistemas de Gestão para Sustentabilidade da Agricultura Familiar e Estratégias de Gestão para a Inserção da Agricultura Familiar no MERCOSUL.
- O IV Fórum foi realizado em Recife/PE, em novembro de 2000, sobre a importância estratégica da Educação do Campo para o Desenvolvimento Rural Sustentável.

A CONTAG, levando à prática um dos princípios do PADRS, de entendê-lo enquanto um projeto construído cotidianamente, percebeu que ainda faltava “engatar um importante vagão”, de forma mais qualificada, nesse ‘trem’ do Desenvolvimento Rural Sustentável, os assalariados e assalariadas rurais.

Esse exercício contribuiu para que os aspectos econômicos e produtivos da agricultura familiar não se sobrepujassem às relações

entre o capital e o trabalho estabelecidas no campo. Além de ser impossível falar em desenvolvimento rural sustentável sem levar em consideração os 5 milhões



Buscando aprofundar o debate sobre as questões centrais do PADRS a CONTAG ampliou sua participação junto as organizações internacionais



de assalariados e assalariadas rurais, que constituem a parte mais explorada e marginalizada da categoria trabalhadora rural.

O MSTTR, ao elaborar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, teve por base a realização da reforma agrária como meio de ampliar e fortalecer a agricultura familiar, com consequência na geração e ampliação de postos de trabalho e de renda no campo.

Essa proposta é estratégica também para os trabalhadores e trabalhadoras assalariadas rurais quando promove:

- *criação de novos postos de trabalho;*
- *redução do desemprego, no incremento de atividades não-agrícolas;*
- *melhoria das condições de trabalho e vida e aumento da renda, fundamentais para este setor que ainda enfrenta graves problemas como a ausência de novas oportunidades de trabalho e emprego;*
- *combate a crescente informalidade e precariedade das relações de trabalho no campo.*

A implementação efetiva do PADRS favorece, portanto, a democratização das relações de trabalho, qualidade de emprego e vida e garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, sobretudo pela geração de emprego e ocupações produtivas no campo.

No assalariamento rural as transformações foram grandes, entretanto, do ponto de vista das relações sociais e da estrutura agrária foram marginais. Para a CONTAG, é fundamental que se busque formas que impeçam a exclusão de grandes contingentes

de trabalhadores do mercado de trabalho.

O desafio para a CONTAG na atualidade é aglutinar as organizações representativas dos interesses de trabalhadores e trabalhadoras rurais existentes - assalariados (as), sem terra, agricultores (as) familiares, quilombolas, dentre outras especificidades, em torno dos princípios do PADRS. Entendendo esse projeto como parte de um projeto de sociedade, que seja justa, democrática, igualitária, equânime, solidária e ambientalmente sustentável.

A contag nestes 40 anos de história foi uma das entidades que liderou e construiu propostas para as mudanças sociais e econômicas deste país, buscando a melhoria de condições de vida da população brasileira. Principalmente na defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros.

Logo após sua fundação sofreu intervenção em consequência do golpe militar de 1964, somente retomando suas lutas em 1968. Neste período inicia-se uma luta pela Reforma Agrária, Organização dos Assalariados e Assalariadas Rurais e posteriormente a organização dos Agricultores e Agricultoras Familiares.

A Contag por ser uma entidade que investe na sua estrutura, organização interna e de suas lideranças é uma referência nacional para o movimento sindical. Através de suas ações e mobilizações, que é um marco no nosso país e tem conquistado políticas de

A luta continua e esta entidade vem se adaptando as mudanças conjunturais que sofre o nosso país, modernizando sua estrutura e procurando desenvolver propostas políticas que atendam as necessidades e demandas da base na busca de uma melhor qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil.

Hilário Gottselig - Secretário Geral



“Nessas quatro décadas de existência, a CONTAG sempre lutou por bandeiras amplas e necessárias ao desenvolvimento do país. Na luta pela redemocratização do país, pelo *impeachment* de Collor, pela implementação de políticas públicas para o campo, pela implementação de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Essa missão, continua presente no dia a dia da CONTAG, consolidando cada vez mais a maior organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais da América Latina”.

Natal Ribeiro Maciel

Secretário de Políticas

Agrícolas

Contag e a justiça social no País

Luiz Marinho - Presidente Nacional da CUT

É inegável a importância dos trabalhadores rurais para o desenvolvimento econômico e social do País. Mais importante ainda é organizá-los para que tenham condições de lutar contra as injustiças e a exploração que permeiam o trabalho no campo (até muito mais do que no trabalho urbano). E é aqui que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a Contag, assume papel fundamental.

Nestes 40 anos de existência, a Contag vem exercendo uma ação efetiva na organização dos trabalhadores rurais e seus sindicatos de base, sendo a principal referência de representação da categoria. Os números por si só comprovam: hoje ela congrega 4.100 sindicatos, 27 federações e nada menos que 25 milhões de trabalhadores.

A entidade tem sido decisiva na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, pelo efetivo reconhecimento de seu direito de organização sindical - cotidianamente atacado diante da perseguição às lideranças de base que, em inúmeros casos, terminam em brutais assassinatos -, e pela reforma agrária, tão necessária para que de fato a justiça social exista em nosso País. Além disso, está à frente da formulação

de propostas concretas para o desenvolvimento agrário, que pode trazer, por conseqüência, o desenvolvimento de pequenas e médias cidades do Brasil.

Ou seja, nestas quatro décadas, a Contag tem demonstrado seriedade e compromisso com o Brasil

e seus cidadãos. Para nós, da Central Única dos Trabalhadores, é motivo de orgulho ter a Confederação como uma de nossas filiais e principal colaboradora para a organização dos trabalhadores no campo. E é desta luta incansável que o movimento sindical precisa para, junto com outros setores sérios da sociedade, poderemos conquistar a dignidade daqueles que fazem o País.

Parabéns Contag! Parabéns, companheiros e companheiras rurais!

Nesses 40 anos de história e lutas, a CONTAG estimulou permanentemente a visibilidade política e econômica dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Hoje, esse segmento representa um dos setores mais dinâmicos da economia e da política sindical brasileira.

Mas, entendo que uma das ações mais importantes para consolidar a CONTAG enquanto essa entidade plural e diversa, foi a ampliação da participação das mulheres. Podemos afirmar que história dessa organização tem dois momentos distintos, antes e depois das mulheres conquistarem seu espaço político.

Essa participação qualitativa e quantitativa, potencializou ainda mais as ações do MSTTR. a exemplo da Marcha das Margaridas e as muitas vitórias das lutas das mulheres, como o acesso ao PRONAF-Mulher e a titulação da terra em conjunto com o marido.

Isso não quer dizer, que os problemas de participação das mulheres na sociedade e no MSTTR acabaram. Mas, com certeza elas não estão sós nessa luta, pois conta com o apoio e estímulo da maior organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais da América Latina - a CONTAG

Raimunda Celestina de Mascena - Coordenadora Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais.



CONTAG defende a democratização do uso de terra desde sua fundação



Uma breve releitura a respeito do modelo agrário implementado no Brasil demonstra que a opção dos sucessivos governos foi pelo econômico com ênfase na preservação do latifúndio e exploração da monocultura. Os aspectos socioambientais e culturais sempre foram desconsiderados, o que resultou em exclusão social, concentração de renda, degradação do meio ambiente e crescimento da violência no campo.

Levantamentos oficiais sobre a estrutura agrária brasileira não desmentem essa opção excludente e perversa que trouxe consequências ambientais e sociais malélicas para o país. O Brasil dispõe de aproximadamente 600 milhões de hectares aptos para agricultura. No entanto, 250 milhões são áreas ociosas e 285 milhões são

latifúndios, em sua maior parte, improdutiva ou destinada à criação de gado. A maior parte dessa terra cultivável, 46%, está nas mãos de 1% dos proprietários rurais e, aproximadamente 85%, não produzem um quilo de trigo ou uma saca de feijão.

Nesses 40 anos de existência, a CONTAG sempre colocou em sua pauta o debate sobre a questão fundiária. Mesmo porque, a própria construção da CONTAG se confunde com a história da reforma agrária no Brasil. Ainda que de forma pouco explícita, os trabalhadores e trabalhadoras rurais, nas décadas de 60 e 70 do século passado, já apontava a necessidade de conjugar a reforma agrária, com o acesso à educação, previdência, saúde e moradia, como um caminho viável para

mudar o perfil agrário brasileiro.

Os materiais de formação, publicados na revista *O Trabalhador Rural*, desde os anos 60, sempre enfatizaram a necessidade de que a posse da terra estivesse associada a uma formação educacional formal e profissional, aos direitos e deveres de regime da previdência social pública e ao crédito agrícola diferenciado. A CONTAG esclarecia ainda, que a luta pela reforma agrária exigia um trabalho de conscientização junto aos trabalhadores e suas organizações, para uma melhor compreensão da real situação dos sem-terra.

Dados do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA/1969

- Enquanto 1.200.663 minifúndios ocupam 5.568.000 hectares (1,8% da área total cadastrada), 27 latifúndios ocupam área praticamente igual, 1,7% da área cadastrada.
- O número de famílias sem-terra era de 7,3 milhões, sendo distribuído da seguinte forma: 1,4 milhões assalariados permanentes; 3,9 milhões assalariados temporários e 2 milhões de posseiros, meeiros, etc.

Ainda que de maneira tímida ou preventiva, devido ao regime ditatorial imposto à população

brasileira, em 1973, a revista da CONTAG declarou: “Não pode o cumprimento das normas protecionistas do trabalho depender exclusivamente da atuação sindical. (...) Não deve a terra ser propriedade de poucos, quando muitos nela trabalham e quando todos dela dependem (...) reivindicamos do Governo a execução da Reforma Agrária, que se constitui um imperativo da política sócio-econômica Nacional”. Foi também nesse período que a CONTAG começou a falar de uma política de crédito fundiário. Reivindicava a instituição do crédito para trabalhadores rurais com pouca terra ou sem terra, sem limite de idade, com prazo máximo de 20 anos para pagamento.

É de se perguntar quantas organizações de trabalhadores ousaram tanto nesse período e conseguiram sobreviver. Ardilosamente a direção da CONTAG dava o recado ao explicar que a intenção das reivindicações da categoria era pleitear condições de trabalho mais compatível com a dignidade humana e, assim, fazer o trabalhador rural contribuir e participar da riqueza nacional. Que governo ou censura poderia se opor a um texto em que os trabalhadores declaravam que queriam melhores condições de vida para contribuir com o progresso da nação?

No discurso de abertura do congresso da CONTAG, em maio de 1979, José Francisco, declarou que: “a partir de 1968, a opção governamental de estímulo à exportação de produtos primários reforçou o poder econômico dos latifúndios. A desproporção dos créditos concedidos a produções como a soja, o cacau, a cana e o café, em comparação com os produtos básicos para alimentação, como milho, feijão e mandioca”, era gritante. Além disso, esclareceu o presidente: “independente do destino da produção, o crédito rural tem ido para quem dele menos precisa”.

Dados oficiais de 1970 a 1975:

- As propriedades com menos de 50 hectares perderam quase 900.000 hectares, enquanto que aquelas com área maior de 1.000 hectares incorporaram mais de 20 milhões de hectares de terra.
- Em 1970, eram 11,5 milhões de famílias trabalhadoras, sendo que apenas 2,5 milhões tinham acesso à propriedade da terra, ainda que em quantidade insuficiente. Já o latifúndio, representando aproximadamente 20% dos imóveis rurais, controlava 80% das terras do país.

É claro que esse enfrentamento da CONTAG, em seus discursos e impressos institucionais, recebia o respaldo de seus filiados. Somente no primeiro trimestre de 1979, oito Federações organizaram trabalhadores sem-terra para resistir a ações de despejo. Agricultores familiares iniciaram mobilizações demonstrando que a política agrícola do Governo era perversa com os pequenos produtores e, em diversos estados, as federações realizavam reuniões com empregadores rurais para negociar melhores salários e condições de vida aos assalariados rurais. Atrás da CONTAG existiam aproximadamente seis milhões de trabalhadores rurais.

À época, a CONTAG informava em seu periódico: “os poderosos já temem a nossa força. O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais está crescendo e se fortalecendo dia-a-dia. A nossa força, hoje, já é uma realidade que não pode ser negada (...) provas disso são as recentes vitórias obtidas por trabalhadores no Norte, com desapropriações de áreas em conflito; do Sul, com a queda dos impostos que prejudicam os pequenos produtores; do centro e do Nordeste, com conquistas que melhoram as condições de vida e trabalho dos assalariados do campo”.

“Independente do destino da produção, o crédito rural tem ido para quem dele menos precisa”.



O lado ruim desse avanço da organização foi o crescimento da violência e do terror contra lideranças sindicais para intimidar o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais. Apesar de ter contra si o aparato policial repressivo; a ação de jagunços pagos por grileiros; a morosidade da Justiça e a total omissão do poder público, o MSTTR não se intimidou. O resultado foi o crescimento de assassinatos de

lideranças e, também, o crescimento da tenacidade dos trabalhadores rurais para continuar as lutas dos companheiros mortos. A CONTAG declarou: “O nosso Movimento Sindical sente-se fortalecido para reafirmar sua disposição de prosseguir na luta, sem se deixar intimidar, honrando o exemplo dado pelos companheiros assassinados”.

A CONTAG denunciava a omissão do governo e deixava

claro que não haveria solução duradoura para tantos conflitos, caso não houvesse “uma verdadeira redistribuição da propriedade, da renda e do poder no meio rural, através de um Reforma Agrária ampla, massiva, imediata e com participação dos trabalhadores”. A abertura política no início da década de 80, do século XX, naturalmente produziu transformações nas lutas contra o modelo agrário brasileiro e

O Plano Nacional de Reforma Agrária foi apresentado pelo Governo Federal durante o 4º Congresso. Contando com a presença do Presidente da República, José Sarney.

também obrigou o Governo pensar em mudanças nas políticas para área rural.

Em 1982, o Governo apresentou o Programa Nacional de Política Fundiária conduzido pelo então criado Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Para a CONTAG se tratava de mais uma medida burocrática, portanto inócua para efetivar uma legítima reforma agrária no país. A CONTAG garantiu que continuaria lutando, reivindicando e cobrando a imediata decisão do 3º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais.

A CONTAG, IBASE, ABRA, CIMI, CNBB e CPT lançam a campanha nacional pela reforma Agrária. Diversos segmentos da sociedade, principalmente representantes de organizações urbanas, prestigiaram o lançamento da campanha e começaram a buscar informações para compreender o modelo agrário brasileiro. A campanha foi desen-

cadeada em vários estados, com passeatas e atos públicos envolvendo milhares de pessoas. A ampliação das manifestações populares provocou uma reação infeliz do governo militar, que tratou com violência os manifestantes e suas organizações.

Durante o 4º congresso, em 1985, a reforma agrária deu o tom do evento e contou com a presença de vários Ministros e, do Presidente da República José Sarney. Os delegados (as) levaram panelas furadas à bala, como forma de denunciar a violência sofrida no campo.

O Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, anunciou que esperava a participação dos trabalhadores para efetivar o Plano Nacional de Reforma Agrária. A meta do Plano era assentar 7,1 milhões de famílias de acordo com critérios definidos pelos trabalhadores e previa fórmulas diferenciadas para atender a realidade de cada região.

As lideranças sindicais não chegaram a um consenso sobre apoiar ou não o PNRA, enquanto a maioria das lideranças entendeu que as intenções desse governo de transição deveriam ser levadas em conta pelos delegados (as), outras lideranças questionavam desde a legitimidade da eleição presidencial, feita através de Colégio Elei-

toral, até a vontade política de implementar o PNRA.

Os latifundiários se organizaram e foram para o enfrentamento do Plano Nacional de Reforma Agrária, sob a coordenação da União Democrática Ruralista - UDR, essa oligarquia defendia abertamente o uso da violência e da força armada contra a execução da reforma agrária.

Com o descaso do Estado brasileiro, a violência no campo crescia e a UDR utilizava métodos fraudulentos para impedir a desapropriação de propriedades ocupando áreas, até então improdutivas, com gado. Aborrevavam o MIRAD com pedidos de revisão de atos desapropriatórios, alegando falta de vistoria do INCRA. Tudo isso, buscando desmoralizar o PNRA e o próprio INCRA, que tinha à frente José Gomes. Mais uma vez, o Governo Federal recuou diante da pressão das forças reacionárias que até hoje dominam a área rural.

Passados os cinco do governo de José Sarney, o MIRAD teve cinco ministros e as desapropriações realizadas no período foram exclusivamente para “apagar incêndios”. Os poucos assentamentos realizados eram desmoralizados porque os trabalhadores não recebiam assistência técnica, recursos e infra-estrutura.

“A ampliação das manifestações populares provocou uma reação infeliz do governo militar, que tratou com violência os manifestantes e suas organizações”.

O alarde em cima do Plano e posterior recuo do Governo promoveu o crescimento da violência e assassinatos. Levantamento realizado pela CONTAG e Federações contabilizou que entre 1985 e 1989, 210 pessoas foram assassinadas, sendo 17 líderes e cinco advogados sindicais.

Diante do recuo do Governo, o visível fracasso do Plano Nacional de Reforma Agrária e o pacote econômico que agravou a situação dos trabalhadores, a CONTAG intensificou as lutas, principalmente pela Reforma Agrária.

Com a proximidade das eleições dos parlamentares que seriam os constituintes, a CONTAG preparou suas bases para lutar pela Reforma Agrária na Assembleia Nacional Constituinte. “A Constituinte, por si só, não representa solução para as graves distorções nacionais, mas os trabalhadores, os setores mais progressistas da sociedade precisam nela estar representados, como forma de neutralizar a atuação da direita na Constituinte, assegurando o necessário espaço ao avanço das lutas dos trabalhadores”.

Eleitos os Constituintes, o MSTR iniciou o *lobby*. Uma das primeiras ações foi ocupar espaços da Câmara dos Deputados em repúdio às tentativas da União Democrática Ruralista - UDR, de ocupar cargos de Presidente, Vice-presidente e Relator da Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária. A Emenda Popular a favor da Reforma Agrária, com mais de 1 milhão de

assinaturas, foi entregue no Congresso Nacional em uma grande manifestação popular.

Apesar dessa atuação corajosa e permanente dos trabalhadores rurais, e do apoio de parlamentares progressistas, a correlação de forças era desigual. Os parlamentares da velha oligarquia rural conseguiram derrubar a proposta de emenda à constituição que implantava a reforma agrária almejada pelo MSTR, ignorando a vontade popular e mantendo a expressão de poder do país nas

mãos de poucos, a posse da terra.

Pronta a nova Constituição, depois de 20 meses de mobilização de massa, a CONTAG declarava: “Se, por um lado, o trabalhador obteve algumas vitórias, o texto referente à reforma agrária é a parte mais dura, mais antidemocrática da nova Constituição. Perdeu o Brasil a oportunidade de superar um de seus maiores e mais graves problemas”. Essa derrota não significou recuo, mas sim acirramento na luta pela reforma Agrária.



Depois de debates com as bases, em 1989, a CONTAG elabora o anteprojeto de lei ordinária da reforma agrária. A mesma proposta foi apresentada na abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, em 1990, pelo então senador Fernando Henrique Cardoso. O jornal *O Trabalhador Rural* divulgou: “o projeto da CONTAG, endossado pelo senador Fernando Henrique, define propriedade produtiva vinculando-a ao cumprimento de sua função social”.

O MIRAD foi extinto e Fernando Collor assumiu a Presidência da República, demonstrando que reforma agrária, conforme estabelecia a Constituição, não era sua meta. A atitude do governo em relação à reforma agrária apenas reforçou a luta dos trabalhadores rurais. Também existia uma pressão forte no Congresso Nacional para que o projeto da Lei Agrária fosse votado, pois estava paralisada desde 1989. Foi um grande embate entre MSTR e bancada ruralista a res-

peito da Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993. Essa lei dispõe sobre o Rito Sumário, que trata da desapropriação de imóvel rural por interesse social, para fins de reforma agrária.

Entretanto, os últimos dez anos de debate e atuação da CONTAG foram especiais para a construção de um Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. Com uma postura política de independência em relação aos governos, ampliando o reconhecimento estratégico da reforma agrária no desenvolvimento rural sustentável e compreendendo-a como elemento fundamental para promover a ampliação, valorização e o fortalecimento da agricultura familiar. Projetos de assentamento têm gerado postos de trabalho em atividades agrícolas e não agrícolas, além de possibilitar o acesso à terra e ao crédito a famílias até então, desprovidas dos direitos básicos dos cidadãos brasileiros.

Também foi nessa última década que a sociedade tomou conhecimento de dois massacres que trouxeram à tona uma prática comum no meio rural. Foram os conflitos agrários que resultaram em 40 trabalhadores rurais sem terra assassinados, nos municípios de Corumbiara/RO e Eldorado dos Carajás/PA. Em Corumbiara, a ordem de despejo, determinada pela Justiça, foi motivo para polícia de Rondônia assassinar 19 trabalhadores rurais sem-terra, eram 187 policiais militares fortemente armados contra 500 sem-



“...eram 187 policiais militares fortemente armados contra 500 sem-terra.”

terra. Em Eldorado dos Carajás, foram 21 trabalhadores rurais sem-terra assassinados, em confronto com 155 policiais fortemente armados.

Esses dois episódios violentos na luta pela terra forçaram o Governo a anunciar propostas que apontassem soluções para a violência no campo. Uma das iniciativas foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Documento elaborado pela Secretaria de Política Agrária e Meio Ambiente da CONTAG, esclareceu o que significaram para o MSTTR as propostas do governo: “a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, apesar de ter sido apresentado como um instrumento institucional capaz de dar o tratamento adequado à reforma agrária, não foi articulado à adoção de medidas que pudessem atribuir àquele órgão, um papel de destaque frente às outras políticas governamentais em curso. Buscando desincumbir-se da pressão social pela reforma agrária, sem ter que redirecionar suas prioridades orientadas pelo modelo neoliberal, o governo FHC investiu mais em propaganda do que em ações eficazes no tratamento a esta dívida social”.

No período do governo de Fernando Henrique Cardoso instru-

mentos de criminalização da luta pela reforma agrária, como a Medida Provisória 2.183 e as Portarias que a sucederam, deram às polícias, ao judiciário e ao INCRA, mais poder para reprimir a luta e impedir avanços nas desapropriações. Mesmo com a criação do MDA, a repressão e agressões a trabalhadores e trabalhadoras rurais não impediram que a violência e impunidade continuas-

sem nas áreas de conflito.

Com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, à Presidência da República, processo eleitoral que contou com um massivo empenho da CONTAG, Federações e Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, a CONTAG participou ativamente na elaboração de propostas de governo e influenciou na formação da equipe que seria gestora da reforma agrária do



governo de Lula.

O documento da Secretaria também destacou a herança recebida pelo atual governo, enquanto legado do governo Fernando Henrique Cardoso: "Uma enorme demanda por desapropriações, um grande passivo nos assentamentos e uma situação de violência e impunidade no campo. O governo passado deixou ainda um irrisório orçamento, um arcabouço de medidas legais restritivas e um quadro administrativo insuficiente e mal distribuído entre as superintendências do INCRA".

Com o propósito de viabilizar o PADRS, a CONTAG desenvolve

diversas ações em busca da reforma agrária almejada pelo MSTTR, desde a aliança com outros movimentos sociais, como a participação no Fórum Nacional de Reforma Agrária - criado em 1995 para articular ações defendidas pelas entidades e movimentos que lutam pela reforma agrária, - até ações de massa, como os Gritos da Terra e o acampamento nos canteiros do Ministério da Fazenda, realizado em 2003.

Nesses dez anos, a CONTAG participou ativamente na construção de instrumentos que qualificaram as ações de Reforma Agrária. A exemplo do Projeto Lumiar, voltado para a viabilização dos assentamentos enquanto unidades produtivas estruturadas e voltadas para as demandas identificadas pela própria comunidade; do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - PROCERA, que através créditos específicos para assentamentos rurais, objetivavam uma inserção autônoma no mercado, e, assim, permitiram a sua independência da tutela do governo, com titulação definitiva. Ou ainda, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, um programa de educação de trabalhadores rurais em Projetos de Assentamento

da Reforma Agrária, esse último, funcionando ainda hoje com a participação de Federações e coordenação nacional da CONTAG.

A CONTAG também estimulou, em todos os estados, a luta pela terra, seja fomentando acampamentos ou qualificando as organizações associativas nos assentamentos. Quando se fez necessário, a CONTAG também estimulou ações mais drásticas, como a ocupação de prédios públicos para garantir que os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra fossem considerados pelo governo federal. A ação das Federações e Sindicatos também foi imprescindível, pois avançaram na organização e coordenação de ocupações de terra, de órgãos públicos e de acampamentos, nos seus estados.

Outra ação importante foi a atuação da CONTAG na criação do projeto de Crédito Fundiário, como ação complementar à reforma agrária. O projeto visa atender à demanda pela aquisição de áreas não passíveis de desapropriação, tem por princípios a transparência e ampla participação das organizações na gestão do programa e o respeito às particularidades regionais. Nesses 40 anos o debate sobre a reforma agrária amadureceu. Os dirigentes aprenderam com erros, reflexões e debates, sabem exatamente em que contexto a reforma agrária deve ser executada e é com essa compreensão que persistem em suas propostas apresentadas à sociedade e governos.



Para compreender essa história de 40 anos da CONTAG, se faz necessário percebermos três períodos distintos na história do nosso país.

Durante a ditadura militar, a CONTAG foi a única entidade sindical que teve uma postura equilibrada, enfrentando o regime militar a partir de propostas concretas que possibilitavam o avanço e conquistas importantes para a classe trabalhadora rural.

Durante a construção da Constituição de 1988, devido ao acúmulo de discussões anteriores, a CONTAG foi uma das entidades que mais mobilizou em todo o período. Foi tão forte que nossos adversários criaram a UDR, sobretudo para



combater os avanços da CONTAG.

Quando decidimos que independente de qualquer que seja o governo, nos tínhamos que mobilizar, reivindicar, pressionar e negociar e, se necessário, radicalizar. Somos a única entidade sindical, que tem essa determinação de forma

programática. Nesse sentido, a filiação à CUT foi importante para que esse projeto para o campo dialogasse com as demandas urbanas.

Por isso, ainda hoje, colhemos os frutos plantados desde a fundação e consolidação da CONTAG.

Guilherme Pedro Neto - Secretário de Assalariados

O MSTTR sempre foi uma escola para a classe trabalhadora rural. A CONTAG, nesse sentido é uma Universidade que a grande maioria dos dirigentes sindicais não puderam cursar. Por isso temos muito orgulho de participado e ajudado nessa construção coletiva de 40 anos.

A luta da CONTAG deu um salto qualitativo ainda maior, quando começou a construção de um projeto político a partir da base, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS.

A partir daí, a luta deixou de ter um caráter apenas reivindicatório, passando a ser propositivo em áreas como educação, saúde, meio ambiente, previdência, dentre outras. A intervenção qualificada da CONTAG nessas áreas, chamou a atenção de ONGs, Universidades e até de setores dos Governos Federal e Estadual.

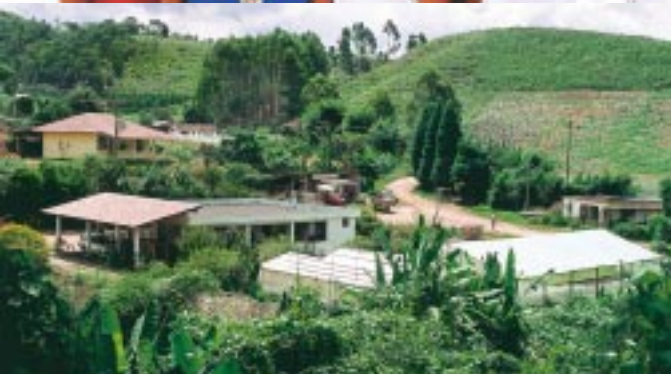


Sem perder de vista a necessidade de estabelecer parcerias com outras organizações, a CONTAG vem construído coletivamente, políticas públicas de grande impacto na base, a exemplo das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo.

Mais a maior mudança que a CONTAG propõe, está na forma de fazer política sindical. Construindo um sindicalismo classista, democrático e participativo para todos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Construindo um sindicalismo independente, autônomo e ao mesmo tempo comprometido com as propostas coerentes apresentadas por governos Federal, Estadual ou municipal.

Maria de Fátima Rodrigues da Silva - Secretária de Políticas Sociais

Agricultura familiar dinamiza processos de desenvolvimento local sustentável no interior do país



A agricultura familiar é uma das melhores possibilidades para o Brasil. Responde pela maior parte do abastecimento interno de alimentos, gera mais postos de trabalho que a agricultura ou pecuária em grande escala. Hoje a agricultura familiar emprega 7 de cada 10 empregados do campo, 77% da mão-de-obra rural. O mais importante é que, além de abastecer o mercado interno, são os agricultores familiares que dinamizam a vida socioeconômica dos pequenos municípios brasileiros.

Para CONTAG nada mais justo que se estabeleçam políticas públicas e legislação específica para garantir o desenvolvimento da agricultura familiar, tornando-a mais produtiva e competitiva. A compreensão da necessidade do estabelecimento de políticas e legislação específicas se justifica pelas peculiaridades da agricultura familiar. Não é possível manter tratamento igual ao da produção em grande escala. O MSTTR reconhece que nos últimos 10 anos houve avanços, principalmente na área de financiamento diferenciado ao agricultor familiar, mas é preciso muito mais. Para compreender como o MSTTR conquistou políticas específicas para agricultura familiar é preciso conhecer a jornada de lutas dos trabalhadores rurais ao longo desses 40 anos.

Reforma agrária e agricultura familiar se fundem em diversos momentos da história da CONTAG. Historicamente e ainda hoje, produtores de pequenas propriedades tornaram-se sem terra, pois não tinham assistência, crédito diferenciado, dependendo do atravessador para escoar a produção, além da ausência de uma política de preços mínimos para os produtos rurais. A soma dessas dificuldades levou muitas famílias rurais a perderem suas terras e engordarem os números do êxodo rural e da pobreza na população brasileira.

Em 1970, existiam 2,7 milhões de minifúndios e 2 milhões de famílias de parceiros e rendeiros, todos vivendo em situação precária por falta de renda, assistência técnica e política de preços mínimos. Desde 1965 existia a Lei do Crédito Rural, que regulava a forma como deveriam ser financiados os agricultores. A Lei determinava que deveriam ser fortalecidos com financiamentos, principalmente os pequenos e médios agricultores. No entanto, a realidade era diferente. Para o sistema financeiro realizar um empréstimo era necessário o cumprimento de exigências impossíveis de serem atendidas pelos agricultores familiares.

Dados do censo Agropecuário em 1970:

- *as pequenas propriedades eram responsáveis por 26% da área total plantada com lavouras permanentes;*
- *32% da área total plantada com lavouras temporárias, quase 10% do total de bois e vacas e 47% do total de porcos.*
- *as grandes propriedades respondiam por 9% da área total cultivada com culturas permanentes e 8% da área total com lavouras temporárias.*

À época, o presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - Embrater, Renato Simplicio Lopes, informava que 80% dos pequenos produtores não tinham acesso aos

programas de crédito e de assistência técnica oferecidos pelo Governo. Os beneficiados pelos programas eram os grandes e médios produtores.

A Associação dos Agrônomos do Estado de São Paulo também denunciava que o modelo agrícola de crédito e incentivos às grandes

empresas agropecuárias, voltadas para produtos de exportação, tinham prioridade em prejuízo dos alimentos básicos, como feijão, arroz, batata e hortigranjeiros, além da utilização indiscriminada de adubos e venenos sintéticos.

Durante Congresso dos Agrônomos do Estado de São Paulo, no



*No sul do País,
suinocultores
bloqueiam estrada
em protesto as
condições impostas
pelos grandes
frigoríficos*



qual membros da direção e assessoria da CONTAG estavam presentes, os profissionais defenderam a formulação de uma nova política agrícola com: “maior ênfase ao mercado interno, o desenvolvimento acelerado do Programa nacional do Álcool, apoio governamental à produção de gêneros

alimentícios básicos, pesquisas para a criação de uma tecnologia que leve em conta o uso intensivo da terra e da mão-de-obra”.

Durante o ano de 1978, a CONTAG realizou encontros regionais com todas as federações que defenderam no relatório final: “uma profunda reorientação da política agrícola, no sentido de favorecer as explorações familiares (...), que se revissem taxas de juro, prazos, e que os empréstimos tivessem por garantia a produção (...), os preços mínimos deveriam considerar os custos reais de produção (...) e os projetos de colonização deveriam estar fundamentados sobre a exploração familiar e não sobre às grandes empresas.”

No ano seguinte, durante o congresso da CONTAG, em 1979, essas propostas foram acrescidas de outras: comercialização facilitada, criando condições para construção de armazéns, fabricação de silos, construção de estradas a fim de evitar o intermediário; incentivos e condições para organização em cooperativas; criação do seguro agrícola; crédito especial para os pequenos agricultores.

A partir de 1980, grandes manifestações de pequenos produtores eclodiram na região Sul. Primeiro contra o confisco da soja, que mobilizou mais de 700 mil produtores e fez o governo voltar atrás, retirando o imposto para exportação da soja. Depois os suinocultores se mobilizaram boicotando a entrega do produto e bloqueando estradas em

“Em 1986, a CONTAG cria a Comissão Nacional de Política Agrícola.”

protesto contra os preços e as condições impostas pelos grandes frigoríficos. Os fumicultores conseguiram estabelecer um preço negociado; e também os vitivinicultores e produtores de leite se mobilizaram pela prática de um preço mínimo condizente com o custo de produção. Essas conquistas parciais estimularam grupos de agricultores familiares a se mobilizarem para realizar levantamentos de custos e obrigando agroindústrias e governo a negociar.

A CONTAG declarava: “a linha de atuação do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais tem sido no sentido de levar os pequenos produtores a perceber que a luta a ser travada é pela mudança da política agrícola vigente, por demais nociva aos nossos interesses na medida em que se coloca a serviço do capital financeiro, comercial e agroindustrial, notadamente, o multinacional”. Para CONTAG estava claro que se tratava de um modelo implantado no país a partir de 1964, que aprofundou as desigualdades sociais e de renda. A indefinição de uma política de comercialização e preços justos deixava os produtores numa situação de insegurança.

Em 1986, a CONTAG cria a Comissão Nacional de Política Agrícola. O governo da nova república anunciou vários pacotes


agrícolas, porém o anúncio da liberação do crédito rural desburocratizado não passou de promessa. Os agricultores familiares continuavam sem acesso aos financiamentos e o sistema financeiro fazia exigências inviáveis para os agricultores. Sob a coordenação da Comissão Nacional de Política Agrícola as federações iniciaram debates regionais com o propósito de elaborar o Projeto Nacional de Política Agrícola, que daria um tratamento diferenciado aos agricultores familiares. Foram os primeiros debates que deram origem ao PRONAF.

Com acúmulo suficiente a respeito do que deveria ser uma política diferenciada para agricultura familiar a CONTAG articulou em dois campos distintos. Um foi o estudo realizado conjuntamente, em 1994, pela CONTAG, Incra e Fundo das Nações Unidas para Alimentação - FAO. A outra articulação se deu com o governo federal. Em 1994, a CONTAG apresentou a primeira reivindicação ao Presidente da República Itamar Franco. Surgiu o Provap. Em 1996, a CONTAG apresentou o Pronaf ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Apesar do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ter argumentado que havia uma tendência de esvaziamento do espaço rural, e

que apenas 3% da população brasileira estaria no campo num futuro próximo, a mobilização e pressão do MSTTR contribuíram para que ele reconhecesse o programa e garantisse fonte de recursos para sua viabilização.

Ao longo desses 10 anos, as mobilizações de massa da CONTAG, como os Gritos da Terra e Marcha das Margaridas, conquistaram avanços para o fortalecimento e consolidação de políticas voltadas para agricultura familiar. Um bom exemplo foi a implementação do Programa de Desenvolvimento Local - PDLS, que capacitou lideranças e técnicos do MSTTR para o acesso às



Os Gritos da Terra Brasil conquistaram avanços para o fortalecimento e consolidação de políticas voltadas para a agricultura familiar

políticas destinadas à agricultura familiar.

De acordo com dados da Secretaria de Política Agrícola da CONTAG, nesses 10 anos, o Pronaf superou limites. Atualmente são beneficiárias todas as famílias contempladas pela Resolução 3.206, de 24 de junho de 2004, que estavam assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária ou beneficiadas por programas de crédito fundiário ou, ainda, que explorem parcela de terra na condição de proprie-

tário, posseiro, arrendatário e ou parceiro.

Sem dúvida foram avanços significativos, entretanto, para a consolidação das políticas públicas que levem ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, a CONTAG compreende que é necessário instituir uma lei que assegure a produção, a renda e a identidade da agricultura familiar. Políticas de assessoramento técnico, transformação e comercialização na agricultura familiar também devem ser implantadas.

Quanto à dimensão organizacional, a agricultura familiar ainda carece de maior impulso para constituir bases sólidas e autônomas de acesso aos mercados. Para consolidar esse projeto de inserção o MSTTR tem fomentado processos que vem se constituindo em iniciativas concretas, por meio do Sistema CONTAG de Organização da Produção - Siscop, que integra organizações cooperativas e associativas, para assessoramento técnico, cooperativismo de crédito e de produção.



Organização de homens e mulheres assalariados rurais avançou junto com as demais conquistas do MSTTR

“A reforma agrária será um novo 13 de maio”, depoimento de um bóia-fria de uma lavoura de café no Paraná, em 1972.

A condições de vida e trabalho dos assalariados e assalariadas rurais está longe de ser a ideal, porém já foi bem pior. Em tempos de acesso difícil, péssimo sistema de comunicação e legislação mínima estabelecendo regras para o trabalho rural, a CONTAG já dedicava especial atenção a esses trabalhadores, vítimas do êxodo rural. Eles estavam na raiz da construção do MSTTR e permanecerão como protagonistas das reformas exigidas pelo Movimento.

Em 1969, dados do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA, revelavam existir mais de 4 milhões de trabalhadores sazonais. Nos anos 60, do século passado, o crescimento de trabalhadores sazonais e a expulsão de trabalhadores das grandes propriedades ocorriam porque os proprietários rurais não queriam aceitar a implantação da legislação trabalhista. Em 1970, a CONTAG enviou carta ao Presi-

dente da República descrevendo a realidade dos assalariados rurais: “existem 1,4 milhão de famílias de trabalhadores permanentes nas propriedades, que em sua maioria absoluta não pagam salário nem as demais obrigações trabalhistas e encargos sociais”.

Em 1975, o periódico da CONTAG divulgava que aproximadamente 70% dos assalariados do campo recebiam igual ou menos que um salário-mínimo. Mais de 80% dos trabalhadores não tinham registro na carteira de trabalho. No caso das mulheres ultrapassava os 87% e entre menores acima de 95% não tinham registro na carteira profissional.

A realidade era cruel. Todos os membros da família trabalhavam, inclusive crianças, mas o dinheiro era sempre insuficiente para atender às necessidades básicas da família. O trabalhador necessitava comprar alimentos no armazém de propriedade do fazendeiro. Os preços eram extorsivos e a

família, além de passar fome, permanecia devedora do patrão. Os trabalhadores ficavam à mercê dos latifundiários e se sujeitavam às condições que eles lhes impunham, e a Justiça, não estava aparelhada para dar cumprimento à legislação.

Existiam ainda, como hoje ainda existem, trabalhadores e tra-





balhadoras rurais escravizadas. Desesperados à procura de trabalho, acreditavam em falsas promessas oferecidas pelos “gatos” - aliciadores da mão-de-obra rural - e acabavam aprisionados em distantes propriedades rurais, sendo obrigados a trabalhar até 12 horas, de domingo a domingo, sob a mira de armas de fogo, vivendo

em alojamentos precários e tendo seu direito de ir e vir cerceado.

Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD/IBGE, de 1976, revelavam que de um total de 4 milhões de empregados

rurais, 3, 270 milhões não tinham carteira profissional registrada. Mais de 80% dos assalariados e assalariadas rurais não tinham situação profissional regularizada.

Por um longo período a CONTAG divulgou em seus meios

de comunicação os direitos dos trabalhadores rurais assalariados. Diversos textos traziam informações precisas, que orientavam a respeito de métodos e técnicas para organizar negociações coletivas de trabalho. Esse mecanismo de orientação trouxe maior consciência aos dirigentes sindicais para instruir os assalariados e assalariadas rurais que sofriam toda espécie de abuso dos patrões, por desconhecerem seus direitos trabalhistas. Em uma edição do periódico da CONTAG a área jurídica esclarecia: “é bom lembrar (...) que os sindicatos de trabalhadores devem firmar convenções e acordos para conseguir direitos e vantagens que ainda não estejam nas leis trabalhistas, pois o que já está na lei deve ser obrigatoriamente cumprido”.

A partir de 1979, intensificou-se a luta pelo cumprimento da legislação trabalhista e por reajustes salariais com os movimentos grevistas do setor canavieiro tanto no Nordeste quanto em São Paulo. Estes movimentos levaram à criação dos primeiros acordos, convenções e dissídios trabalhistas no campo.

A partir de 1980, diversas “paralisações” de assalariados e assalariadas rurais eclodiram pelo país sob a coordenação dos sindicatos, Fetags e CONTAG. As paralisações eram, principalmente, de trabalhadores e trabalhadoras das zonas canavieiras do nordeste, que conseguiram unificar as campanhas salariais de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ala-

goas e Sergipe. Em 1986, a CONTAG anunciava: “Ano a ano o movimento sindical vem procurando avançar a luta dos assalariados rurais em todo o País. Os contratos coletivos de trabalho são, hoje, uma realidade em mais de uma dezena de estados”.

Assim como em outras áreas de atuação do MSTTR, foi durante a Constituinte que a CONTAG utilizou toda a sua estrutura, orga-

nização e persistência das Federações e Sindicatos para avançar nos direitos trabalhistas. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais estiveram ao lado dos trabalhadores urbanos lutando pelo direito de greve, livre organização sindical, estabilidade no emprego, jornada de trabalho, licença maternidade, férias, seguro-desemprego.

Nos anos 90, do século XX, as campanhas salariais unificadas



eram uma realidade e fortaleceram a categoria. Muitos assalariados e assalariados rurais conseguiram, por meio das campanhas salariais, transformar antigas reivindicações em cláusulas de contratação coletiva. No entanto, isso não significou a solução para o fim da exploração patronal. Muitos empregadores rurais ignoram as convenções e acordos coletivos, e expõe os trabalhadores e traba-

lhadoras a problemas de saúde e risco de vida. Trabalhadores e trabalhadoras são transportados em veículos de péssimas condições e permanecem em alojamentos precários, além disso ficam expostos à acidentes e doenças relacionadas ao uso de agrotóxicos, sem nenhum tipo de capacitação.

A onda de precarização, a eliminação de postos de trabalho, flexibilização de direitos traba-

lhistas e perdas de conquistas históricas influenciam as relações de trabalho no meio rural e foram materializadas através de medidas como a Emenda Constitucional nº 28 sobre a prescrição trabalhista igualando trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos, a criação das cooperativas de mão-de-obra com a descaracterização do vínculo empregatício, a criação do Banco de Horas, entre outras.

Nesses 10 anos, a CONTAG atenta à flexibilização das relações de trabalho no meio rural, reforçou a organização sindical dos assalariados e assalariadas rurais e atuou efetivamente contra o descumprimento das leis trabalhistas, e acordos e convenções coletivas de trabalho.

As campanhas salariais no meio rural possuem uma dinâmica própria envolvendo diferentes culturas e períodos de safra e entressafra que refletem diretamente no processo de negociação coletiva.

Para a CONTAG, o espaço da negociação coletiva de trabalho é fundamental, pois é uma peça importante na luta sindical. As negociações coletivas de trabalho promovem melhoria das condições de vida, remuneração e trabalho dos assalariados (as) rurais, possibilitando inclusive o acompanhamento das transformações relacionadas à reestruturação produtiva no meio rural.

Os acordos e convenções coletivas de trabalho evoluíram na forma e no conteúdo assegurando conquistas relevantes. Percebe-se um avanço considerável nas cláu-



sulas dos acordos e convenções coletivas de trabalho. Hoje não se prioriza apenas a cláusula econômica (reposição salarial), mas também cláusulas sociais importantes estão sendo incorporadas como transporte seguro, alojamento digno, alimentação saudável, capacitação para o uso de agrotóxicos e segurança e saúde do trabalhador (a) rural.

Ao ser firmado um acordo ou convenção coletiva de trabalho consegue-se garantir mais dignidade e estabelecer condições mínimas para um trabalho decente e de qualidade.

Para se contrapor a estes avanços os patrões se valeram do desemprego, da criação de falsas cooperativas de mão-de-obra (cooperगतos) para descaracterizar o vínculo empregatício e de decisões judiciais desfavoráveis que afetaram a organização dos trabalhadores (as) e os resultados das campanhas salariais, diminuindo o poder de barganha e reduzindo conquistas.

Tem sido prática das empresas rurais empregarem grande quantidade de mão-de-obra de trabalhadores vindos de várias regiões do estado ou país, visando dificultar a capacidade de mobilização e de organização sindical.

Contrário a esta eliminação de direitos e conquistas o MSTTR tem atuado efetivamente contra o descumprimento de leis e acordos trabalhistas e dos acordos e convenções coletivas de trabalho. Atualmente o MSTTR (CONTAG/FETAGs/ STRs) tem denunciado

irregularidades e a informalidade no campo, principalmente a prática de trabalho escravo.

A PNAD/IBGE, de 2002, revela que existem aproximadamente 3,1 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais com vínculo empregatício sem carteira assinada na área rural. Muitos desses profissionais moram nas periferias das cidades, e devido ao alto índice de desemprego e baixos salários pagos, essas pessoas também se constituem no setor mais empobrecido da categoria.

As questões relacionadas à segurança e saúde do trabalhador(a) assalariado rural precisam levar em consideração as peculiaridades do perfil do mundo do trabalho rural. A partir do Grito da Terra Brasil de 1999 e 2000, a CONTAG participou de uma ampla campanha de prevenção de acidentes do trabalho rural. Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego participou ativamente da CANPATR - Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho na Área Rural, priorizando temas relacionadas às condições de transportes, alojamentos e alimentação para os trabalhadores(as) rurais.

A partir de 2001, o tema central da CANPATR foi sobre os riscos dos agrotóxicos na saúde humana e ambiental culminando

com a realização do Seminário Nacional sobre Segurança e Saúde na Agricultura, Pecuária e Exploração Florestal - Trabalho Seguro e Saudável. Posteriormente a CONTAG iniciou a Campanha Nacional de Prevenção contra os Riscos dos Agrotóxicos em convênio com a FUNDACENTRO, realizando Encontros Estaduais de capacitação de multiplicadores (as) acerca do tema.

Faz parte do planejamento da CONTAG realizar a Campanha Nacional de Assinatura da Carteira de Trabalho com o objetivo de conscientizar e ampliar o número de mulheres, homens e a juventude rural sobre a importância da assinatura da CTPS.

De acordo com a PNAD/2003, 80% dos trabalhadores rurais não têm carteira de trabalho assinada

Outra área de forte atuação da CONTAG é pela erradicação do trabalho escravo, que ainda é uma realidade no Brasil, especialmente na área rural. Nesses últimos anos, a CONTAG trouxe o tema para discussão da sociedade e diversas ações foram e estão sendo desenvolvidas para a erradicação do trabalho escravo e participou das reuniões do Grupo de Trabalho Executivo de Repressão ao Trabalho Escravo/Forçado - GERTRAF/Ministério do Trabalho e Emprego, da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH/Ministério da Justiça,



“Muitos avanços já foram obtidos como o lançamento do Plano Nacional de erradicação do trabalho escravo...”

como também da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE.

Em 2004, a CONATRAE e demais entidades parceiras organizaram a II Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo, ampliando o debate sobre as dificuldades e os avanços obtidos nos últimos dois anos e aprofundando sobre questões como a contextualização do trabalho escravo, trabalho escravo e a competência criminal, trabalho escravo e impunidade, identificando os entraves para uma ação mais efetiva.

Existe hoje um tripé que sustenta a prática do trabalho escravo que, segundo, Marcelo Campos, da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, é “a estrutura fundiária, a pobreza e a im-

punidade”. Todos estes elementos são importantes para as intervenções e ações do MSTTR, estabelecendo estratégias integradas visando erradicar o trabalho escravo.

Muitos avanços já foram obtidos como o lançamento do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e o lançamento dos Planos Estaduais do Pará, Piauí, Maranhão e Mato Grosso, promovendo ações de cidadania e combate à impunidade. Com o plano nacional ocorreram mudanças, entre elas estão o aumento do número da equipe de fiscalização móvel nas ações de fiscalização, o lançamento da campanha e a sua divulgação na mídia e através da Internet, a divulgação da lista com nomes de pessoas e empresas

condenadas pela justiça por trabalho escravo, instituindo a “Cadastro de Empregados” que são impedidos de ter acesso a financiamento público e por fim a criação das Varas de Trabalho Itinerantes que facilitam o processo de ações punitivas aos maus empregados nos locais onde se dá a prática do trabalho escravo.

No Senado Federal, Proposta de Emenda à Constituição, elaborada pela CONTAG, foi apresentada pelo ex-senador Ademir Andrade (PSB/PA). A PEC 438-A/2001, prevê expropriação de terras da propriedade que utilizar mão-de-obra escrava. Essa é uma luta pelo direito à vida e ao trabalho com dignidade e que esta prática nefasta não seja mais uma realidade no nosso país.

Compromisso com o Brasil dos trabalhadores

Renato Rabelo - presidente do Partido Comunista do Brasil, PCdoB

A criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag, em 22 de dezembro de 1963, representa um marco na luta dos brasileiros. Pouco depois de oficialmente reconhecida, em 31 de janeiro de 1964, foi vítima da ira das classes dominantes que, através do golpe militar de 31 de março, intervieram na entidade, prendera e forçaram aos exílios vários de seus dirigentes. Os trabalhadores rurais retomaram a entidade em 1968, derrotando o interventor.

Entidade máxima dos assalariados rurais brasileiros, a Contag é o fruto sindical de uma luta secular em nosso país. Luta que remete à resistência dos

nativos à época do descobrimento da América e ao enfrentamento da escravidão realizada pelos negros africanos para cá trazidos.

Com a eleição e posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil passou a viver situação inédita, em que novas classes e setores de classes passaram a integrar o governo central. Fato de tal magnitude se reflete nas lutas dos trabalhadores das cidades e do campo.

Assim como o PCdoB, a Contag, fruto da ação consciente dos trabalhadores, está envolvida no projeto do novo Brasil.

A CONTAG vem consolidando seu projeto político de Desenvolvimento Rural Sustentável para o Brasil, o PADRS. Sendo reconhecida nacional e internacionalmente, como uma entidade sindical que estimula a participação da juventude nos espaços de direção e de representação política.

Foi uma das primeiras entidades sindicais nacionais do Brasil, a constituir uma Comissão Nacional específica da Juventude, com uma coordenação estatutária na direção executiva da CONTAG, das FETAGs e da maioria dos STRs.

Com certeza, os próximos quarenta anos da CONTAG serão diferentes, porque será construído a partir da efetiva participação de quem vive, sonha, produz e reproduz qualidade de vida no campo, as pessoas, de todas as idades, cores, saberes, raças, etnias, culturas e recortes regionais e territoriais.

Simone Battestin - Coordenadora Nacional dos Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.



Formação sindical

ação permanente do MSTTR para consolidar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável

A formação sindical sempre teve papel de destaque na estratégia política do MSTTR. Para compreender na atualidade essa importância é necessário entender o período ditatorial que o MSTTR e os brasileiros viveram após o golpe militar de 1964.

Para explicitar as transformações da formação sindical no MSTTR ao longo de sua história, dividiremos a ação formativa em dois períodos. O primeiro passa pela fundação da CONTAG até a retomada das grandes mobiliza-

ções sociais na década de 80, do século passado. O segundo período vai da retomada dessas lutas até os dias atuais.

Todos os esforços foram no sentido de consolidar uma estrutura sindical nacional e garantir autonomia política em relação ao governo militar. Os educadores sindicais das Federações eram responsáveis pelo planejamento e realização de cursos, encontros, seminários e congressos, normalmente, tratavam sobre o sindicalismo e a formação de lideranças sindicais. Também eram respon-

sáveis pela produção de jornais e programas de rádio.

Os materiais de comunicação sindical foram fundamentais para garantir minimamente uma ação articulada nacional, regional e estadual. Eram boletins, revistas e jornais, que tinham como objetivo central a conscientização e a socialização das vitórias e lutas do MSTTR.

A revista mensal da CONTAG, “O Trabalhador Rural”, foi um dos principais instrumentos de motivação, mobilização e sedimentação de uma política sindical nacional.

Dedicava em todos os números, matérias sobre sindicalismo, papel das lideranças sindicais, noções de Planejamento, Administração Sindical, passos de como fazer reuniões, além de enfatizar as lutas ocorridas nos estados, como exemplos a serem seguidos.

O periódico “O Trabalhador Rural” recebeu diversas denominações, - jornal, revista, boletim - de acordo com o papel que desempenhava o impresso à época. A esse período que estamos nos reportando, conforme a assessora da CONTAG, Adriana Borba Fetzner: “uma revista se adequava melhor aos propósitos da organização, ou seja, formar novas lideranças e aumentar o número de federações e sindicatos filiados ao MSTR (...) manter o trabalhador rural informado e, principalmente, formá-lo, pois ninguém melhor do que o próprio personagem do campo para comunicar à sociedade a sua realidade e, de posse do conhecimento, modificar aquela realidade”.

A criatividade marcou esse período. O cerceamento das liberdades individuais e coletivas inibia qualquer divulgação de trabalhos que pudessem, em seu conteúdo, ser interpretado como “ofensivo” ao governo e a “ordem pública”. Foram utilizadas muitas estórias, a exemplo da “Conversa de Caboclo”, produzida por quase uma década. O cotidiano e o estímulo à organização dos trabalhadores (as) rurais eram reproduzidos por meio de personagens. Também reproduziam as poesias,

prosas e cordéis, escritas pelos trabalhadores (as) rurais, dialogando com os desafios do dia-a-dia, sem serem perturbados pela Polícia ou pelo Ministério do

Trabalho. Os autores das estórias utilizavam pseudônimos, caso a repressão militar resolvesse censurar os textos, os autores estariam protegidos.

CONVERSA DE CABLOCO

*Bom dia cumpade Chico, cuma vai, cuma passou?
Eu vou indo cuma DEUS quer, pelejando sim sinhô?
No meu roçado deu a peste, não aproveitei nem o feijão.
É isso mesmo cumpade, cum pouco tudo se ajeita
Eu não acredito em mais nada, a coisa pra cá ta preta.
Tem calma cumpade Chico, tu não crê in nóssi. E no sindicato já viu
falar, que vai dar nosso valor.
Creio em DEUS que é santo véio.
Meu amigo por favor preste atenção.
Esse nosso sindicato, será nossa salvação
E quem é esse sindicato, que vai dar nosso valor
É uma sociedade composta de agricultor.
Nóis vai lá se reunir, pra acabar com essa tal de meia
Que sempre nos tem trazido, amarrado no nó da pêia.*

Assinam Chico da Rita e Zé do Ansé.
CONTAG/RJ; O Trabalhador Rural; Ano 1 - Nº 01, Julho/1969.

*Nós, aqui em João Lisboa,
Estamos de parabéns,
Já temos Sindicato
Assim como vocês têm.
Aqui, nosso Presidente
Nunca frequentou escola,
Mas como ele tem vontade,
Já lê, já conta e escreve
Já vi que este homem serve
E assim nos se desenrola
O Sindicato é união,
É amizade, é amor
É benefício, é progresso,
É conhecimento, é valor,
É reunião necessária dessa classe proletária
De homem trabalhador.*

Colaboração do companheiro do Município de João Lisboa no Estado do Maranhão
CONTAG/DF; O Trabalhador Rural; Ano 5 - Nº 01 - Janeiro/1973.



A formação sindical sempre teve papel de destaque na estratégia política do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Outro instrumento muito utilizado em finais da década de 60 a meados de 70, do século XX, foi o sóciodrama. Priorizava a oralidade e expressão corporal, para estimular uma visão crítica daquele momento que o país vivia, sem chamar a atenção do poder público.

Durante esse período, a CONTAG realizava cursos de capacitação de

longa duração. Alguns deles com até 30 dias, e em regime de internato. Além da preocupação pedagógica, existia a preocupação com possíveis “agentes” do governo infiltrados entre os participantes. Segundo relato de dirigente, durante os eventos as lideranças falavam sobre organizar as reivindicações dos assalariados e de se organizar contra o latifúndio, dentre outros assuntos que se relacionavam com a organização e luta da categoria. Quando chegavam representantes do Ministério eles apagavam tudo que estava escrito no quadro e mudavam de assunto. Era comum al-

guns participantes não compreenderem o que estava acontecendo.

Os congressos da CONTAG também foram espaços privilegiados para sistematizar experiências e propostas e unificaram a linha política para a Formação Sindical. Existia a preocupação de manter uma ação permanente e renovada na formação de novas lideranças sindicais que: “não se limitassem exclusivamente, à prestação de serviços burocráticos e assistenciais”. Nesses espaços, também eram identificados os conteúdos que deveriam sempre ser direcionados para o dia-a-dia da base.



No segundo período, a partir da década de 80, do século XX, novos paradigmas foram incorporados à proposta de Formação Sindical do MSTTR. Com a abertura política ocorrendo de forma lenta, a formação sindical se deparou com novos desafios, merecendo destaque a qualificação da ação sindical.

O movimento sindical começou a desenvolver ações para retomar as entidades que ainda estavam sob a direção de setores conservadores. As vitórias obtidas com a promulgação da Constituição também requeriam ações imediatas do MSTTR, com o propósito de manter a base esclarecida sobre as conquistas e conseqüentes mudanças.

Os congressos da CONTAG, de 1991 e 1995, deram um salto qualitativo na organização política do MSTTR, criando e consolidando as secretarias específicas na CONTAG. Também foi aprovada a

implementação do Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical, fundamental na construção de uma proposta de desenvolvimento que fosse alternativa aos sucessivos modelos concentradores de terra e de renda.

Com o PADRS, a Formação Sindical passou a ter uma referência pedagógica unificada nacionalmente, levando em conta as demandas regionais, culturais, produtivas, organizativas, sociais e as dimensões transversais de gênero, geração, raça e etnia.

Uma das grandes ações formativas desencadeadas pela CONTAG foi o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável - PDLS. Esse programa trouxe novidades: I - a ação formativa ocorria no local e, com o público local; II - o foco da ação formativa eram as políticas públicas, seu controle, gestão, proposição e negociação; III - o PADRS foi o fio condutor de toda a ação; IV - foram envolvidas mais

de 15 mil lideranças e técnicos do MSTTR; V - o foco da ação formativa, era o estímulo à construção de parcerias e alianças no nível local; VI - o estímulo à intervenção qualificada do MSTTR junto ao poder público local.

A Formação Sindical passou a incorporar as demandas específicas e a focar a ação nas pessoas e, não nas coisas. A Formação se transformou em uma ação *meio*. O PADRS estimulou a Formação Sindical a pensar junto com as demais secretarias, estratégias de implementação das demandas específicas, sempre visualizando o projeto maior - o PADRS.

Os meios de comunicação da CONTAG evoluíram com o decorrer dos anos e com o acesso a novas tecnologias. Profissionais especializados em comunicação passaram a integrar a equipe otimizando as relações da CONTAG com a mídia. Essa evolução da comunicação, em sintonia com as novas demandas do MSTTR, contribuíram para potencializar a ação política das Secretarias. Exemplos que podemos citar são os “spots” radiofônicos do programa “A Voz da CONTAG” sobre saúde preventiva, erradicação do trabalho infantil, auto-sustentação. Os profissionais da comunicação da CONTAG, por aproximadamente 10 anos, também formaram lideranças em técnicas de comunicação.

“A Formação Sindical passou a incorporar as demandas específicas e a focar a ação nas pessoas e, não nas coisas.”

Educação do campo e desenvolvimento rural garantem a sustentabilidade



A educação, cada vez mais, ganha importância estratégica na Agenda Sindical do MSTTR. Não significa que esse debate não ocorresse anteriormente na CONTAG, Federações e Sindicatos. Sempre houve uma compreensão coletiva sobre a importância da Educação enquanto estratégia para uma inserção qualificada dos trabalhadores (as) rurais nos processos de desenvolvimento do país. O tema

educação esteve na pauta de todos os congressos, Encontros, Seminários e atividades específicas, como objeto de reflexão, aprofundamento e deliberação.

O MSTTR permanentemente criticou o modelo tradicional de educação, desconectado da realidade de quem vive e trabalha no campo. Nos primeiros anos de CONTAG a direção afirmava que: “o método participativo, em

contraposição ao método ‘antigo’, leva em conta cada realidade individual, de cada educando, para assim podermos construir uma realidade coletiva. Conhecimento da realidade, que será juulgada, criticada e conforme as conclusões do grupo, chega-se à escolha da ação e, à própria ação. Conforme deliberado no Encontro de Petrópolis, em 1968, com dirigentes e técnicos de várias Federações”.

Esse conceito demonstrava, em 1973, opção por uma proposta pedagógica que valorizasse os trabalhadores (as) rurais enquanto sujeitos políticos. “Educado é aquele que sabendo ou não ler e escrever sabe, contudo, interpretar as coisas, os acontecimentos. Educação é o conhecimento das coisas, a capacidade de julgamento e ação. A educação escolar para os trabalhadores rurais deve: I - desertá-los para o saber; II - despertá-los para o querer e; III - motiva-los para conseguir o que necessitam”.

Algumas conquistas, ainda que localizadas, são vitórias dessa pressão e proposição da sociedade civil e, sobretudo, do MSTTR. A exemplo da experiência gaúcha, publicada no Jornal do Brasil, em 1973: “O Rio Grande do Sul

implanta este ano, no interior, um sistema de ensino de primeiro grau adaptado ao meio rural ajustado às condições sócio-econômicas de cada região. O sistema de educação rural terá currículo de acordo com as aspirações de desenvolvimento de cada comunidade e foi idealizado a partir da constatação de que 49% dos estudantes do primeiro grau estão na zona rural, mas recebem o mesmo ensino ministrado na zona urbana, com disciplinas muitas vezes sem qualquer utilidade na vida prática”.

Essas experiências sempre foram socializadas e debatidas nos congressos do MSTTR. Em 1973, o congresso extraordinário deliberou pela necessidade da adoção nos currículos escolares, de disciplinas que viessem a

incentivar o espírito associativista e a valorizassem a profissão de agricultor, com o apoio de material didático que levasse em conta as peculiaridades e características do campo.

Educação como estratégia para o desenvolvimento do campo, sempre foi a defesa da CONTAG. “A educação assume importante papel dentro do processo de desenvolvimento, exigindo especializações, a partir do fator educacional. Por outro lado, ela assume o papel motivador do próprio desenvolvimento. A educação nos liberta como pessoas, como gente que somos”.

O que define a identidade das escolas do campo é o seu projeto político pedagógico e os sujeitos a quem ela se destina





No congresso da CONTAG de 1991, a educação foi tratada com profundidade. Os delegados defenderam ensino, público e gratuito, adequado às características do meio rural; exigiram que o currículo escolar fosse elaborado a partir do cotidiano dos trabalhadores rurais; e definiram a realização de uma campanha de alfabetização, por meio dos STRs, para estimular os pais a enviarem os filhos as escolas.

No congresso da CONTAG de 1995, o MSTTR afirmou que a escola rural deveria respeitar a cultura local e a realidade dos trabalhadores (as) rurais, priorizando pedagogias que viven-

ciassem as diferentes situações do meio rural, como as Escolas Famílias Agrícolas. No caso específico da educação básica, a principal estratégia defendida foi a pressão sobre as prefeituras, responsáveis pela fiscalização e acompanhamento de todos os processos do sistema de ensino - além da sociedade civil, por meio dos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação - a fim de garantir o bom funcionamento do ensino em todos níveis de escolaridade.

Entendendo que não é possível construir uma proposta de Educação do Campo isolado em si, o MSTTR realizou em 2000, o IV

Fórum CONTAG de Educação, articulado com universidades, organismos internacionais e ONGs. O resultado foi uma agenda de trabalho visando acumular um debate sobre as bases de uma política específica de Educação do Campo, voltada para o desenvolvimento rural sustentável.

O MSTTR e outras entidades parceiras, que têm experiência com educação formal e não-formal¹, sistematizaram uma proposta de política pública constituída por princípios e diretrizes da educação do campo que estão sendo implementadas em alguns municípios rurais.

¹ MOC - Movimento de Organização Comunitária, SERTA, Secretaria Municipal de Educação de Curaçá/BA, IRPAA/BA, ARCAFAR, UNEFAB, GT/UnB, Instituto Agostim Castejon, Escola de Formação da CUT da Amazônia, Escola do Campo Casa Familiar Rural de Pato Branco/PR, dentre outros.

Essa proposta foi apresentada e debatida nas audiências públicas do Conselho Nacional de Educação - CNE, realizadas no final do ano de 2001. Ao final, o Conselho Nacional de Educação aprovou as “Diretrizes Operacionais de Educação Básica para as Escolas do Campo”, instituída oficialmente por meio da Resolução n.º 01, de 03 de abril de 2002.

Nas Diretrizes Operacionais da Educação Básica das Escolas do Campo, a educação não se restringe ao espaço da escola, ela acontece também nos diferentes espaços em que os sujeitos vivem e trabalham, alimentando e fortalecendo o vínculo entre a cultura, a educação escolar e a educação não-escolar (formação política, formação profissional, etc).

O que define a identidade das escolas do campo não é necessariamente a sua localização geográfica, mas seu projeto político pedagógico e os sujeitos a quem ela se destina. Entretanto, é fundamental que essas escolas, em todos os níveis e modalidades de ensino estejam localizadas nas comunidades e povoados.

O projeto político pedagógico das escolas do campo deve estar a serviço da promoção do desenvolvimento humano e sustentável, e ter como referência a concepção e prática pedagógica construída pelos movimentos sociais e sindicais que atuam no campo. Ou seja, os seus objetivos, conteúdos programáticos, metodologia e processos de aprendizagem e de avaliação devem levar em conta os sujeitos desse processo educativo

e a sua realidade.

O MSTTR entende que as Diretrizes Operacionais para as Escolas do Campo, por si só, não responderá a todas as demandas de quem foi historicamente excluído do acesso à educação em nosso país. Mas, sem dúvida alguma, as

Diretrizes representam um importante ‘instrumento’ para reverter esse quadro e garantir uma educação de qualidade, que dialogue com a realidade de quem vive e trabalha no campo, na perspectiva de implementação e consolidação do PADRS.



A CONTAG vem ao longo desses 40 anos, construindo um novo

‘olhar’ sobre o campo e Do campo. Esse exercício de reconstruir a ruralidade brasileira, destacando sua importância estratégica, contribuiu para o estabelecimento de parcerias qualitativas para a ação política do MSTTR.

Um desses momentos foi a construção do Grito da Terra Brasil, hoje consolidado em todo o país enquanto um momento de reflexão política, proposição, reivindicação, negociação e pressão. Com certeza, poderíamos citar outros tantos momentos em que a construção coletiva norteou a ação política da CONTAG.

A Formação Sindical sempre esteve presente na construção e consolidação dessa política. Aliás, a ação formativa da CONTAG sempre esteve a serviço desse propósito, construir um projeto político para o campo sob a coordenação do MSTTR.

Surge o PADRS, não enquanto um projeto pronto e acabado, mais uma síntese da construção anterior, somada às contribuições de intelectuais, da base e de outras organizações parceiras. A filiação à CUT e a implementação do Projeto CUT/CONTAG, com certeza representou um marco na construção desse projeto político.

Francisco Miguel de Lucena

Secretario de Organização e Formação Sindical.

Desafios para prosseguir numa histórica caminhada

Dom Tomás Balduino - Presidente da CPT

A CPT congratula-se com a CONTAG pelos seus 40 anos de história junto aos trabalhadores e trabalhadoras do campo. E começa lembrando o grande número de lideranças sindicais autênticas que foram perseguidas e mortas na busca e defesa dos mais sagrados direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

Primeiro pela ditadura militar, que via em qualquer forma de organização dos trabalhadores uma ameaça à Segurança Nacional e depois, até os dias de hoje, nos confrontos com o arcaico latifúndio e o moderno agronegócio. Uma lembrança toda especial para as mulheres que assumiram esta luta e esta causa e que têm em Margarida Maria Alves o melhor exemplo.

A CONTAG, nascida às vésperas do golpe militar, criou uma articulação nacional dos diversos sindicatos e associações de trabalhadores rurais existentes, dando-lhes representatividade e visibilidade nacionais e, assim, se tornou uma referência nacional. Reuniu sob sua sigla a imensa diversidade do campo - assalariados rurais, parceiros, meeiros, pos-

seiros, pequenos proprietários. Articulou estas forças, ainda sob a ditadura militar, para exigir o respeito à legislação trabalhista e a reforma agrária.

A CPT, nascida em 1975, se tornou sua parceira e aliada. Quantos sindicatos os agentes da CPT não ajudaram a criar nos diferentes Estados da Federação! Na tentativa de ter um sindicalismo mais combativo e autêntico, não atrelado aos poderes constituídos e executando tarefas simplesmente assistencialistas, a CPT também incentivou e apoiou as oposições sindicais.

Passados, porém, os anos da ditadura, novas organizações representativas de segmentos específicos de trabalhadores começaram a surgir. Nasceram assim os movimentos dos sem-terra, dos pequenos agricultores, dos atingidos por barragens, dos assentados, etc. Hoje contam-se em dezenas estes movimentos ou associações reivindicando a representatividade das pessoas às quais dizem servir.

Esta nova realidade, no momento da comemoração dos 40 anos, está a exigir uma profunda reflexão e a busca de caminhos no-

vos para a já histórica caminhada da CONTAG. Principalmente, quanto à construção da unidade do campesinato, no meio deste mar de diversidade de organizações que se constituíram nos últimos anos.

Esta foi a intuição fundamental na sua criação e esta é hoje uma de suas missões. Só uma unidade sólida será capaz de fazer frente aos entraves que são colocados aos trabalhadores do campo. Entraves estes que, desde sempre, impedem a reforma agrária com a consequente redemocratização da terra e relações justas de trabalho. Estes entraves passam ainda pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil que coloca o capital como o eixo definidor das grandes prioridades nacionais e que acaba atraindo para si e para o agronegócio todas as atenções, ficando o trabalhador relegado a segundo ou terceiro planos, atendidos por medidas paliativas e por políticas compensatórias.

Parabéns, Contag. Que o exemplo dos que derramaram o sangue na conquista da terra e dos direitos aponte o norte da atuação do movimento sindical rural hoje.

“Quantos sindicatos os agentes da CPT não ajudaram a criar nos diferentes Estados da Federação!”

A CONTAG vem construindo um sindicalismo dinâmico e inovador a cada década, desde a sua fundação. No entanto, entendo que a última década carece de uma maior análise, já que representa uma síntese das três décadas anteriores.

Sempre viemos reivindicando um tratamento diferenciado para a agricultura familiar, mais foi nessa década que nossa proposta se materializou através do PRONAF. Sempre reivindicamos um processo formativo nacional e massivo, voltado para a ação política nos municípios, através do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável - PDLS atendemos a quase todos os municípios do país.

Foi também nessa década que através da nossa pressão, conquistamos um ministério específico para a agricultura familiar, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. A CONTAG sempre participou de eventos internacionais, mais também foi nessa última década que se processou maiores mudanças quanto as relações institucionais no exterior.

Atualmente a CONTAG ocupa a Secretaria da Coordenadora da Agricultura Familiar no MERCOSUL. Participa de fóruns de Reforma Agrária, Juventude, Mulheres, Agricultura Familiar e Assalariados (as) rurais, onde é ouvida por organizações não governamentais e governamentais em todos os continentes.

O estimulador dessas mudanças nos últimos 10 anos, foi a unificação das propostas históricas do MSTTR em um projeto político, o PADRS. Projeto reconhecido nacional e internacionalmente, enquanto uma contribuição ao debate sobre a proposta de segurança e soberania alimentar que queremos para o mundo.

Alberto Broch

Vice-Presidente e Secretário de Relações Internacionais



Gestão sindical: ferramenta para consolidação do PADRS

É muito comum o dirigente sindical participar de reuniões sobre gestão sindical, entendendo que Gestão Sindical corresponde à administração sindical, à gestão política, à auto-sustentação e ao patrimônio. No entanto, o conceito é novo no MSTTR. Não significa que essa demanda não tenha existido em momentos anteriores. Nesses 40 muitas alternativas já foram implementadas para garantir uma boa Gestão Sindical. Nos materiais de comunicação da CONTAG existem registros a respeito do esforço das Tesourarias do MSTTR em capacitar dirigentes e técnicos sobre administração sindical.

Eram cursos de capacitação para Direção das Entidades, Conselho Fiscal e Funcionários (as). Exemplo foi o 2º Encontro de Tesoureiros e Contadores realizado em setembro de 1972, sobre a importância de uma administração sindical voltada para a luta, sem, contudo, deixar de perceber a importância da “máquina sindical” funcionando de forma a garantir que as ações

políticas acontecessem na base.

A imprensa sindical foi muito utilizada para cumprir esses objetivos, a revista “O Trabalhador Rural”, no período de 1969 a 1974, trazia de forma sistematizada as noções básicas de como fazer uma reunião, planejamento, papel dos dirigentes nos Sindicatos, prestação de contas, departamento pessoal, elaboração de projetos.

Uma das grandes contribuições decorrentes desse processo de capacitação foi o fortalecimento e consolidação do MSTTR em todo o país. Segundo levantamento divulgado pela CONTAG, em 1963, existiam 641 STR e apenas 306 eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Em 1972, eram 1.754 STRs, sendo 1.330 reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.

Principais fatores que contribuíram para o crescimento:

- I - Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214, de 02/03/1963);
- II - Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30/11/1964);
- III - Reconhecimento da CONTAG (Decreto 53.517 de 31/01/1964);
- IV - Sindicalização Rural (Portaria Ministerial nº71, de 02/02/1965);
- V - Reforma Agrária - Ato Institucional nº9, de 25/04/1969;
- VI - Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL (Decreto-Lei nº276, de 28/02/1967);
- VII - Enquadramento Sindical (Decreto-Lei nº789 de 26/08/1969 e Decreto-Lei nº1.166 de 15/04/1971);
- VIII - Programa de Redistribuição de Terras - PROTERRA (Decreto-Lei nº1.179 de 06/07/1971);
- IX - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - PRORURAL (Lei Complementar nº11 de 25/05/1971).

“A imprensa sindical foi utilizada na divulgação das formas de fazer: reunião, planejamento, seminários etc.”

A contribuição voluntária dos associados (as) sempre foi referendada em todos os congressos e instâncias do MSTTR, como a contribuição mais importante para auto-sustentação. Até hoje a contribuição voluntária é o objetivo central. Nesses 40 anos, muitas ações voltadas para qualificar a ação sindical e a prestação de serviços na base foram experimentadas pela CONTAG, Federações e Sindicatos, com o propósito de estimular a sindicalização.

Em Minas Gerais, em 1973, o Conselho de Representantes da Federação dos Trabalhadores, com o objetivo de dar condições para aquisição ou ampliação de sedes, compra de máquinas, equipamentos e instalações fixas, aprovou a criação do Fundo Rotativo de Aplicações Sindicais. Quase 25 anos depois, em 1997, a CONTAG elaborou um projeto para viabilizar a compra de computadores através de convênio firmado entre CONTAG e a IBM. O objetivo era acelerar a gestão interna do STRs.

Muitas “âncoras” financeiras foram priorizadas ao longo desses anos para garantir o funcionamento dos Sindicatos e, conseqüentemente, do Sistema Confederativo. Entretanto, nos últimos anos, o MSTTR passou a experimentar novas formas de garantia da auto-sustentação. Também foi nesse período que ocorreram muitas investidas contra as formas de contribuição e da própria organização sindical.

Um exemplo foi a publicação da Medida Provisória que acabava

de vez com a contribuição sindical, editada pelo Presidente da República Fernando Collor. O Conselho Deliberativo da CONTAG, em setembro de 1990, se antecipou aos fatos e aprovou a implementação imediata da Contribuição Confederativa, independente de regulamentação. Recomendou a todos os sindicatos filiados que acelerassem a realização de suas assembléias para que a confederativa pudesse tornar-se um dos meios de auto-sustentação das lutas e mobilizações do MSTTR.



As capacitações voltadas para a Gestão Sindical foram retomadas com força total durante toda a década de 90, do século XX. A campanha de divulgação da Contribuição Confederativa ganhou o apoio do programa de rádio “A Voz da CONTAG”, que foi ao ar oficialmente, em 1º de maio de 1993. Nesse mesmo ano, a CONTAG assinou convênio com o Banco do Brasil para a emissão de guias e cobrança da contribuição confederativa e lançou a campanha “Para Colher Tem que Plantar”.

Os Encontros da Comissão Nacional de Finanças foram fundamentais para garantir maior unidade das ações de gestão, estimulando o diálogo entre as ações estaduais e a estratégia decidida nacionalmente. Os programas de capacitação na base também foram importantes porque abordavam, prioritariamente, temas como Gestão e Gerenciamento, Planejamento Estratégico, Reestruturação Administrativa, Política Sindical e Formação.

Os últimos dez anos foram de expansão da Gestão Sindical da CONTAG. Ocorreu a implantação da Contribuição Confederativa; o recolhimento da Contribuição Sindical por parte das entidades sindicais; a implantação da mensalidade de aposentados e pensionistas com desconto direto nos benefícios previdenciários, sem a necessidade do associado (a) ir mensalmente ao Sindicato.

A troca da denominação de Tesouraria Geral para Secretaria de Finanças e Administração significou uma mudança na compreensão sobre as responsabilidades da área de finanças do MSTTR. Gestão Sindical deixou de ser a área exclusivamente burocrática, passou a ser considerada essencial na construção das ações do Movimento.

Muito ainda existe para ser feito quanto à Gestão Sindical, porém, nos últimos 10 anos, o MSTTR conseguiu acelerar e qualificar o processo de Gestão Sindical, sempre na perspectiva de complementar e consolidar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS.

A política transversal

de gênero, geração, raça e etnia no PADRS

“No PADRS o ser humano é objeto central e em sua implementação considera primordiais as especificidades da pessoa, como idade, sexo, raça e etnia”.

Algumas Federações realizavam, já na década de 60, do século XX, atividades específicas com jovens e mulheres. A Federação do Rio Grande do Sul, em parceria com a Frente Agrícola Gaúcha - FAG, organizava congressos de jovens em finais da década de 60. No entanto, a organização da juventude no MSTTR ocorreu oficialmente início da década de 90, do século passado. No caso das mulheres trabalhadoras rurais a organização dentro do MSTTR começou em meados da década de 80. A terceira idade e as dimensões de raça e etnia, só irão fazer parte da agenda e proposição política do MSTTR, a partir de 1995.

JUVENTUDE

Com o aprofundamento e sistematização das propostas que constituíram o PADRS, a importância estratégica da juventude ganhou visibilidade e passou a ser incorporada nas temáticas e agenda sindical. Logo após o 7º CNTTR, a CONTAG realizou cinco Encontros Regionais preparatórios

Geração no PADRS

É um conceito que explicita o papel social que cada pessoa cumpre nas diferentes fases da vida: infância, adolescência, juventude, adulto, terceira idade e idosos. Estes papéis se alteram de acordo com a época e história de cada sociedade. Esse enfoque geracional faz um apelo sobre a valorização e as oportunidades de inserção social de jovens, terceira idade e idosos na sociedade.

ao Encontro Nacional, que identificaram, aprofundaram e sistematizaram as demandas da juventude trabalhadora rural.

Essas propostas orientaram o Documento Base do 8º CNTTR, afirmando que a juventude constituiu-se em mulheres e homens que vivem e trabalham no meio rural, com idade de 16 a 32 anos. Que ser jovem é uma condição relativa e transitória, pois logo entrarão nas outras fases da vida. Entretanto, é na fase da juventude que as pessoas afirmam sua identidade social e profissional e, definem sua formação física, intelectual, psicológica e emocional.

O foco central da proposta para o trabalho com a juventude é a

elevação da auto-estima; incentivar e fortalecer a sua organização e formação política; apresentar propostas de políticas sindicais e políticas públicas que promovam e efetivem a inserção social da juventude no meio rural.

O MSTTR aprovou em Congresso e garantiu nos Estatutos, uma Coordenação Nacional da Juventude Trabalhadora Rural, Coordenações Estaduais e Municipais. Essa organização, oficialmente reconhecida na estrutura do sistema CONTAG, refletiu em conquistas para juventude, como o Pronaf Jovem - uma linha de financiamento específica - e o programa “Nossa 1ª Terra” - uma política específica de crédito fundiário.

TERCEIRA IDADE

A participação de mulheres e homens acima dos 55 anos de idade nos espaços de direção, enquanto sócios e nas demais instâncias do MSTTR, sempre foi uma presença constante.

No entanto, à exceção das conquistas do acesso aos benefícios previdenciários, poucas políticas específicas foram elaboradas e implementadas pelo MSTTR. Mesmo desempenhando papel importante na vida familiar e comunitária, infelizmente muitas dessas pessoas sofrem discriminação e preconceitos, ficando à margem na sociedade.

Foi após o 7º CNTTR, que as demandas desse grupo ganharam visibilidade e importância política. As Federações realizaram Encontros Estaduais preparatórios ao “Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da 3ª Idade”. Nesses encontros elaboraram um diagnóstico a respeito da realidade daqueles que estão na terceira idade, que vivem e trabalham no meio rural, sempre considerando o valor desse grupo dentro do PADRS. Os resultados subsidiaram a construção do Documento Base para o 8º CNTTR.

Um desafio precisa ser superado: a inclusão definitiva da terceira Idade na organização do



MSTTR. O mesmo acontece com a elaboração e implementação de políticas sindicais e políticas públicas, que elevem a auto-estima dessas pessoas, assegurem seus direitos e garantam sua inserção social na vida familiar, comunitária, sindical e na sociedade em geral.

MULHERES

Gênero no PADRS é um conceito em construção, que articula a dimensão de classe, geração, raça e etnia, e serve para entender as relações de poder e de hierarquia estabelecidas entre mulheres e homens na família, na comunidade, no local de trabalho, no MSTTR, e na sociedade em geral.

A luta das mulheres por igualdade de condições no MSTTR começou na construção das primeiras entidades sindicais. Apesar da ausência de registros sobre a participação das mulheres nas lutas, fica muito difícil imaginar uma greve de canavieiros, como as que ocorriam com frequência na década de 70 e 80, do século XX, sem imaginarmos o trabalho das mulheres garantindo a estrutura física e psicológica da família e dos grevistas ou dirigentes sindicais.

Os registros da CONTAG e de algumas Federações identificam grandes manifestações estaduais de mulheres em meados da década de 80. A Federação de



Pernambuco, por exemplo, realizou reuniões de mulheres nos Pólos Sindicais para debater propostas para serem encaminhadas ao congresso da CONTAG, em 1991. No ano seguinte, mais de 10 mil Mulheres Trabalhadoras Rurais dos estados do Rio Grande do Sul e de Goiás realizaram seus Encontros Estaduais.

Em 1989, as mulheres conquistaram a Comissão Nacional Provisória das Trabalhadoras Rurais e elegeram a primeira mulher para a direção da CONTAG. Em preparação para 5º CNTR, a Comissão Nacional Provisória realizou encontros em di-

versos estados, buscando dar visibilidade às demandas específicas.

A Comissão conseguiu fazer constar no Regimento Interno do congresso da CONTAG, em 1991, a escolha de duas delegadas por estado, sem prejuízo das demais que poderiam ser eleitas nas assembléias dos Sindicatos. Pela primeira vez na história do MSTTR, as condições desiguais das mulheres eram levadas em conta na escolha de delegados (as) a um congresso, mecanismo mantido no congresso seguinte, com algumas modificações que qualificavam a proposta.

Entretanto, o grande marco da participação política das mulheres, enquanto protagonistas na

construção do MSTTR, foram os debates ocorridos antes, durante e depois da construção do PADRS. A opção de mudar de pequena produção, para produção em regime de economia familiar, deu visibilidade produtiva a quem já começava o processo de conquista política.

A aprovação da cota mínima de 30% de mulheres em todas as instâncias do MSTTR, aprovada no congresso da CONTAG, em 1997, foi um importante instrumento de democratização das relações de poder entre mulheres e homens, contribuindo para o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos, assegurando definitivamente sua participação direta em todos espaços formativos e de decisão da CONTAG, FETAGs e STRs.

Desde então, o MSTTR, por meio da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Comissões Estaduais e Municipais de Mulheres Trabalhadoras Rurais, vem construindo uma política transversal de gênero. Contribuem para a construção de novas relações entre mulheres e homens baseadas na igualdade de direitos e oportunidades. Buscam valorizar suas habilidades e capacidades políticas, sociais, econômicas, produtivas e culturais, assegurando sua participação direta nos espaços de decisão e poder do MSTTR e nos espaços de formulação e gestão de políticas públicas, na perspectiva da construção e implementação do PADRS.

Outro espaço utilizado pelas mulheres em busca de políticas

públicas específicas é a mobilização “Marcha das Margaridas”. Movimento de afirmação da mulher na luta pela democratização e melhoria da qualidade e vida no ambiente rural brasileiro, a Marcha ganhou esse nome em alusão à Margarida Alves, presidente do Sindicato Rural de Alagoa Grande, Paraíba, assassinada em 1983, na porta de sua casa.

Ao longo desse período de construção da organização das mulheres trabalhadoras rurais e depois a consolidação do movimento, a organização obteve conquistas e avanços importantes que deram o diferencial nas relações de gênero. Dentre essas conquistas merecem destaque o reconhecimento da profissão trabalhadora rural com a concessão dos benefícios previdenciários; o Pronaf Mulher e a titulação conjunta na posse da terra.

RAÇA E ETNIA

As questões de raça e etnia permanecem somente nos discursos do MSTTR. Portanto, essa questão é um dos desafios da CONTAG, pois a partir da construção do PADRS ficou posto que o projeto precisa, em sua essência, dar conta do ser humano em sua integralidade. Se o ser humano é o objeto central desse projeto em permanente construção, raça e etnia são questões que necessitam de propostas que sejam levadas à prática.

Apesar do pouco acúmulo sobre o tema, existem alguns consensos

estabelecidos no MSTTR.

- Toda pessoa é portadora de diferentes identidades sociais. Além de mulheres ou homens trabalhadores e trabalhadoras rurais ou urbanas, em diferentes fases da vida, e também, portadores de uma identidade racial e étnica.
- Raça é uma categoria que serve para definir a identidade racial de uma pessoa ou grupos sociais. Esta categoria considera as características físicas de um determinado grupo de pessoas que são transmitidas de geração em geração, bem como sua origem e história de

vida. Estas pessoas incorporam e difundem expressões culturais específicas, como a religião, língua, dança, arte, literatura, etc.

- Etnia é uma categoria que serve para entender a identidade de um povo. Cada povo tem seu território, costumes, hábitos, tradições e formas próprias de organização social, política, econômica, bem como de convivência com o meio ambiente.

Esses consensos, ainda que primários, dão para a CONTAG uma certeza, que nesses 40 anos de Luta e História, a coordenação política nacional do MSTTR buscou adensar

às suas políticas macro, um caráter cultural, organizativo, social e produtivo das regiões do país.

Muito ainda está para ser feito, mas ao olhar para essas quatro décadas, com mais da metade vivida sob a observação vigilante dos fuzis, percebe-se que o MSTTR está no caminho da construção de uma nova forma de fazer sindicalismo no Brasil. Está caminhando, aprendendo e aprendendo a aprender, com a convicção que o maior patrimônio político é a interação com os trabalhadores e trabalhadoras rurais de forma integral, na perspectiva de construção de um projeto de sociedade baseado na solidariedade, democracia e justiça.



Aposentados rurais impulsionam o desenvolvimento de pequenos municípios

Por longos anos os trabalhadores e trabalhadoras rurais foram esquecidos pelos governos quando se trata de seguridade e demais políticas sociais, como saúde e educação. No decorrer desses 40 anos, as propostas da CONTAG para políticas sociais se modificaram muito, em compasso com as alterações econômicas e sociais do país.

Em 1923, nascia a previdência no Brasil, depois de mobilizações de movimentos operários, o governo promulgou a Lei Eloi Chaves. A lei permitiu a instituição das Caixas de Aposentadoria e Pensão - CAP's. Porém, durante a negociação para aprovação dessa lei, a oligarquia rural que comandava o Congresso Nacional impôs que a legislação se restringisse ao operariado urbano. Significava que, apesar de o trabalhador rural contribuir com sua produção, trabalho e o pagamento de impostos indiretos, não era assegurado, permanecendo privado dos direitos mínimos de qualquer cidadão.

Devido às imposições dessa

oligarquia rural, somente em 1967 surgiu a primeira concessão ao trabalhador rural, com a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural, que estabeleceu o desconto de 1% sobre o valor do produto rural *in natura*, pago pelo adquirente ou consignatário na sua primeira operação e, assim, garantia assistência médico-hospitalar. Quatro anos depois surgia o Prorural, que tornava o trabalhador rural beneficiário da previdência social. A aposentadoria por idade era restrita ao chefe de família e correspondia a 30% do salário mínimo, sendo 65 anos a idade para aposentadoria. O Prorural era financiado pelo Funrural.

De acordo com o assessor da CONTAG, Evandro Jose Morello, “partir de 1974, foi incluída no plano de benefícios a Renda Mensal Vitalícia para idosos a partir dos setenta anos de idade ou para inválidos, dirigida àqueles que não completassem os requisitos estabelecidos para a aposentadoria/pensão, também no valor de meio salário mínimo.

Incluiu-se também, o seguro acidente de trabalho rural. A assistência médica era administrada via convênios com organizações locais. O financiamento dos benefícios era feito com uma contribuição de 2% sobre o valor da comercialização da produção rural, cujo recolhimento ficava a cargo do adquirente. Além disso, foi instituída uma alíquota de 2,4% sobre a folha de salários das empresas urbanas que viabilizou efetivamente a estrutura de custeio do FUNRURAL. Posteriormente (...) houve um acréscimo de mais 0,5% na alíquota de contribuição incidente sobre o valor de comercialização dos produtos rurais (totalizando 2,5)”.

O surgimento dessas políticas ocorreu depois das mobilizações dos movimentos de trabalhadores rurais, como as Ligas Camponesas e CONTAG. À época, a CONTAG considerou um avanço, porém fez severas críticas, não apenas pela limitação do programa, mas também pela utilização política da concessão. O governo,

“E 1923, nascia a previdência no Brasil. Somente em 1967 surgia a primeira concessão ao trabalhador rural, com a criação do FUNRURAL”.

“A aposta da CONTAG para modificar a política previdenciária era a nova Assembléia Nacional Constituinte”.

ao estruturar o Programa, submeteu a indicação dos representantes daquele órgão a forças políticas locais para controlar a concessão dos benefícios. Para ampliar e melhorar a qualidade dos serviços previdenciários, a CONTAG defendia, que o recurso financeiro para manutenção da previdência social deveria ser arrecadado por meio de impostos, uma taxa de 2% paralela ao ICMS.

Para garantir a luta do trabalhador rural pelos seus direitos básicos de educação, saúde, previdência social, a CONTAG compreendia que era importante um programa efetivo de educação formal e não formal com a finalidade de converter o trabalhador rural em protagonista da conquista desses direitos. Em 1969, a CONTAG salientava a necessidade de: “encontrar um método educativo de ação, ajustado à realidade dos trabalhadores rurais, tornando-os capazes de assumir suas responsabilidades dentro dos quadros sindicais, objetivando a libertação da classe”.

Foi justamente a utilização dos meios de comunicação existentes e o debate dos trabalhadores que permitiu a conquista da aposentadoria por idade e invalidez, auxílio funeral, pensão por morte, assistência médico, hospitalar e social. No entanto, a ampliação e

intensificação das formas de mobilização e pressão por uma nova política previdenciária iniciaram, de fato, com a eleição dos parlamentares constituintes.

O MSTR exigia que trabalhadores rurais obtivessem os mesmos benefícios do Regime da Previdência Social que desfrutavam os trabalhadores urbanos. Durante o congresso da CONTAG, em 1985, os delegados aprovaram o anteprojeto de reforma do Sistema de Previdência Social, elaborado pelo MSTR. Ao mesmo tempo o Governo Federal criou um grupo de representantes da sociedade, o qual a CONTAG integrava, para discutir propostas para reforma previdenciária. A CONTAG não apostava muito nesse trabalho, como pode ser observado no jornal *O Trabalhador Rural*: “cabe salientar que as conclusões do grupo têm caráter de sugestões. Portanto, poderão se transformar em anteprojeto ou virem a merecer o mesmo destino que tiveram trabalhos de grupos criados nesses últimos 20 anos: a gaveta”.

A aposta da CONTAG para modificar a política previdenciária era a nova Assembléia Nacional Constituinte. Os dirigentes tinham compreensão que para o êxito na conquista das reformas necessárias, o MSTR precisava estar organizado. De fato, de todas as

ações desenvolvidas pelos trabalhadores rurais durante a Constituinte, foi na área da Previdência Social que ocorreram avanços significativos, inclusive para as mulheres que passaram a ser reconhecidas como trabalhadora rural. O benefício da aposentadoria passou para o valor de um salário mínimo e a idade mínima aos 60 anos para homens e 55 para mulheres.

Uma manobra do governo protelou a aplicação dos direitos dos trabalhadores rurais, em especial quanto ao valor dos benefícios. Passados dois anos da Constituinte, os trabalhadores rurais ainda recebiam meio salário mínimo de aposentadoria e as mulheres não conseguiam ser reconhecidas como trabalhadoras para fins de aposentadoria. A FETAG/RS deu o “ponta pé” inicial nessa luta ao entrar com mandato de injunção exigindo o efetivo pagamento do benefício da aposentadoria rural, no valor de um salário mínimo, mesmo sem a regulamentação, já que os prazos constitucionais para regulamentação haviam sido desrespeitados. A CONTAG seguiu o mesmo caminho e impetrou mandato no Supremo Tribunal Federal. Independente das decisões das esferas federais, o superintendente do INSS, no Rio Grande do Sul, determinou o rece-

bimento dos pedidos de aposentadorias com base nos novos direitos. Em 1991, o Supremo Tribunal Federal, determinou o pagamento da diferença de 50% do salário mínimo, devida aos aposentados no período de 1988 a 1991.

Passaram-se três anos sem o cumprimento da determinação do STF, foi necessária a intensificação das mobilizações dos trabalhadores rurais a fim de garantir a implantação das novas regras previdenciárias. Em todos os estados as Fe-

derações coordenaram mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta pelo pagamento dos benefícios antigos e pela aceitação dos novos requerimentos, especialmente os das mulheres. Em 1993, o Ministério da Previdência Social havia concedido 702.780 aposentadorias rurais depois de muita pressão e mobilização dos trabalhadores rurais.

Ainda em 93, a CONTAG passou a integrar o Conselho Nacional da Previdência Social - CNPS, que

acompanha a política e o orçamento do setor para todo o País. Essa universalização dos benefícios, conquistada pelo MSTTR, para idosos e inválidos de ambos os sexos, com a fixação do piso de um salário mínimo, promoveram impactos socioeconômicos nos municípios.

Atualmente, são aproximadamente 7 milhões de benefícios rurais pagos mensalmente pela previdência social. Segundo o IBGE, cada benefício pago aos



trabalhadores e trabalhadoras rurais beneficia, em média, 2,5 pessoas que vivem em torno do beneficiado. Isso representa quase 24 milhões de pessoas beneficiadas direta ou indiretamente.

Evandro Morello esclarece que “além de ser um eficiente sistema de distribuição de renda, os benefícios previdenciários rurais têm ajudado a fixar homens e mulheres no campo diminuindo, assim, o êxodo rural e a conseqüente pressão sobre as grandes cidades. Os estudos indicam ainda que, na época de entressafra ou perda de

safra, devido a contingências climáticas, o benefício previdenciário pode ser considerado como uma espécie de seguro agrícola garantindo a renda das famílias dos produtores rurais e, muitas vezes, servindo como uma fonte de financiamento da própria agricultura familiar. Refletem ainda na melhoria da qualidade da habitação rural, em aspectos como construção de casas de alvenaria, abastecimento de água, instalações sanitárias, acesso a energia elétrica e telefone (IPEA, 1999)”.

Outro aspecto relevante, desta-

cado por Evandro José Morello, é que a Previdência Social chega em praticamente todos os municípios do país e, em mais de 60% deles, os valores dos benefícios previdenciários superam o valor repassado ao município a título de FPM - Fundo de Participação do Município (SOLON, 2000). São mais de 1,6 bilhões de reais mensais pagos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que são distribuídos em milhares de municípios.

Cientes dessas mudanças que impulsionaram o desenvolvimento no interior brasileiro e que os tra-



balhadores rurais não estavam totalmente assegurados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, a CONTAG iniciou novas articulações para garantir a participação do trabalhador rural no RGPS. De acordo com a legislação, o prazo para que os trabalhadores e trabalhadoras rurais permaneçam no Regime Geral da Previdência Social, tendo acesso aos benefícios previdenciários mediante apenas a comprovação do exercício da atividade rural, vai até o ano 2006 ou 2011 - há divergências na interpretação da Lei sobre o prazo limite.

A partir de 1996, a CONTAG promoveu um amplo debate a respeito da contribuição dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para a Previdência Social. Com base nessas discussões a CONTAG apresentou, em 2002, à Câmara dos Deputados, Projeto de Lei nº 6548. Esse projeto foi respaldado por mais de uma milhão de assinaturas recolhidas em todo o território nacional sob a coordenação do MSTTR. Em sua essência, o Projeto garante a permanência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no regime geral da previdência social, inclusive, visando o período de transição estabelecido na legislação previdenciária vigente, que vincula o direito de acesso aos benefícios previdenciários no valor de um salário mínimo mediante a comprovação do exercício das atividades rurais.

Sustentabilidade: principal estratégia do desenvolvimento

O debate sobre sustentabilidade é recente no MSTTR, durante o processo de construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS, em 1995, o tema entrou na agenda. O uso racional e adequado dos recursos naturais, da necessária democratização da terra e da água e, da distribuição das riquezas internamente integrou os debates do movimento sindical.

A Contag e as Federações participaram ativamente dos eventos nacionais e internacionais sobre meio ambiente e sustentabilidade, com foco prioritário na soberania e segurança alimentar, a exemplo da Agenda 21 e demais Fóruns específicos. Essas ações contribuíram para uma maior interação com organizações governamentais e não governamentais e serviram para aperfeiçoar o debate sobre sustentabilidade.

A sustentabilidade para a CONTAG, constitui-se em elemento essencial na fundamentação para a crítica dos grandes projetos agropecuários, hidrelétricos, madeireiros, dentre outros, que sempre tratam os recursos naturais, equivocadamente, como infinitos.

Para a CONTAG, a opção pela Reforma Agrária e Agricultura Familiar, reflete essa preocupação

por uma alternativa viável e sustentável para a construção do desenvolvimento rural. Contudo, se faz necessário que a agricultura familiar e a reforma agrária que propomos, oriente suas formas produtivas e organizativas de modo a incorporar os valores ambientais.

Neste sentido, o PADRS define a agroecologia como estratégia a ser adotada pela agricultura familiar consolidada ou em processo de consolidação, porque esse padrão produtivo, além de significar rentabilidade, incorpora valores essenciais da sustentabilidade.

O cuidado com os mananciais, a recomposição de matas ciliares, investimento em políticas de saneamento, dentre outras, são medidas essenciais e urgentes. O MSTTR participa dos debates em Fóruns específicos que discutem a construção de uma legislação ampla sobre os valores da água e sua dimensão como um direito humano.

A partir do congresso da CONTAG, em 2001, houve um significativo avanço nas reflexões e discussões em torno da questão ambiental. Como forma de viabilizar a sustentabilidade do PADRS, o MSTTR tem buscado construir junto à sua base uma consciência

agroecológica, de preservação e equilíbrio dos ecossistemas.

Nos últimos anos, a CONTAG vem desempenhando um papel importante junto aos ambientalistas, setores do governo e do Congresso Nacional, especialmente quando faz contraponto às posições conservadoras do setor patronal da agricultura, que pretende se afirmar como o único representante do setor produtivo no campo. Um dos momentos de participação da CONTAG ocorreu

A CONTAG atuou também na formulação da Resolução do CONAMA nº 289/01, que trata do licenciamento ambiental, para as áreas de assentamentos de reforma agrária, importante instrumento de gestão criado pela política nacional do Meio Ambiente, de utilização compartilhada entre a União, os Estados e municípios, com o objetivo de regular as atividades e empreendimentos que utilizam os recursos naturais e que podem causar degradação ambiental onde se

cem condições de produção em sistemas equilibrados e com reduzidos impactos ambientais, são desenvolvidas pelo MSTTR. Exemplo, é o “Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Familiar Rural na Amazônia” - *PROAMBIENTE*, proposto pelas FETAGs da Amazônia Legal, juntamente com várias organizações sociais e ambientais. Este programa valoriza o caráter multifuncional de produção com conservação do meio ambiente e

“A CONTAG atuou na formulação... que trata do licenciamento ambiental, para as áreas de assentamentos de reforma agrária...”

durante o processo de elaboração e negociação da proposta de atualização do Código Florestal.

No Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, a CONTAG defende proposições que dêem tratamento equilibrado e adequado às necessidades produtivas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nesse sentido, está formulando propostas de Resolução para agricultura familiar que estejam instaladas em Áreas de Preservação Permanente - APPs, previstas nas Resoluções 302 e 303 do CONAMA. Essa medida visa solucionar problemas ambientais nas APPs, como forma de garantir o desenvolvimento da agricultura familiar e possibilitar a elevação da capacidade produtiva de forma sustentável.

encontram instalados.

Esse instrumento proporciona ganhos de qualidade ao meio ambiente e à vida das famílias assentadas, numa melhor perspectiva de desenvolvimento. Por pressão do governo federal, na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Resolução foi aprovada sob ressalvas dos movimentos sociais e entidades ambientalistas, que consideravam que a mesma poderia dificultar, ainda mais, a implantação dos assentamentos, assim como não solucionaria as questões ambientais. Essas previsões se confirmaram e os órgãos governamentais tiveram dificuldades em implementá-la.

Algumas alternativas viáveis e inovadoras de desenvolvimento rural sócioambiental, que ofere-

ce a oportunidade de cobertura dos custos adicionais de manutenção ambiental e remuneração dos serviços ambientais prestados à sociedade.

Como forma de articular as experiências positivas que afirmam a agroecologia foi constituída a Articulação Nacional pela Agroecologia - ANA, que tem a participação da CONTAG e o objetivo de facilitar processos organizativos que permitam, desde a base até o nível nacional, a participação de todos os interessados no avanço da agroecologia no Brasil. Espaços como esses têm sido importantes para se buscar construir a unidade política na diversidade, reconhecendo e valorizando as experiências concretas e as dinâmicas regionais distintas.

A CONTAG consolida a Política Estratégica de Relações Internacionais

Nos últimos anos a CONTAG deu um salto qualitativo nas relações junto a outras organizações nacionais e internacionais, resultando na ampliação de alianças estratégicas.

As filiações à CUT e à UITA foram fundamentais para ampliar as relações com outras organizações sindicais no nível nacional e internacional, levando para estas, a necessidade de fortalecerem ações em defesa da agricultura familiar e da melhoria das condições de vida e trabalho dos assalariados e assalariadas rurais.

A CONTAG esteve presente em

todos os eventos internacionais de contraposição ao modelo neoliberal. Em Seattle, nos Estados Unidos; em Johannesburg, na África do Sul; em Yaoundé, no Camarões; em todas as edições do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre e na Índia, buscando construir estratégias comuns em nível global.

Buscando consolidar essa Política Estratégica, a CONTAG vem estabelecendo relações e parcerias com entidades e organizações governamentais e não-governamentais, a exemplo da UITA, Oxfam, ActionAid, Ebert Stiftun, FAO, IICA, OIT, UNICEF, UNIFEM, FPH, Fredrich, den-

tre outras, principalmente, nas ações voltadas para as relações de gênero, juventude, meio-ambiente, organização da produção, comércio justo, agricultura sustentável.

Essas ações, na perspectiva de construção da solidariedade internacional, objetiva articular a luta política em defesa do desenvolvimento rural sustentável, da soberania e da segurança alimentar dos povos em desenvolvimento. Mas também, atualizar o projeto político do MSTTR - o PADRS, enquanto uma contribuição do MSTTR na elaboração de uma nova estratégia de desenvolvimento global para o campo e para a cidade.



CONTAG manteve a unidade na adversidade

José Genoíno - Presidente do PT

Precisamos registrar na história vitoriosa da CONTAG, como a entidade que organizou e representou os trabalhadores assalariados rurais e pequenos agricultores ao longo dos seus 40 anos. Entre as várias experiências de organização camponesa, a CONTAG se destaca e se consagra como a mais permanente e consistente.

Ao longo de sua história colocou na agenda do país a luta pela reforma agrária, por uma política agrícola que incorpore os pequenos proprietários de terra e a im-

portância da agricultura familiar.

Em um país com a nossa dimensão continental e a diversidade regional, o papel de uma entidade como a CONTAG é sempre relevante para dar a unidade na adversidade, como é a luta dos camponeses.

Uma entidade que ao longo desses anos se desenvolveu pelo lado institucional e pelas grandes mobilizações de massa nas ruas. Por outro lado, a CONTAG esteve presente nos principais acontecimentos políticos das últimas décadas, nos movimentos democráticos e nas

lutas mais gerais da sociedade.

Contribuiu para a formação de lideranças no campo, o que é fundamental para o avanço da participação dos movimentos sociais na luta por reformas e mudanças. Portanto, a CONTAG conquistou um espaço institucional importante e organizou uma base social ampla no campo brasileiro.

Na relação com os governos conseguiu administrar negociação com pressão e contribui decisivamente para construção de políticas públicas para área rural.

A festa dos 40 anos

Poucas entidades sindicais de trabalhadores tiveram o orgulho de completar 40 anos de existência. Coragem, persistência, obstinação, firmeza são alguns adjetivos que bem podem qualificar esses homens e mulheres que construíram a história da CONTAG.

São 40 anos de embates contra as forças mais reacionárias da sociedade brasileira e contra o Estado que nunca prestou a esses trabalhadores e trabalhadoras as honras que merecem e não lhe reconheceram, na justa medida que fosse, seus direitos. Os momentos de alegria não foram concessões e sim conquistas.



Na festa de 40 anos, realizada no mês de novembro de 2003, a Câmara dos Deputados reconheceu o relevante papel desempenhado pela CONTAG e prestou uma homenagem singela, mas de especial significado, onde os matizes políticos convergiram para exaltar a sua importância para toda sociedade brasileira. Parlamentares comprometidos com a Reforma Agrária e com a mudança de rumos no modelo econômico e nas políticas sociais que atingem de forma visceral o dia-a-dia do campo, não deixaram de destacar em seus discursos o significado da organização como ponto aglutinador dos ideais daqueles

que formam um dos mais aguerridos grupos sociais entre todos os componentes da vida nacional

No clima de festa, realizada no CESIR, a um só tempo aconteceu a 1ª Plenária Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que finalizou com uma grande confraternização prestigiada por representantes dos mais diversos segmentos da sociedade. Placas foram descerradas em alusão aos 40 anos da CONTAG, marcando a trajetória de lutas contra o poder sem limites do regime militar e a ignorância que pontuava a vida de uma população que, por pouco, não perdera suas referências históricas e a noção de seu valor como nação.

A festa dos 40 anos reforçou a proposta do MSTTR: ator da construção da democracia, promotor da transparência interna e defensor do pluralismo social. Para entender o verdadeiro significado desta postura, basta ver as composições de todas as mesas que agora se formam a partir das comemorações dos 40 anos e da realização da plenária. Nelas, sempre haverá representantes das comissões de geração e gênero, como os idosos, jovens e mulheres - o que nem sempre foi possível inserir na história das instituições de caráter sindical brasileiras. Muitos dos homenageados e homenageadas ilustram as páginas desta edição, aumentando e justificando o valor da memória como ferramenta das lutas que estão por vir.



Cronologia da luta

- 1945** - Fim do Estado Novo - os movimentos sociais no campo, retomam suas lutas.
- 1950** - 1º Congresso Camponês de Pernambuco, início das primeiras discussões sobre Reforma Agrária no Congresso Nacional.
- 1951** - O governo do Paraná, sob pressão dos posseiros de Porecatu em armas desde 1950, declara pela 1ª vez no Brasil, que as terras em litígio passariam a ser de utilidade pública, para fins de desapropriação.
- 1º Congresso da Federação de Mulheres do Brasil, em S. Paulo. A entidade atua nacionalmente, em especial na luta pela paz, até ser fechada pelo golpe de 64.
- 1954** - A II Conferencia Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, cria a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB. Defendem o fim do latifúndio e das formas feudais de exploração do trabalho no campo.
- Presidente Getulio Vargas se mata com tiro de revólver no peito, no Catete, Rio.
- 1955** - É criada a 1ª Liga Camponesa em Pernambuco, no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão. Marco inicial da primeira grande onda de lutas pela reforma agrária no Brasil, até o golpe militar de 64.
- Fundado o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e estudos Sócio-Econômicos). Terá destacado papel na contestação da política salarial durante a ditadura militar e, nos anos seguintes, na denúncia do desemprego e suas causas..
- 1960** - É criado, no Rio Grande do Sul, o Movimento dos Agricultores Saem Terra - MASTER. Inauguração de Brasília, tendo à época, aproximadamente 141 mil habitantes.
- 1961** - 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas ou “Congresso de Belo Horizonte”, com cerca de 1.600 delegados. Jânio renuncia e, o Vice-presidente João Goulart assume através da Emenda Constitucional nº 4, com compromisso parlamentarista.
- 1962** - Regulamentação da sindicalização de trabalhadores rurais.
- Acontece o 1º Congresso de Trabalhadores na Lavoura do Nordeste, em Itabuna, Bahia. Um marco na construção de uma identidade regional e nacional, dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.
 - Ocorre o 4º Congresso Sindical com 2.566 delegados, é fundado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), posteriormente, foi esmagada pelo Golpe Militar.
- Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco, 06 de junho. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho no mesmo ano.
- Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte, em 15 de junho. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 14 de agosto de 1963.
 - Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe, em 18 de junho. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 18 de julho de 1963.
 - Fazendeiros mandam matar João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa de Sapê, Paraíba. Durante o enterro 5 mil pessoas compareceram. João Pedro foi imortalizado no filme “Cabra marcado para morrer”.
- 1963** - Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, em 29 de abril. Reconhecida pelo

Ministério do Trabalho em 17 de setembro do mesmo ano.

- Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba, em 19 de junho. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 26 de novembro do mesmo ano.

- Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, em 20 de julho. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 29 de julho de 1965.

- Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, em 01 de setembro. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 06 de agosto de 1965.

- Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará, em 19 de setembro. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 18 de dezembro do mesmo ano.

- Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, em 06 de outubro. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 24 de agosto de 1965.

- Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas, em 10 de dezembro. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 19 de março de 1964.

- Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, em 1963. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 04 de maio de 1965.

- Em plebiscito nacional, o povo diz não ao Parlamentarismo no Brasil. João Goulart reassume os plenos poderes de Presidente da República.

- 1ª Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, com 400 dirigentes sindicais, de 17 estados. Promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural, através da Lei 4.214, de 02 de março.

- Trabalhadores rurais assalariados nas Usinas de Barreiros, PE, seqüestram o delegado e trocam tiros com a polícia.

- Fundação da Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, no Rio de Janeiro, em 22 de dezembro. Reconhecida, por meio do Decreto Presidencial 53.517, de janeiro de 1964.

1964 - Comício da Central do Brasil pró-reformas de base reúne 300 mil pessoas. João Goulart anuncia a nacionalização das refinarias de petróleo.

- O Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, anuncia uma Greve Geral pelas reformas de base.

- Marcha da Família com Deus pela Liberdade, uma experiência conservadora de mobilização de massas, coordenada pela direita brasileira.

Consolidava-se o ambiente para o Golpe Militar de 1964.

- João Goulart é deposto pelos militares.

- General Castelo Branco, assume a Presidência da República no período 1964 -1967.

Cria o Conselho de Segurança Nacional - CSN, núcleo real da ditadura militar, extingue os partidos políticos, cassa os mandatos legislativos por todo o país e intervém em todas as organizações democráticas - sindicatos, associações etc.

- Onda de prisões pelo país. Diretoria da CONTAG é destituída e perseguida, seus principais dirigentes são presos e exilados, dentre esses, Lyndolpho Silva e José Pureza.

O governo militar, por meio do Ministério do Trabalho, constitui uma Junta Governativa para administrar a CONTAG, encabeçada por José Rotta, dirigente sindical paulista.

- O General-Presidente Castelo Branco promulga o Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 30 de novembro, que previa a desapropriação de propriedades que não cumprissem sua função social.

1965 - Fundado o MDB (Movimento Democrático Brasileiro, hoje PMDB), de oposição ao regime ditatorial de 1964.

José Rotta, presidente da Junta Governativa do Ministério do Trabalho, é eleito para assumir a presidência da CONTAG.

Regulamentação da Sindicalização Rural, por meio da Portaria Ministerial nº 71, de 02 de fevereiro.

1966 - Setores da Igreja Católica passam a ter uma presença maior no campo. Consolidavam-se as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, fundamentais na formação de quadros para as organizações populares e sindicais no campo.

1967 - Criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL, através do Decreto-Lei nº 276, de 28 de fevereiro.

Realização do Encontro Nacional dos Canavieiros, em Carpina, Pernambuco, dando início aos primeiros passos para a retomada da CONTAG, da influência do Ministério do Trabalho.

Realização da 1ª Conferência Intersindical, no Rio de Janeiro. Contando com a participação de dirigentes sindicais portuários, industriários, bancários e dirigentes sindicais do meio rural. Consolida-se o apoio urbano a retomada da CONTAG.

General Costa e Silva, assume a Presidência da República, durante o período de 1967 a 1969. Durante sua gestão, o povo viveu o momento mais duro e cruel da ditadura militar. As organizações estudantis foram dizimadas. 68 municípios foram impedidos de eleger prefeitos, sendo considerados de Segurança Nacional. O governo proíbe qualquer manifestação pública.

Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo, em 20 de dezembro. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 11 de abril de 1968.

1968 - Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, em 27 de abril. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 03 de março de 1969.

Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de

Santa Catarina, em 02 de julho. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 07 de janeiro de 1969.

Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, em 30 de dezembro. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 28 de janeiro de 1969.

Cerca de 10 mil canavieiros entram em greve, na cidade pernambucana do Cabo.

José Francisco, apoiado por setores progressistas do sindicalismo rural e urbano, derrota José Rotta, por 01 voto de diferença, tornando-se Presidente da CONTAG.

1969 - General Garrastazu Médici, assume a Presidência da República, durante o período de 1969 a 1974. Durante sua gestão, foi aprovado o decreto-lei da censura prévia em livros e periódicos. Apesar das denúncias internacionais sobre a tortura de presos políticos no Brasil, manteve-se a forma brutal de governar e eliminar quem discordasse. O Presidente, declara no Rio Grande do Sul que “o homem não foi feito para a democracia”. Realização do IV Congresso Estadual de Jovens Rurais no Rio Grande do Sul, coordenados pela Frente Agrária Gaúcha e pela Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura - FETAG/RS.

Realização do III Encontro das Federações do Nordeste, no Rio Grande do Norte.

1970 - Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas, em 28 de outubro. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 30 de novembro do mesmo ano.

Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí, em 19 de dezembro. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 22 de novembro de 1971.

- Criação do Programa Nacional do Alcool - PROALCOOL, que só veio a ser implementado em 1975, como alternativa ao setor automo-

bilístico, diante da crise do petróleo.

- Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, em 28 de outubro.

1971 - Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso, em 23 de outubro. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 1972.

- Criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - Prorural. Através da Lei Complementar nº 11 de 25/05/1971

- Governo Militar lança o Programa de Redistribuição de Terras - PROTERRA, através do Decreto-Lei nº 1.179 de 06 de julho.

- 4ª eleição da CONTAG, sendo reeleito José Francisco, para a presidência da entidade.

1972 - Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão, em 02 de abril.

- Mudança da sede da CONTAG do Rio de Janeiro, para Brasília.

- Começou a funcionar provisoriamente em Taguatinga, o Centro de Estudos Sindicais Rurais - CESIR, da CONTAG.

1973 - Realização do 2º Congresso da CONTAG, em Brasília, com mais de 700 delegados.

1974 - 5ª eleição da CONTAG, José Francisco foi reeleito para a presidência da entidade.

- General Ernesto Geisel, assumiu a Presidência da República, durante o período de 1974 - 1979. Durante sua gestão, os crimes praticados contra militantes de esquerda foram ampliados com requintes de crueldade, a exemplo do jornalista Vladimir Herzog. Impõe a sociedade, a eleição indireta para governadores e cria a figura dos senadores biônicos, como forma de garantir controle político.

1975 - Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Amazonas, em 14 de dezembro. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 29 de maio de 1976.

- A Igreja Católica cria a Comissão Pastoral da Terra - CPT, a luta contra o latifúndio e por

democracia no campo se fortalece.

1976 - Juscelino Kubitschek morre em acidente de carro na via Dutra.

- Morre do coração, na Argentina, o ex-Presidente João Goulart.

1977 - Assassinato de Eugênio Lira, advogado dos trabalhadores rurais da Bahia.

- 6ª eleição da CONTAG, com a reeleição de José Francisco a presidência da entidade.

Inaugurada a sede própria do Centro de Estudo Sindical Rural - CESIR, no Núcleo Bandeirante - DF. Construída com recursos próprios, sem nenhuma doação do Estado ou de organizações internacionais.

1979 - Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Mato Grosso do Sul, em 29 de fevereiro. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 23 de maio do mesmo ano.

- Os trabalhadores rurais, legalmente, passam a ter direito ao FGTS.

- A Campanha por Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, ganha as ruas do país.

- Começa mobilização da 1ª greve dos canavieiros de Pernambuco após 11 anos.

- Realização do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais - CNTR, em Brasília, com cerca de 1.500 delegados (as).

- O Congresso Nacional aprova o fim do bipartidarismo (ARENA- MDB).

General João Baptista Figueiredo, assumiu a Presidência a República durante o período de 1979 - 1985. Sua gestão foi marcada pela militarização dos conflitos agrários. Criou o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários - MEAF, cuja direção coube ao General Danilo Venturini. Criou o Grupo executivo de Terras do Araguaia -Tocantins - GETAT, também sob controle militar.

1980 - Mil pessoas, entre sindicalistas, intelectuais, líderes rurais e religiosas, aprovam no colégio SION, em São Paulo, manifesto de fundação do PT.

Realização da Semana Sindical (25 de abril a

1º de maio), coordenado pelas Federações e Sindicatos.

Greves em Minas Gerais e no Nordeste, mobilizam mais 250 mil trabalhadores rurais assalariados.

José Francisco, presidente da CONTAG; Chico Mendes, dirigente sindical rural do Acre; Luis Inácio da Silva, presidente do PT, Jacó Bittar, dentre outros sindicalistas e militantes de esquerda, foram processados pela Lei de Segurança Nacional, por participarem de ato contra a morte violenta de Wilson Souza Pinheiro.

7ª eleição da CONTAG, com a reeleição de José Francisco a presidência da entidade.

1981 - 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT, de 21 a 23 de agosto, em Praia Grande, São Paulo. Reuniu 5.030 delegados de 1.126 entidades.

1º de outubro, foi o Dia Nacional de Luta, convocado pela Comissão Nacional Pró-CUT. Foi entregue ao Governo Militar, um manifesto exigindo o fim do desemprego, da carestia, contra a redução de benefícios da previdência social, pela reforma agrária, direito a moradia, liberdade e autonomia sindical e, por liberdades democráticas.

CONTAG lançou livro sobre “As Lutas Camponesas no Brasil”, pela Editora Marco Zero.

1982 - Encontro Nacional de Avaliação do MSTTR, com a presença de dirigentes da CONTAG e de todas as Federações.

CONTAG realizou o 3º Encontro Interestadual de Política Agrícola - Federações do RS, SC, PR, SP, ES e MS.

A sede da CONTAG volta a funcionar na Avenida W-3 Norte, Quadra 509-B, Edifício CONTAG, Brasília - DF.

CONTAG realizou o 3º Encontro Nacional sobre Conflito de Terras, em Brasília.

1983 - Fundação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre, em 07 de agosto. Reconhecida pelo Ministério do

Trabalho em 28 de outubro de 1984.

Congresso de fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em São Bernardo, São Paulo. Jair Meneguelli é eleito o primeiro presidente - fica no cargo até 1994.

Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, em Praia Grande. É criado o Conselho Sindical para gerir as políticas intercategorias. O movimento sindical brasileiro estava dividido em duas organizações sindicais nacionais.

Pistoleiros matam a tiros, na porta de sua casa, Margarida Maria Alves, presidente do STR de Alagoa Grande, na Paraíba.

1º comício pró-diretas, reuniu 10 mil pessoas no Pacaembu, em São Paulo.

8ª eleição da CONTAG, com a reeleição de José Francisco a presidência da entidade.

A FASE lança o vídeo, “Cabra marcado para morrer”, baseado na história de João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba. Com direção do cineasta Eduardo Coutinho.

10º Encontro do Vale do São Francisco reforça a luta dos trabalhadores rurais de Itaparica.

1984 - Encontro nacional de Trabalhadores Sem Terra, religiosos, militantes de esquerda e ONG's, de 4 dias em Cascavel no Paraná, fundam o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).

Plenária Nacional da CUT, em 18 de maio, em São Paulo.

1º Congresso Nacional da CUT, de 24 a 26 de agosto, em São Bernardo do Campo, São Paulo. Com 5.222 delegados (as), foi eleita a direção nacional, tendo como presidente, o metalúrgico Jair Meneguelli.

Apesar das mais de 8 milhões pessoas nas ruas em 100 dias, a emenda das Diretas não foi aprovada na Câmara Federal. Foram 298 votos a favor, 65 votos contra e, 112 ausências. Foram 22 votos a menos que os 2/3 exigidos. Salário mínimo passa a ser unificado em todo o território nacional.

1985 - Tancredo Neves morre após ser eleito para

Presidência da República durante o período de 1985 a 1990. Seu vice-Presidente José Sarney, assume a Presidência.

- 2 pistoleiros matam com 12 tiros, o dirigente sindical João Canuto de Oliveira. A última frase do líder sindical: “Morro, mas fica a semente”. Realização do 4º Congresso da CONTAG, em Brasília. O Presidente José Sarney, participa da abertura do congresso.

- Governo Federal cria o 1º Plano Nacional da Reforma Agrária - PNRA, que passa a ser objeto de críticas e ataques de setores conservadores no Congresso Nacional

- 1ª eleição em congresso da história da CONTAG, em Brasília. José Francisco foi reeleito para a presidência da entidade.

1986 - 2º Congresso Nacional da CUT, no Rio de Janeiro, de 01 a 03 de agosto. O metalúrgico Jair Meneguelli foi reeleito a presidência da central.

1987 - Surge a União Democrática Ruralista - UDR, organização ligada a CNA e a Sociedade Rural Brasileira. Passa a estimular seus associados, a usar a força das armas no combate às ocupações de terra.

- Paulo Fonteles, advogado dos posseiros do sul no Pará, é morto por um pistoleiro com 5 tiros na cabeça.

- É constituída a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - CNMTR. Greve Geral em 20 de agosto, convocada pela CUT e CGT.

1988 - 3º Congresso Nacional da CUT, de 07 a 11 de setembro, em Belo Horizonte. O metalúrgico Jair Mneguelli foi reeleito a presidência da central.

- Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Tocantins, em 27 de novembro.

- Sarney lança o Plano Verão, a moeda passa a ser o Cruzado Novo (Ncz\$).

- Assassinado por Grileiros, o sindicalista acreano, ambientalista e personalidade mundial, Chico Mendes.

- I Seminário Nacional de Trabalhadoras Rural, coordenado pela CONTAG.

- A Constituição Federal é promulgada, batizada como constituição Cidadã.

1989 - 1ª eleição presidencial após 29 anos. Vitória de Fernando Collor, em segundo turno.

- Greve Geral de 14 a 15 de março. A CUT e a CGT, se uniu para a realização desta greve contra o “Plano Verão”. Cerca de 35 milhões de trabalhadores (as) aderiram a greve.

- A eleição da CONTAG não ocorreu em congresso, conforme deliberação do 4º congresso nacional. Foram colocadas urnas nas Federações, cabendo um voto por Sindicato filiado. Foi eleito Aloísio Carneiro para a presidência da CONTAG.

- II Seminário Nacional de Trabalhadoras Rural, coordenado pela CONTAG.

1991 - Zélia Cardoso lança o Plano Collor 2, com feriado bancário, congelamento de preços.

Realização do 5º Congresso da CONTAG, com mais de 2 mil delegados (as) de todo o país. Realizava assim, o primeiro congresso em Brasília temático e eleitoral da história do MSTTR.

- 4º Congresso Nacional da CUT, de 04 a 08 de setembro, em São Paulo, o metalúrgico Jair Mneguelli foi reeleito a presidência da central. 1º congresso da Força Sindical, em São Paulo. Prega um “capitalismo moderno”, privatizante e competitivo..

1992 - O Congresso Nacional, sob forte pressão popular, instaura a CPI para apurar denúncias contra Fernando Collor.

- Começa no Rio a Eco-92, conferência da ONU sobre ecologia, com 114 chefes de estado e 40 mil ecologistas de todo o mundo.

- O impeachment: foi aprovado por 441 votos a favor e 38 contra. Collor teve seus direitos políticos suspensos por oito anos.

- O vice-presidente Itamar Franco, assume a Presidência da República.

- III Seminário Nacional de Trabalhadoras Rurais, pressão no Congresso Nacional,

garantiu a regulamentação das conquistas das trabalhadoras rurais.

- Jornada de Lutas dos Trabalhadores Rurais, de abril a julho, promovida pela CONTAG, CUT, MST, CPT e outras entidades. Reivindicavam terra para plantar e morar, crédito rural subsidiado, salário digno, previdência garantida aos trabalhadores rurais, dentre outras.

1993 - Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia, em 20 de junho.

- CONTAG assina convenio com o Banco do Brasil, permitindo a cobrança da Contribuição Confederativa em todos os municípios do país. Congresso Nacional aprovou a Lei Agrária e o Rito Sumário da desapropriação para fins de reforma agrária.

- CONTAG em convenio com a Organização Internacional do Trabalho - OIT, começou a desenvolver o Programa: Erradicação do Trabalho Infantil.

- O Nordeste enfrentou a pior seca do século, mais de 12 milhões de famílias foram atingidas.

- A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de lei que institui o pagamento do salário maternidade para as seguradas especiais.

1994 - Entra em cena o Plano Real (o 6º plano econômico, em 8 anos). Um indexador, a Unidade de Real de Valor - URV, instituída pela Lei 8880 de 27 de maio de 1994, antecedeu a nova moeda. Em 01 de Julho nasce o Real. 5º Congresso Nacional da CUT, em São Paulo. O metalúrgico Vicentinho foi eleito presidente da central.

- 1º Congresso Nacional Extraordinário da CONTAG, em Brasília.

- Festa de comemoração dos 30 anos da CONTAG, em Brasília.

- A CONTAG realiza o 1º Grito da Terra Brasil - GTB. Em parceria com a CUT, MST, MAB, CNS, MONAPE e CAPOIB.

- O candidato a Presidência da República Luis Inácio Lula da Silva, visitou a CONTAG e recebe

apoio de maioria das Federações.

- Assinado o convênio da CONTAG com o INSS, os sócios (as) aposentados ou pensionistas, podem pagar suas mensalidades através de desconto em folha de pagamento.

1995 - Fernando Henrique Cardoso assume a Presidência da República.

- Realização do 6º CNTR, em Brasília, com mais de 2 mil delegados.

- O Conselho Monetário Nacional - CMN, aprovou no dia 23 de agosto, a resolução nº 2.191, que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

- Criação do banco de tecnologias do MSTTR, o Banco Nacional da Agricultura Familiar - BNAF, a partir de convenio entre a CONTAG e a EMBRAPA.

- Criação do Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, envolvendo organizações sociais e sindicais que atuam no campo, Partidos Políticos e, organizações governamentais ligadas aos direitos humanos.

- Descoberto aparelho de espionagem dentro de tomada elétrica no CESIR, em Brasília.

A CONTAG e a CUT, realizaram o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas Trabalhadoras Rurais, em Brasília.

- Chacina em Corumbiara, Rondônia. Policiais Militares a serviço do latifúndio, executaram com tiros pelas costas, sete trabalhadores rurais, inclusive uma criança de 07 anos.

- CONTAG e FASER, promoveram em Brasília, no CESIR, o Seminário Nacional "Agricultura Familiar e a Extensão Rural".

- Morre Florestan Fernandes, pioneiro da sociologia crítica no país.

1996 - No Pará, no município de Eldorado dos Carajás, a Polícia Militar assassinou 19 trabalhadores sem-terra que bloqueavam a Rodovia PA-150. No 4º Grito da Terra Brasil - GTB, coordenado pela CONTAG, em parceria com a CUT e organizações sociais, mobilizaram mais de 100 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais em todo o país.

- Eleita Margarida Pereira da Silva, a Hilda de Pernambuco, para um mandato de três anos à frente da Coordenação da CNMTR da CONTAG. A CNMTR desencadeou uma série de eventos sobre o papel das mulheres nas eleições partidárias e, nos Congressos das Federações e da CONTAG.
- A CONTAG, Federação do Rio Grande do Norte e ASSOCENE, promoveram o I Salão Nordeste da Agricultura Familiar, em Natal-RN.
- Lei 9.126, regulamenta a aplicação dos Fundos Constitucionais para o crédito agrícola, com juros e condições de pagamento diferenciado para a agricultura familiar.
- 3º Seminário de Avaliação e Planejamento do Sistema CONTAG de Comunicação, no CESIR, em Brasília.
- II Encontro Nacional de Meninos e Meninas Trabalhadoras Rurais, coordenado pela CONTAG, contou com a presença de Lula, presidente de honra do PT.
- Realização de 05 Seminários Regionais de Desenvolvimento Alternativo, identificando recortes regionais do desenvolvimento, começava a ganhar forma o PADRS.
- Começa a implementação do Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical, importante instrumento na construção do PADRS.
- Estréia o voto eletrônico, para prefeito de 57 cidades.
- 1997** - Edição do Decreto 2.250, que delibera que terras ocupadas, não poderão ser objeto de vistoria.
- Programa de rádio “A VOZ DA CONTAG”, foi um dos ganhadores do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.
- 3º Encontro de Meninos e Meninas Trabalhadoras Rurais, em Brasília, coordenado pela CONTAG.
- 6º Congresso Nacional da CUT, de 13 a 17 de agosto, em São Paulo. Os 2.266 delegados (as) reelegeram o metalúrgico Vicentinho para a presidência da CUT.
- Começa a implementação do Programa de Desenvolvimento Local Sustentável - PDLS, em todos os municípios do país, coordenado nacionalmente pela CONTAG.
- Começa a implementação do projeto “Educação em Saúde Reprodutiva, Gênero e Família”, nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, coordenado pela CONTAG.
- Realização da 1ª Plenária Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, com 300 participantes.
- Morre Paulo Freire, educador pernambucano, com 76 anos.
- Morre Herbert de Sousa, o Betinho, com 62 anos, de Aids, no Rio de Janeiro.
- Fundação da Social-Democracia Sindical - SDS.
- 1998** - Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno, em 28 de junho. Realização do 7º CNTTR, em Brasília, contando com mais de 1400 delegados,.
- 1999** - Fernando Henrique Cardoso assume o 2º mandato presidencial.
- I Fórum CONTAG de Cooperação Técnica, em Brasília/DF, em agosto, sobre Desenvolvimento Rural Sustentável.
- 2º Congresso Nacional Extraordinário da CONTAG, em Brasília, contando com mais de 600 delegados (as).
- O programa de rádio “A VOZ DA CONTAG”, ganha prêmio por sua luta em defesa dos direitos da criança, concedido pelo Instituto Ayrton Senna.
- Seminário Nacional de Educação do Campo - Construindo o PADRS, em Brasília, com a participação de todas as Federações.
- Dia Nacional de Protestos e Paralisação de rodovias, contra o modelo de reforma agrária implementado pelo governo, sob a coordenação da CONTAG e FETAGs.
- 1º Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora Rural, em Brasília, coordenado pela CONTAG.
- 1º Encontro Nacional de Trabalhadores e

Trabalhadoras Rurais Aposentados e Aposentadas, em Brasília, coordenado pela CONTAG.

- CONTAG e Federações lançam o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável - PADRS, em São Paulo, junto à sociedade civil.
- Morre Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas nos anos 50-60.
- Realização do II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica, em dezembro, em São Luis. Sobre Processos de Organização de Base, Educação, Gestão Participativa e Políticas Públicas.

Século 21

- 2000** - Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura de Roraima, em 02 de setembro.
- Marcha Mundial das Mulheres, contra a violência e a pobreza, em 130 países.
 - III Fórum CONTAG de Cooperação Técnica, realizado em Porto Alegre/RS, em Julho, sobre Instrumentos de Gestão Participativa, Sistemas de Gestão para Sustentabilidade da Agricultura Familiar e Estratégias de Gestão para a Inserção da Agricultura Familiar no MERCOSUL.
 - Marcha das Margaridas - 200 razões para Marchar. Maior manifestação de mulheres já ocorridas no Brasil, aproximadamente 10 mil mulheres marcharam em Brasília, reivindicando crédito, terra, saúde, educação e inclusão social, coordenada pela CONTAG e entidades parceiras.
 - 7º Congresso Nacional da CUT, de 15 a 19 de agosto, em Serra Negra - SP. Os 2.309 delegados (as) elegeram o professor João Antonio Felício, para a Presidência da CUT.
 - IV Fórum CONTAG de Cooperação Técnica, realizado em Recife/PE, em novembro, sobre a importância estratégica da Educação do Campo para o Desenvolvimento Rural Sustentável.
 - Criação do Ministério do Desenvolvimento

Agrário - MDA, reivindicação histórica do MSTTR.

- 2001** - Realização do 8º CNTTR, em Brasília, com mais de 2 mil delegados e delegadas.
- Atentados terroristas destroem as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e parte do Pentágono, em Washington, deixando 3.300 mortos.
- Os Estados Unidos iniciam bombardeio ao Afeganistão. Segundo o governo norte-americano, o governo afegão estaria protegendo Osama Bin Laden, principal acusado pelo atentado terrorista.
- 2002** - Falece o sindicalista baiano e, ex-Presidente da CONTAG, Aloísio Carneiro.
- O Conselho Nacional de Educação aprova as “Diretrizes Operacionais de Educação Básica para as Escolas do Campo”, por meio da resolução nº 01, de 03/04/2002. Resultado da construção coletiva e pressão da CONTAG e organizações parceiras.
 - Conselho Deliberativo da CONTAG aprova apoio a eleição de Luis Inácio Lula da Silva à Presidência da República
- 2003** - Luis Inácio LULA da Silva assume a Presidência da República.
- Marcha das Margaridas - 2003 Razões para Marchar. Mais de 40 mil mulheres estiveram em Brasília, na segunda versão da maior manifestação de mulheres da história desse país.
 - 8º Congresso Nacional da CUT, de 03 a 07 de junho, em São Paulo. Com a presença de 2.712 delegados (as). Foi eleito para a presidência da central, o metalúrgico Luis Marinho.
 - Fundação da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Amapá, em 26 de outubro.
 - Realização da 1ª PNTTR, de avaliação e correção de rumos do MSTTR a partir das deliberações do 8º Congresso da CONTAG, contando com a participação de mais de 600 delegados (as).

NÃO FIQUE SÓ. FIQUE SÓCIO, FIQUE SÓCIA.



UNIÃO

Quanto mais sócios(as) houver no Sindicato, mais forte a entidade fica.



REFORMA AGRÁRIA

Venha para o sindicato, esta luta também é sua!



AGRICULTURA FAMILIAR

PRONAF é fruto da luta e mobilizações dos Sindicatos, Federações e da CONTAG.



COOPERATIVISMO

O sistema CONTAG está criando o seu sistema de Cooperativas.



DIREITOS DA TERCEIRA IDADE

Você pensa que a luta acabou? Engano seu! Cuidado com a revisão. Informe-se no sindicato.



DIREITO DAS MULHERES

Se você pensa que sindicato é coisa só de homem, está por fora, sindicalize-se. Participe.



FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Homens, Mulheres e Jovens capacitados estão mudando a história.

FUI AO SINDICATO.
VOLTO JÁ.

VAMOS MANTER FORTE O SISTEMA CONTAG

